

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

LARISSA DE QUADROS MACHADO

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO LULA NOS ANOS DE 2023 E 2024:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES

PONTA GROSSA
2025

LARISSA DE QUADROS MACHADO

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO LULA NOS ANOS DE 2023 E 2024:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

PONTA GROSSA
2025

M149 Machado, Larissa de Quadros
A política educacional no governo Lula nos anos de 2023 e 2024: desafios e possibilidades / Larissa de Quadros Machado. Ponta Grossa, 2025.
112 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Simone de Fátima Flach.

1. Educação. 2. Governo Lula III. 3. Política educacional. I. Flach, Simone de Fátima. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.115



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

LARISSA DE QUADROS MACHADO

A POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO LULA NOS ANOS DE 2023 E 2024: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Ponta Grossa, 21 de fevereiro de 2025

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Simone de Fátima Flach - UEPG - Orientadora (presidente)
Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento - UFSCar
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Fatima Flach, Professor(a)**, em 21/02/2025, às 15:42, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paola Andressa Scortegagna, Professor(a)**, em 21/02/2025, às 15:43, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Nelito Matheus Nascimento, Usuário Externo**, em 07/03/2025, às 13:29, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador 2432067 e o código CRC 67244463.

*Dedico este trabalho à minha mãe, Simone, e ao meu companheiro, Júnior,
por acreditarem em mim, serem meu alicerce nos momentos difíceis e
compreenderem a minha ausência. Obrigada por tudo.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir realizar mais este sonho.

À minha mãe, Simone, por ser minha base, alicerce, porto-seguro, entre tantos outros adjetivos que possam expressar o que ela significa em minha vida. Se não fosse ela, jamais estaria aqui hoje. Obrigada por acreditar em mim, por interromper, mesmo que por um tempo, os seus sonhos para que eu pudesse realizar os meus. Mãe, te amo mais do que tudo.

Ao meu pai, que, mesmo distante, sei que torce pelo meu sonho e pela minha felicidade. Te amo, pai.

Ao meu companheiro, esposo e melhor amigo, Júnior. Obrigada por todas as palavras de incentivo, amor, carinho, compreensão e, mais do que isso, obrigada por caminhar comigo em todos esses anos. Desde a graduação, o mestrado e tudo que me proponho fazer, você sempre esteve e estará ao meu lado. Obrigada por não me deixar desistir dos meus e dos nossos sonhos. Te amo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Simone de Fátima Flach, por tudo. Ter uma professora e orientadora como a Simone é um privilégio daqueles que não temos sempre na vida. Professora, obrigada por todo ensinamento, carinho e compreensão com que você conduziu nossa caminhada juntas no mestrado, pelas orientações, conversas e, além de tudo, pelo ser humano que você nos inspira a ser. Mil vezes obrigada.

À banca de qualificação, Prof. Dr. Jefferson Mainardes, Prof. Dr. Nelito Nascimento e Profa. Dra. Paola Andressa Scortegagna, pelas valiosas contribuições e pelo auxílio no direcionamento da dissertação. Do mesmo modo, agradeço ao Prof. Dr. Nelito e Profa. Dra. Paola pelo pronto aceite para banca de defesa.

Aos meus sogros, Antonio e Ely, por todo incentivo e carinho que tiveram comigo durante este período.

Aos amigos e amigas, em especial Ana, Lucas e Gabriel pela amizade, por acreditarem em mim e por todas as palavras e gestos de carinho e atenção. Amo vocês.

Às amigas do mestrado, Ellen Kauane e Jennifer, vocês foram essenciais para a realização deste sonho. Sou grata por ter conhecido pessoas tão incríveis nesta trajetória.

Ao Grupo de Pesquisa Capital, Trabalho, Estado, Educação e Políticas Educacionais – GPCATE – por todas as trocas e discussões.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

“Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam - Isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
Numa época em que corre o sangue
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam nunca: Isso é natural
A fim de que nada passe por imutável”.

(Bertolt Brecht)

RESUMO

MACHADO, L. Q. **A Política Educacional no governo Lula nos anos de 2023 e 2024: desafios e possibilidades**, 2025. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2025.

A pesquisa aqui apresentada tem como objeto os desafios e as possibilidades da Política Educacional no terceiro mandato governamental de Luiz Inácio Lula da Silva. Para tanto, a investigação tem como questão norteadora: Quais os desafios e as possibilidades da Política Educacional no terceiro mandato governamental (2023 e 2024) de Luiz Inácio Lula da Silva para o resgate de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade social? O referencial teórico-epistemológico que a orienta é o Materialismo Histórico e Dialético, em razão do compromisso social e político da autora com a possibilidade histórica de transformação da realidade capitalista calcada na desigualdade social. Nesta perspectiva, a pesquisa tem como objetivo geral desvelar os desafios e as possibilidades no que concerne à Política Educacional em curso no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva; e, como objetivos específicos: a) Refletir sobre o processo histórico em que a Política Educacional se desenvolveu no Brasil, especialmente no que tange ao período da redemocratização, em que a sociedade brasileira passa por significativas mudanças no cenário político, econômico e social; b) Identificar o avanço do neoliberalismo no contexto das políticas educacionais entre os anos de 2003 e 2022; e c) Analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas. Os principais autores que embasam a pesquisa são: Antonio Gramsci (2024), Eneida Oto Shiroma; Maria Célia Marcondes de Moraes; Olinda Evangelista (2007), Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias (2011), Ricardo Antunes (2005; 2006), Roberto Leher (2023), João Cezar de Castro Rocha (2023), além de outros interlocutores do campo do marxismo que auxiliam na compreensão da temática pesquisada. Faz-se necessário salientar, ainda, que a pesquisa é de cunho qualitativo e documental, realizada por meio da leitura e da interpretação de projetos de lei, leis, decretos, portarias e resoluções relacionados ao objeto investigado. Os resultados da pesquisa apontam que o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, ainda em andamento, está implementando algumas políticas no sentido do resgate dos princípios educacionais vilipendiados durante os governos de seus antecessores. No entanto, apesar de ter saído vitorioso nas eleições de 2022, Lula não conseguiu conquistar a hegemonia, mediante as resistências dos grupos conservadores da sociedade brasileira, em especial no que diz respeito ao Congresso Nacional. Ainda, destaca-se a composição do Ministério da Educação e a abertura do governo aos empresários da educação, caracterizando a sua principal contradição, ora atendendo, e ainda em partes, aos interesses da classe trabalhadora, ora aos interesses daqueles que enxergam na educação um terreno fértil para a expansão do capital.

Palavras-chave: educação; governo Lula III; política educacional.

ABSTRACT

MACHADO, L. Q. **Educational Policy under Lula's government in 2023 and 2024: challenges and possibilities**, 2025. 112 f. Dissertation (Master's in Education) – Ponta Grossa State University, Ponta Grossa, PR, 2025.

This research focuses on the challenges and possibilities of the Educational Policy during Luiz Inácio Lula da Silva's third governmental term. The guiding question of the investigation is: What are the challenges and possibilities of the Educational Policy during Luiz Inácio Lula da Silva's third governmental term (2023 and 2024) in rescuing a public, secular, free, and socially equitable education system? Its theoretical and epistemological framework is rooted in Historical and Dialectical Materialism, reflecting the author's social and political commitment to the historical possibility of transforming a capitalist reality marked by social inequality. From this perspective, the study aims to uncover the challenges and possibilities concerning the ongoing Educational Policy during Lula's third governmental term. The specific objectives are: a) To reflect on the historical process through which the Educational Policy has developed in Brazil, particularly during the period of re-democratization, marked by significant political, economic, and social changes; b) To identify the advance of neoliberalism in the context of educational policies between 2003 and 2022; and c) To analyze the challenges of Lula's new administration for Brazilian public education and the possibilities of the newly implemented policies. The main authors supporting the research include Antonio Gramsci (2024), Eneida Oto Shiroma; Maria Célia Marcondes de Moraes; Olinda Evangelista (2007), Sofia Lerche Vieira, Isabel Maria Sabino de Farias (2011), Ricardo Antunes (2005; 2006), Roberto Leher (2023), João Cezar de Castro Rocha (2023), and other Marxist scholars who contribute to the understanding of the subject under investigation. It is important to emphasize that the research adopts a qualitative and documentary approach, involving the reading and interpretation of bills, laws, decrees, ordinances, and resolutions related to the topic. The research findings indicate that Lula's third governmental term, still ongoing, has been implementing some policies aimed at restoring educational principles undermined during the administrations of his predecessors. However, despite winning the 2022 elections, Lula has not achieved hegemony due to resistance from conservative groups in Brazilian society, particularly in the National Congress. Furthermore, the composition of the Ministry of Education and the government's openness to education entrepreneurs highlight its central contradiction: partially addressing the interests of the working class while simultaneously serving those who see education as fertile ground for capital expansion.

Keywords: education; Lula's third governmental term; educational policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tipo de produção de acordo com os trabalhos encontrados.....	29
Gráfico 2 – Programas de Pós-Graduação em que foram publicados os trabalhos	32
Gráfico 3 – Composição do Congresso Nacional (2024)	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) relacionadas à temática da pesquisa (2007-2020)	29
Quadro 2 – Artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES relacionados à temática da pesquisa	42
Quadro 3 – Ministros da Educação do governo Bolsonaro (2019-2022)	65
Quadro 4 – Propostas para o âmbito educacional nos Planos de Governo dos presidentes Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT) para as eleições de 2022	69
Quadro 5 – Ações e programas implementados/continuados/relançados durante o governo Lula III (2023-2024)	80
Quadro 6 – Novos Institutos Federais anunciados pelo governo Lula III	85
Quadro 7 – Ações e programas implementados durante os governos Lula I e II (2003 a 2010)	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado da pesquisa pelos descritores acerca da temática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).28

Tabela 2 – Resultado da pesquisa pelos descritores acerca da temática no Portal de Periódicos da CAPES 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ABESC	Associação Brasileira de Escolas Superiores
AEC	Associação de Educação Católica
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPB	Confederação de Professores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EaD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FENEN	Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OM	Organizações Multilaterais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PECIM	Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto

PL	Partido Liberal
PME	Programa Mais Educação
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E PRODUÇÃO ACADÊMICA	20
1.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL E OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	21
1.2 ASPECTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA: RELAÇÕES COM O OBJETO PESQUISADO	27
CAPÍTULO 2 - O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (2003-2022)	48
2.1 OS GOVERNOS DO PT E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ÊNFASE EM LULA I E II	49
2.2 DA PROMESSA DE DERRUBADA DA HEGEMONIA DA ESQUERDA AO DESASTRE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONTEXTO NECESSÁRIO E CONSEQUÊNCIAS DAS GESTÕES TEMER E BOLSONARO	61
2.3 ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA EM 2022: UMA BREVE ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO E DA CONJUNTURA EDUCACIONAL	68
CAPÍTULO 3 - LULA III: A POLÍTICA EDUCACIONAL EM CURSO	73
3.1 DA VITÓRIA NA ELEIÇÃO À HERANÇA BOLSONARISTA: DESAFIOS DA NOVA GESTÃO	74
3.2 DIANTE DOS DESAFIOS, O QUE JÁ FOI FEITO?	77
3.3 POSSIBILIDADES: AS NOVAS POLÍTICAS	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – AÇÕES E PROGRAMAS IMPLEMENTADOS DURANTE OS GOVERNOS LULA I E II (2003 A 2010)	107

INTRODUÇÃO

Em 2019, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Logo no início, tive identificação com as disciplinas teóricas, como Filosofia da Educação e Sociologia da Educação. Ser professora ou pedagoga nunca esteve em meu horizonte, uma vez que até aquele momento já tinha passado pelo curso de Serviço Social e realizado vestibular para Enfermagem.

No entanto, a política, em sentido comum, sempre esteve presente em minha vida. Meu avô materno e minha mãe corriqueiramente comentavam sobre os acontecimentos políticos, desde que me “entendo por gente”. Percebo, hoje, que essa “semente” ficou plantada em mim.

Para quem está familiarizado (a), o curso de Pedagogia da UEPG possui muitas disciplinas, obviamente por ser uma licenciatura, voltadas ao ensino e à aprendizagem das crianças e, em menor número, dos adolescentes. Não é que essas disciplinas não me interessassem; ainda não havia sentido certa identificação.

Foi no último ano da graduação que as disciplinas de Trabalho e Educação e Direito Educacional despertaram meu interesse pela pesquisa acadêmica. Estudar as relações tão desiguais desta sociedade capitalista e a luta pelos direitos, mesmo aqueles dentro da democracia formal, foi o pontapé para me inscrever na seleção do Mestrado em Educação.

Pesquisar a Política Educacional em curso não é tarefa fácil para quem pesquisa, pois somente quando nos distanciamos dela é que podemos realizar todas as inferências necessárias no sentido de desvelarmos suas múltiplas determinações. No entanto, o acompanhamento de tais políticas, torna-se um movimento importante, para compreender, à luz da realidade histórica vivenciada, seus objetivos e efeitos na conjuntura educacional.

Sobre este aspecto, Souza (2016, p. 76) destaca que a política “se traduz predominantemente na luta por poder, e a tensão em conquista-lo, mantê-lo e ampliá-lo”, expressando, assim, a relação de forças que orienta a luta pela hegemonia no seio da sociedade capitalista. Relação esta, que influenciará a formulação e implementação de políticas públicas no campo da educação.

Pois bem, em um primeiro momento, no meu anteprojeto de pesquisa, alcei analisar, sucintamente, os planos de governo dos presidencialistas à época, uma vez que estávamos em ano eleitoral. Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lideravam as pesquisas de intenções de voto.

Nesta perspectiva, minhas indagações foram: quais as ações são previstas na área da educação nos Planos de Governo dos presidentiáveis que lideram as pesquisas eleitorais, Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT)? Independentemente de qual candidato vença a eleição, durante os meses desta pesquisa, quais ações destas serão realizadas?

Foi nesta perspectiva que esta dissertação foi desenvolvida. Luiz Inácio Lula da Silva venceu a eleição no segundo turno, obtendo mais de 60 milhões de votos, assumindo, assim, seu terceiro mandato enquanto presidente do Brasil. Pesquisar acerca da Política Educacional deste terceiro mandato tornou-se um desafio e tanto em minha vida acadêmica. Precisei me distanciar da eleitora comum, para assim compreender as contradições que existiram e existem na vida política.

Os governos de seus antecessores, Michel Temer e Jair Bolsonaro, promoveram alterações na política educacional que resultaram em retrocessos apontados por diversos pesquisadores da área. Leher e Santos (2023), corroboram, por exemplo, que tais alterações estão ligadas à defesa, pela extrema-direita, da ideologia meritocrática, a desconsideração das desigualdades de classe dos estudantes que se encontram no sistema educacional público brasileiro, o afastamento da escola das lutas sociais e a despolitização da formação docente.

Ainda para os autores, “o propósito destrutivo foi especialmente radical nas áreas “culturais”, (setores da educação, cultura, arte, ciência e tecnologia). De modo diligente, sistemático, deliberado, técnico, como é característico das políticas de cariz neofascista” (Leher; Santos, 2023, p. 14). Fatores estes que se tornaram desafios para o novo governo, como será possível observar mais adiante.

Neste sentido, **o problema da pesquisa** consiste em: Quais os desafios e as possibilidades da Política Educacional no terceiro mandato governamental (2023 e 2024) de Luiz Inácio Lula da Silva para o resgate de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade social?

Para tanto, intentamos, assim, como **objetivo geral** do estudo:

- Desvelar os desafios e as possibilidades no que concerne à Política Educacional em curso no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao percorrermos tal objetivo, temos como **objetivos específicos**:

- Refletir sobre o processo histórico em que a Política Educacional se desenvolveu no Brasil;
- Identificar o avanço do neoliberalismo no contexto das políticas educacionais entre os anos de 2003 e 2022;

- Analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas.

O referencial teórico-epistemológico que embasa esta pesquisa é o Materialismo Histórico e Dialético, método cunhado por Marx. Apesar de ser um método de pesquisa, não pode e nem deve ser considerado como um conjunto de regras a serem seguidas. Netto corrobora com essa afirmativa, quando diz que

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação (Netto, 2011, p. 52).

Ainda nesta perspectiva, Netto (2011, p. 22) define que o Materialismo Histórico e Dialético se configura como um método de pesquisa, pois “propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Desta forma, quando se propõe a discutir e analisar acerca das políticas educacionais, faz-se necessário conhecimento profundo da realidade, tendo em vista que não é possível contribuir para a sua transformação sem que o máximo das determinações sejam exploradas.

É no campo da vida material e social que as políticas educacionais se mostram ligadas aos interesses do capitalismo. Portanto, o método de Marx auxilia na compreensão de como estas são pensadas, formuladas e implementadas, além da inerente relação entre estas políticas e o tipo de homem que a sociedade capitalista quer formar. Para tanto, este trabalho parte das reflexões do teórico marxista Antonio Gramsci, que dedicou sua vida a compreender a “realidade e a necessidade de transformá-la com vistas a alterar universalmente o modo de vida dos homens: a instauração de um modo de vida pautado na liberdade e na igualdade (real e não apenas formal) entre os seres humanos” (Flach, 2020, p. 3).

Ao se debruçar na compreensão e na análise de políticas educacionais de um determinado governo e em determinada época, algumas categorias gramscianas acabam emergindo, como Estado, relações de força, hegemonia e, no caso deste trabalho em específico, o conceito de partido político. Portanto, tais conceitos e categorias se desenvolvem no decorrer do trabalho.

No que se refere à organização, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, que está relacionado ao primeiro objetivo específico – refletir sobre o processo histórico em que a Política Educacional se desenvolveu no Brasil –, aborda o período pós-ditadura militar, em que o país passava por intensas mudanças no campo político, econômico, social e educacional. Com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e a aprovação da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, as políticas públicas para a educação têm novos delineamentos. Estes também foram e são influenciados com o advento do modelo neoliberal e a participação dos Organismos Multilaterais, discutidos no capítulo.

Além disso, este capítulo traz os aspectos da produção acadêmica sobre o objeto aqui pesquisado. Na seção dedicada ao levantamento das pesquisas, encontram-se somente trabalhos (teses, dissertações e artigos) relacionados à análise de políticas educacionais dos governos Lula I e II, sendo que alguns deles tecem relações com os governos de outros presidentes, como Fernando Henrique Cardoso, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro.

As pesquisas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da CAPES, pois são consideradas plataformas científicas seguras. Os descritores utilizados para a procura das teses e dissertações foram “política educacional nos governos Lula” e “política educacional” AND “governo Lula”, já para os artigos a pesquisa ocorreu com os mesmos descritores sem aspas e com filtros. Foram analisadas, portanto, 5 teses, 15 dissertações e 10 artigos.

O segundo capítulo refere-se ao segundo objetivo específico – identificar o avanço do neoliberalismo no contexto das políticas educacionais entre os anos de 2003 e 2022 –, sendo que está dividido em três seções. A primeira seção versa sobre os modos petistas de governar, com enfoque nos governos de Lula I e II e Dilma. Além disso, traz a trajetória de Lula enquanto líder de um dos maiores partidos da história política brasileira, o Partido dos Trabalhadores, e o quanto este foi se modificando para atender aos interesses do capital, inclusive no que diz respeito às políticas educacionais.

A segunda seção aborda sobre o avanço do neoliberalismo nos governos Temer e Bolsonaro, outrossim, revela o quanto estes dois governantes colocaram em xeque os princípios da educação pública brasileira. Já na última seção, é realizada uma breve análise dos Planos de Governo dos presidentes Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nas eleições de 2022.

Por fim, o último capítulo se relaciona com o terceiro objetivo específico – analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas – e está dividido em três seções. A primeira seção aborda, de maneira sucinta, a transição governamental de Jair Bolsonaro (PL) para Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por meio de relatório publicado no final do ano de 2022. Trata, outrossim, da composição do Ministério da Educação, principalmente no que diz respeito ao

ministro escolhido por Lula, Camilo Santana, e a conceituação de qualidade social de educação.

A segunda seção apresenta algumas das ações já realizadas pelo atual governo, como o caso das revogações apresentadas já em 1º de janeiro de 2023, dia da posse. Além disso, é apresentada uma breve análise sobre a Reforma da Reforma do Ensino Médio, reorganizada e aprovada, com início da implementação para 2025.

A terceira e última seção versa sobre as possibilidades das novas políticas implementadas nos dois primeiros anos do terceiro mandato governamental de Lula (2023-2024), além de realizar um panorama dos programas inaugurados, continuados e/ou relançados, bem como a análise final deste capítulo, seguida das considerações finais.

CAPÍTULO 1

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E PRODUÇÃO ACADÊMICA

A trajetória da Política Educacional no Brasil não percorreu caminhos lineares de conquistas. Ora feitos, ora retrocessos. Tratar da temática nem sempre é tarefa fácil para quem a pesquisa, pois as nuances e determinações da política, que ordena, planeja e intervém enquanto ações do Estado (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007), sempre influenciarão o âmbito educacional.

Sobre a ideia de Estado, é comumente observado, quando se trata de Política Educacional, compreendê-lo somente como a expressão de formulações e ações implementadas por determinado governo e em determinada época. Por Estado, segundo Antonio Gramsci, “[...] deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Gramsci, 2024, p. 256).

Neste sentido, aqui, o Estado é compreendido enquanto a relação dialética entre a sociedade política e a sociedade civil (sindicatos, escolas, igrejas, partidos políticos etc). Não é por acaso que este conceito de Estado cunhado por Gramsci (Estado = sociedade política + sociedade civil) auxilia na compreensão acerca da implementação de políticas educacionais. Nesta perspectiva, Jacomini (2020, p. 9) corrobora que

Ele permite melhor compreensão dos processos que envolvem agenda, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, à medida que participam ou podem participar deles tanto as organizações e instituições da sociedade política quanto as da sociedade civil [...] permite captar a complexidade que envolve as políticas públicas e favorece análises que considerem os diversos sujeitos sociais que participam do processo.

Nesta esteira de pensamento, pode-se entender também o Estado enquanto um espaço de disputa, no qual as diferentes forças da sociedade política e da sociedade civil atuam de acordo com os seus interesses em torno do âmbito educacional e em que, a depender das relações de forças empreendidas, as reivindicações de uma classe ou de outra podem ser transformadas em políticas educacionais, conquistando o consenso e a hegemonia. Não obstante,

A formulação e a implementação de políticas sociais e educacionais advindas do Estado tomam a forma e a expressão das relações e das forças sociais em disputa. [...] não são benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classe e as mediações econômico-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social (Deitos, 2022, p. 26).

Nesta perspectiva é que se insere este primeiro capítulo, com o objetivo de refletir sobre o processo histórico em que a Política Educacional se desenvolveu no Brasil, em especial a partir de 1988, momento em que a sociedade e a educação passam por significativas transformações com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996).

Vieira e Farias (2011, p. 15) apontam que “tem sido lugar comum afirmar que o nosso é um País sem memória” e, ao contrário desta afirmação, buscar-se-á explicitar, na primeira seção, as ações implementadas para a educação neste período de redemocratização.

A segunda seção do capítulo diz respeito ao levantamento da produção acadêmica. Este, realizado no segundo semestre de 2023 e no primeiro semestre de 2024, buscou demonstrar, por meio de pesquisa em plataformas científicas, os trabalhos que abordaram a temática da Política Educacional nos governos Lula, objeto deste estudo.

1.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL E OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Após longos vinte e um anos, a ditadura militar teve fim em 1985. Tancredo Neves foi eleito, ainda indiretamente pelo Colégio Eleitoral, para a presidência da República. No entanto, morre sem nem assumir o cargo. José Sarney inicia, então, o retorno ao Estado Democrático ou a “Nova República”. Sobre isto, Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 38) afirmam que “seus atributos principais, a ambiguidade e a incoerência, constituíam o cerne da conciliação conservadora, nódulo central da chamada transição para a democracia conduzida pelo esquema de alianças que, ‘pelo alto’, conduziu o processo político”.

Neste período de redemocratização, o país teve quatro presidentes, sendo Fernando Henrique Cardoso eleito por dois mandatos consecutivos. Entre os mencionados, estão José Sarney (1985-1990); Fernando Collor de Mello (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994); e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

José Sarney, em conformidade com o elucidado acima, foi o primeiro presidente após o longo e obscuro período da ditadura militar. Sarney apenas tornou-se presidente devido à morte de Tancredo Neves. Sua gestão foi caracterizada pela instabilidade econômica e efervescência no campo da política. Apesar de tais fatos, durante seu mandato, foi aprovada e promulgada a Constituição de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”. Para Deitos (2022, p. 17), esta “aglutina aspirações e direitos sociais atrofiados e negados historicamente”. Sobre ela, será abordado mais adiante.

Em 1989, após a promulgação da Constituição, ocorreram as primeiras eleições diretas para presidência da República. Entre os candidatos na disputa, estavam Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN). Com o auxílio de forças conservadoras, Collor é eleito.

Fernando Collor de Mello teve um mandato conturbado, devido aos escândalos de corrupção e às constantes mudanças que promoveu na vida econômica dos brasileiros. Vieira e Farias (2011, p. 181) apontam que “denúncias sobre desvios de recursos perpetrados por membros de confiança da equipe presidencial começam a circular, gradativamente minando a credibilidade pública da equipe no poder”. Em vinte e nove de dezembro de 1992, Collor renuncia ao cargo e, no dia seguinte, seus direitos políticos foram cassados. Em substituição a Collor, o novo presidente foi Itamar Franco. Em sua administração, foi criado o Plano Real, a fim de solucionar as dificuldades econômicas herdadas do governo anterior.

O último presidente do período aqui elencado é Fernando Henrique Cardoso, que, diferentemente dos demais, teve dois mandatos consecutivos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002. FHC dedicou parte da fase inicial de sua administração para ampliar a base parlamentar do governo, no intuito de aprovar as reformas que prometeu em sua campanha. “A eleição de Fernando Henrique Cardoso [...] na avaliação de Saviani trouxe nova composição de forças no Congresso Nacional, e a aliança entre PSDB e PFL indicava uma nova ofensiva conservadora” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007, p. 43).

No que se refere à educação do período, dois marcos foram importantes: a promulgação da Constituição Cidadã, que trouxe novas perspectivas para a educação pública brasileira, compreendendo-a como “direito público subjetivo”, além de elencar o princípio da gestão democrática, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que rege os rumos da educação brasileira até os dias de hoje.

Após seis Constituições que ora garantiam direitos, ora os retiravam, a Constituição Federal de 1988 prometia o que seria de mais avançado na democracia brasileira, mesmo que dentro dos limites formais da sociedade capitalista. Faz-se necessário enfatizar que, concomitantemente à promulgação da Constituição, o país passava por um processo de reestruturação democrática e a área da educação vivia uma intensa fase de mobilização. “A década de 1980 assinala, com certeza, o momento de maior mobilização dos educadores só comparável, provavelmente, à década de 1920” (Saviani, 2013, p. 209).

Participaram da mobilização entidades e associações em defesa da escola pública e gratuita, por meio do “Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e

Gratuito”, sendo eles: ANDE; ANDES; ANPED; CEDES; FENOE; CPB, FASUBRA; ANPAE; SEAF; SBPC; UBES; UNE; CGT; CUT e OAB.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Carta Magna dedica uma seção específica para a educação: Seção I do Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, compreendendo a educação enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, a fim de promover e incentivar, com a colaboração da sociedade, o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Ademais, traz, outrossim, o princípio da gestão democrática na forma da lei e a incumbência de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarem, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino.

Ainda em tempo, é possível destacar que, na Constituinte de 1987-1988, antes da promulgação, também houve discussões acerca do ensino privado, inclusive, sendo defendido por meio da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN), da Associação de Educação Católica (AEC), da Associação Brasileira de Escolas Superiores (ABESC) e da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), fator este que foi disposto no Art. 209 da Constituição: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (Brasil, 1988). Sobre este aspecto, Saviani (2013, p. 215) comenta que,

De certo modo, pode-se considerar que os pontos levantados pelos defensores do ensino público na ‘Carta de Goiânia’ foram contemplados no projeto de Constituição. No entanto, assim como na Constituição de 1934, a necessidade de negociação levou a que também os pontos esposados pelos defensores do ensino privado igualmente se fizessem presentes no texto constitucional. Assim, se os defensores da escola pública podem contabilizar conquistas com o texto aprovado, os ganhos dos adeptos da escola particular foram maiores. Isto porque, se os primeiros garantiram a gratuidade do ensino público em todos os níveis; o piso salarial profissional com ingresso somente mediante concurso público e regime jurídico único para o magistério da União; a gestão democrática do ensino público; a autonomia universitária; a definição da educação como direito público subjetivo e a manutenção da vinculação orçamentária com a ampliação do percentual da União, os segundos asseguraram o ensino religioso no ensino fundamental; o repasse de verbas públicas para as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais; o apoio financeiro do Poder Público à pesquisa e extensão nas universidades particulares; a não aplicação do princípio da gestão democrática, plano de carreira, piso salarial e concursos de ingresso para o magistério das instituições particulares.

Sendo assim, a Constituição Cidadã cumpriu, de certa forma, o seu papel naquele momento histórico específico, em que a população ansiava por tempos mais livres e democráticos. Isso não quer dizer que tenham sido elencadas todas as necessidades do povo

brasileiro, no entanto, especificamente para a educação, respeitou o consenso entre os educadores, as entidades e associações em busca de uma educação mais justa, livre e igual para todos. As emendas que anos mais tarde foram reformulando seus artigos configuram-se também como conquistas, por assim dizer, da classe trabalhadora, a exemplo do estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, incluído através de Emenda Constitucional (nº 59 de 2009), entre outras.

Outra importante legislação que rege os rumos da educação no Brasil, cujas discussões para implementação iniciaram em 1987, quase que simultaneamente à Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), sancionada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Vieira e Farias (2011, p. 201), com a LDB, “o controle do sistema escolar passa a ser exercido através de uma política educacional de avaliação para todos os níveis de ensino”, a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O primeiro projeto apresentado à Câmara Federal foi delineado por Dermeval Saviani, sendo enviado em 1988 por intermédio do deputado federal Octávio Elísio (PMDB). O ministro da Educação na ocasião era Carlos Sant’Anna (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional se configura então, pela primeira vez, como uma lei capaz de reordenar os níveis de ensino.

O projeto da LDB inicialmente apresentado foi aprovado somente em 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual a sancionou sem vetos após passar por acordos e relatores na Câmara e no Senado, modificando, em alguns aspectos, o primeiro projeto apresentado por Saviani. Em entrevista na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em agosto de 2015, Saviani destaca que tais modificações provocaram uma reviravolta total nos rumos do projeto.

Naquele momento, por meio de uma “manobra regimental”, o projeto, que já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e também na Comissão de Educação do Senado na forma do Substitutivo Cid Sabóia e, conseqüentemente, já havia sido encaminhado ao plenário do Senado em 12 de dezembro de 1994 para aprovação final, foi obrigado a retornar à Comissão de Constituição e Justiça, onde foi designado relator Darci Ribeiro. O deputado Darci Ribeiro em articulação com o MEC (Ministério de Educação) apresentou outro substitutivo, e este é que se converteu na LDB, a Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em dezembro de 1996 (Saviani, 2015).

Contudo, pontos importantes merecem destaque com a aprovação da lei, tanto com as reformulações que ocorreram ao longo desses vinte e oito anos: novamente o princípio da

gestão democrática; educação infantil gratuita para crianças até 5 anos de idade; bem como vaga garantida em escola pública de educação infantil ou ensino fundamental mais próxima da residência para toda criança a partir dos 4 anos de idade, sendo obrigatória; a ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos de duração; a oferta do ensino regular noturno, adequado às condições do aluno; a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, entre outras (Brasil, 1996).

Apesar dos avanços da referida lei e da promulgação da Constituição Cidadã em 1988, “erigida como ponte entre passado e futuro, a educação constitui-se em campo de negociações e trocas para a legitimação do consenso que, para além do atendimento a reivindicações educacionais, tornou-se aríete dos entendimentos entre capital e trabalho” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007, p. 44), demonstrando, assim, o início da abertura ao modelo neoliberal de educação a partir dos anos de 1990. Sob essa lógica, Deitos (2022, p. 19) afirma que

Uma sociedade que saiu da ditadura militar capengando como sempre e tratando questões sociais crônicas como pequenas feridas, ocultando as mazelas e a miserabilidade social só podia revelar, no campo que lidera o jogo hegemônico em determinado momento histórico, uma enraizada casca com aparência de atender ao clamor das inúmeras desigualdades estruturais que só podem se explicar pela própria estrutura que a determina. Ou seja, não há como expor as fissuras expostas sem expor a estrutura socioeconômica que a determina, e os interesses de classe que a sustentam.

Concomitantemente aos acontecimentos mencionados, a promulgação da Constituição de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, mudanças significativas foram ocorrendo tanto no cenário nacional, quanto mundial. Mais precisamente no que diz respeito à década de 1990, o campo da educação teve destaque importante, influenciando principalmente na lei acima mencionada (LDB nº 9.394/1996) e nas demais políticas implementadas a partir desta década.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, conforme o que já foi elucidado acima, o Brasil passou a implementar os ideais neoliberais. Com Collor, “deflagrou-se o processo de ajuste da economia brasileira às exigências da reestruturação global da economia” (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007, p. 46); no entanto, no governo de Itamar Franco, foi possível observar com mais clareza com a elaboração do Plano Decenal e, no governo de Fernando Henrique Cardoso, tudo ficou ainda mais explícito. Sobre o neoliberalismo – e suas consequências para o âmbito educacional pós-1990 –, será aprofundado nos capítulos que se seguem.

Nesta perspectiva, atribuiu-se à educação como estratégia para implementação destes ideais. Ao mesmo tempo em que tais ideias foram tomando corpo no cenário educacional brasileiro, desde o início da década, os Organismos Multilaterais, empresários e intelectuais começaram a atuar nas propostas para a educação, que, segundo os próprios, precisava estar mais preparada para o mundo globalizado. O Brasil não ficou de fora.

Em 1990, em Jomtien (Tailândia), realizou-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, a qual foi financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Os 155 países que participaram, incluindo o Brasil, comprometeram-se a garantir educação básica de qualidade para todos.

Durante a década – e até hoje –, os organismos interferem na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a educação no Brasil e em outros países em desenvolvimento, com a desculpa de auxiliar no progresso social, político e econômico (principalmente) destas nações. A UNESCO e o Banco Mundial são os principais organismos financiadores destas políticas.

Ao longo dos anos 1990, a política educacional dispersou-se em uma profusão de medidas que reformaram profundamente o sistema educacional brasileiro. Essas reformas têm encontrado apoio em justificativas elaboradas por técnicos de organismos multilaterais e intelectuais influentes no país. Ademais, popularizaram uma prática que se tornaria um fato na condução das políticas públicas: a formação de instâncias tripartites envolvendo empresários e trabalhadores para discutir com o governo os rumos da educação brasileira (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007, p. 65).

A educação é terreno fértil para estes organismos, os quais adentraram ao país principalmente após a década de 1990, construindo e intentando propostas para a infância, adolescência e juventude em prol da expansão mercantil, o que “demonstra vinculação com os interesses econômicos do capitalismo mundial, o qual pressupõe estreita ligação entre as demandas do setor produtivo requerendo trabalhadores mais flexíveis e que atendam rapidamente as necessidades daquele setor” (Flach, 2015, p. 744).

Com esta trajetória histórica da Política Educacional no Brasil, em especial a partir do período de redemocratização, buscou-se apresentar os principais aspectos sociais, políticos e econômicos que influenciaram na consolidação do direito à educação no país, ou melhor, nos desafios e na tentativa desta consolidação. Foi possível observar, com a aprovação e promulgação da Constituição Cidadã de 1988, bem como com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que o interesse por uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade

social nem sempre tem a prioridade ou a atenção devida, sempre foi e sempre será por meio de muita luta que os direitos, novamente, mesmo dentro da democracia formal, são conquistados.

Nesta perspectiva, Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 9) destacam que, “ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador na sociabilidade humana. Adapta-se aos moldes de formação técnica e comportamental adequados à produção e à reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida”.

Na próxima seção deste capítulo, encontra-se o levantamento da produção acadêmica acerca do objeto aqui pesquisado. Esse levantamento se mostra necessário em razão da necessidade de demonstrar a análise e a compreensão de outros trabalhos que se debruçaram a analisar a Política Educacional, seus meandros, potencialidades e consequências, fato que, além disso, “demonstra a importância de investigar o que tem sido pesquisado, as limitações e os aspectos que ainda precisam ser aprofundados” (Mainardes, 2006, p. 13).

1.2 ASPECTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA: RELAÇÕES COM O OBJETO PESQUISADO

Conforme vem sendo explicitado durante este trabalho, a discussão acerca da temática da Política Educacional se faz extremamente necessária. Diante disso, no segundo semestre de 2023, foi realizado o levantamento da produção acadêmica. Vale salientar que tal levantamento está circunscrito ao objeto da pesquisa: a Política Educacional no governo Lula.

No entanto, a temática aqui estudada encontra-se em andamento, uma vez que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o cargo no ano de 2023, sendo que seu mandato encerrará somente em 2026. Por isto, levando em consideração que não houve tempo hábil para defesas e publicações de teses e dissertações, optou-se por considerar trabalhos que foram publicados durante os governos de Lula I e II, além de outros que tiveram relações com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, respectivos antecessor e sucessora. Nessa perspectiva, o levantamento foi realizado, primeiramente, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no catálogo de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tais campos foram escolhidos devido ao rigor científico para suas publicações.

No que se refere aos descritores utilizados, decidiu-se por: “política educacional nos governos Lula” e “política educacional” AND “governo Lula”, no intuito de abarcar o maior

número de trabalhos. Na Tabela 1, abaixo, estão condensados os resultados encontrados em um primeiro momento, sem quaisquer análises, nos campos de pesquisa acima mencionados.

Tabela 1 – Resultado da pesquisa pelos descritores acerca da temática no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Descritores	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
“política educacional nos governos Lula”	9	2
“política educacional” AND “governo Lula”	41	42
Total de todos os trabalhos encontrados	50	44
Total Geral		94

Fonte: Campos de pesquisa (CAPES e BDTD) organizado pela autora (2023).

Mediante os resultados encontrados e após fazer uma primeira análise, no que se refere ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no qual se obteve um total de 50 trabalhos, foram descartados 9 trabalhos, nos quais se repetiam os títulos, resumos e palavras-chave, ou seja, que estavam presentes nos dois descritores.

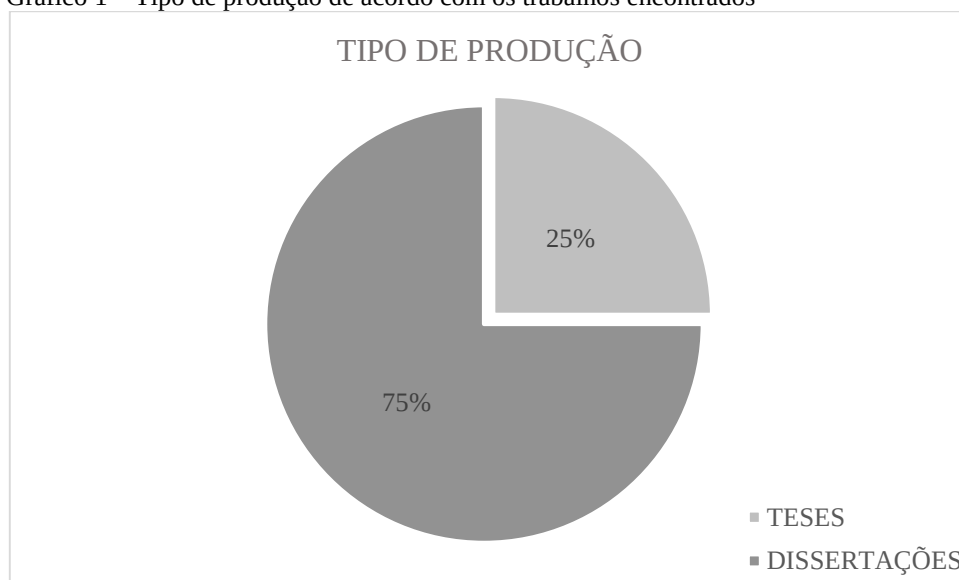
Já em uma segunda análise, com os 41 trabalhos que restaram, foram descartados mais 21 trabalhos, pois 13 deles não tinham relação com o escopo da pesquisa e 8 não foram encontrados, uma vez que são anteriores à Plataforma Sucupira e não estão disponíveis nas bibliotecas digitais das respectivas universidades. Portanto, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram encontrados 20 trabalhos para análise.

Ao seguir na revisão das produções, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), encontrou-se o resultado de 44 teses e dissertações com os descritores já mencionados acima. Do mesmo modo como analisadas as pesquisas publicadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na BDTD, descartou-se 2 trabalhos em que se repetiam os títulos, resumos e palavras-chave, por se tratar do mesmo trabalho presente nos dois descritores escolhidos.

Em seguida, dos 42 trabalhos restantes, foram deixados de lado mais 23 trabalhos, considerando que 20 deles não faziam relação alguma com a temática pesquisada e 3 não estavam disponíveis para análise, conforme o que constava na plataforma. Com isto, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), restaram 19 trabalhos. Posteriormente à análise realizada com os trabalhos encontrados nos campos em que são publicadas teses e dissertações (CAPES e BDTD), foram cruzadas as informações e descartados os trabalhos que estavam presentes nos dois, chegando a um total de 31 produções.

Após esta primeira análise, com os 31 trabalhos selecionados, realizou-se a leitura dos resumos, introduções e considerações finais, no intuito de compreender se havia, de fato, relação com o tema da pesquisa. Neste momento, foram descartados mais 11 trabalhos, totalizando 20 produções para uma análise mais aprofundada, lembrando que o objetivo da pesquisa não é o levantamento da produção, apenas compreender o que já foi publicado acerca do objeto de estudo já mencionado, fato que contribui, além disso, para evidenciar lacunas e abrir espaços para novas pesquisas. No Gráfico 1, a seguir, é possível observar o tipo de produção encontrada, sendo 5 teses e 15 dissertações, o que corresponde, respectivamente, a 25% e 75% do total dos trabalhos.

Gráfico 1 – Tipo de produção de acordo com os trabalhos encontrados



Fonte: Campos de pesquisa (CAPES e BDTD) organizado pela autora (2023).

Em seguida, para que os trabalhos sejam conhecidos, optou-se por organizar no Quadro 1 seus respectivos títulos, autores (as), ano de publicação e programas de pós-graduação em que foram defendidos e publicados.

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) relacionadas à temática da pesquisa (2007-2020)

(continua)

TÍTULO	AUTOR (A)	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
O UNICEF e a política de Educação infantil no governo Lula	Jodete Bayer Gomes Fullgraf	Tese	2007	Educação
Análise das políticas públicas federais de educação e suas repercussões sobre as instituições de Ensino Superior privadas no Brasil	Aldo Roberto Boose	Dissertação	2009	Desenvolvimento Regional

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) relacionadas à temática da pesquisa (2007-2020)

(continuação)

TÍTULO	AUTOR (A)	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
A Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio: implicações das mudanças legais no governo Lula para o IFG	Shirley Mar Pereira Virote	Dissertação	2009	Educação
O consórcio social da juventude no contexto da política de Educação Profissional no governo Lula (2003-2007): Encontros e desencontros	Polyanna Santiago Magalhães	Dissertação	2010	Educação
Estado e política social no governo Lula: aspectos teóricos e políticos nos discursos presidenciais	Fabiano Lombardi	Dissertação	2010	Educação
Democracia e política educacional no governo Lula	Paulo Roberto de Souza Germann	Dissertação	2011	Educação
A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010	Jussara Marques de Macedo	Tese	2011	Educação
Público e privado na Educação Superior: uma análise da homeopática contrarreforma universitária no Brasil (1995-2010)	Priscilla Gama Cardoso	Dissertação	2011	Educação
Formação inicial do professor de Educação de Jovens e Adultos: projeto para o futuro?	Lêda Letro Ribeiro	Dissertação	2013	Educação
O planejamento no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2010: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas	Cecília Carolina Simeão de Freitas	Dissertação	2013	Educação
A política pública brasileira de Educação Integral implementada pelos governos Lula (2003/2010): o Programa Mais Educação	Camila Aparecida Pio	Dissertação	2014	Educação
Política educacional no Brasil: proposições educacionais no plano plurianual dos governos Lula e Dilma Rousseff (2008-2011)	Edimor Antônio Michelin	Dissertação	2014	Educação
Fábrica de professores em nível superior: a Universidade Aberta do Brasil (2003-2014)	Aline de Souza Mandeli	Dissertação	2014	Educação
Contrarreforma do Ensino Superior no pós-1990: o EAD como estratégia expansionista	Andreza Telles dos Santos Ferreira	Dissertação	2015	Serviço Social e Desenvolvimento Regional

Quadro 1 – Teses e dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) relacionadas à temática da pesquisa (2007-2020)

(conclusão)

TÍTULO	AUTOR (A)	TIPO DE PRODUÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Uma análise dos programas de acesso à Educação Superior nos governos Lula e Dilma	Daniele dos Santos Ramos Xavier	Dissertação	2016	Economia Política
As políticas para a Educação Superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do PROUNI e FIES	Fernando Oliveira Rodrigues	Dissertação	2016	Educação
O Banco Mundial e a contrarreforma da Educação Superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010)	William Pessoa da Mota Júnior	Tese	2016	Educação
A concepção de Educação Profissional Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma	Jaqueline Moritz	Dissertação	2017	Educação
A expansão da Educação Superior por meio do Programa REUNI: um estudo de caso na UFPR	Cláudio Martin Rocha	Tese	2018	Educação
Programa Mais Educação: uma política progressista de Educação Integral em tempo integral	José Nildo O. Soares	Tese	2020	Educação

Fonte: Campos de pesquisa (CAPES e BDTD) organizado pela autora (2023).

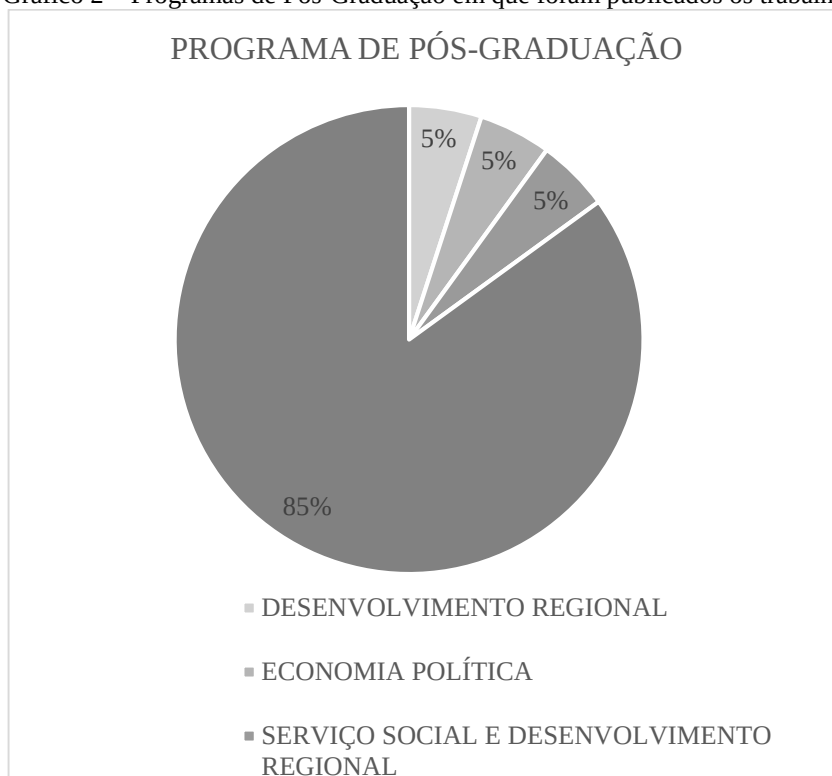
Durante o levantamento das produções, um fator que chamou a atenção foi que 3 trabalhos foram publicados em programas de pós-graduação de outras áreas, apesar de 85% deles serem da educação (como é demonstrado no Gráfico 2, abaixo). Trata-se de dissertações, analisadas no decorrer desta seção, que correspondem aos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional¹; Serviço Social e Desenvolvimento Regional²; e Economia Política³.

¹ Análise das políticas públicas federais de educação e suas repercussões sobre as instituições de Ensino Superior privadas no Brasil (Boose, 2009).

² Contrarreforma do Ensino Superior no pós-1990: o EaD como estratégia expansionista (Ferreira, 2015).

³ Uma análise dos programas de acesso ao Ensino Superior nos governos Lula e Dilma (Xavier, 2016).

Gráfico 2 – Programas de Pós-Graduação em que foram publicados os trabalhos



Fonte: Campos de pesquisa (CAPES e BDTD) organizado pela autora (2023).

A seguir, é apresentada a análise destes trabalhos. Procurou-se sistematizar, em pequenos excertos, os objetivos dos trabalhos, além das principais discussões e reflexões acerca dos objetos estudados. Vale ressaltar que, após a segunda análise realizada, da leitura dos resumos, introduções e considerações finais, foram escolhidos somente os trabalhos que trataram das políticas educacionais dos governos Lula e as relações destes com outros governos, conforme já mencionado, uma vez que é o estudo da política educacional o enfoque dado nesta pesquisa. A análise é iniciada pelas teses e, logo após, as dissertações.

A primeira tese analisada é intitulada “O UNICEF e a política de Educação Infantil no governo Lula”, de autoria de Jodete Bayer Gomes Fullgraf, defendida em 2007, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fullgraf (2007) teve como objetivo ‘identificar se, e como, a influência do UNICEF incide sobre a política de Educação Infantil brasileira na perspectiva da agenda globalmente estruturada’.

Ao percorrer este objetivo, a autora tece reflexões acerca da relação entre programas do UNICEF, como o Família Brasileira Fortalecida, e as políticas propostas pelo Ministério da Educação, durante o primeiro ano do governo Lula, para a Educação Infantil. Neste sentido, mediante análise documental e entrevistas com pessoas ligadas ao UNICEF e ao Ministério da Educação, Fullgraf (2007, p. 180) defende que a tese revelou “processos de

resistência, acomodações, subterfúgios ou conformismos presentes nas esferas envolvidas na produção e elaboração das políticas nacionais” e que, ainda, o trabalho “evidenciou os confrontos presentes nos processos de escolhas e decisões na implementação de políticas, seja por parte do Estado brasileiro, seja por parte de outros órgãos envolvidos na produção dessa agenda”.

A segunda tese analisada é de autoria de Jussara Marques de Macedo, cujo título é “A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010”, defendida em 2011 na Universidade Federal Fluminense. O objetivo da tese foi ‘estabelecer relações entre as sugestões e imposições dos organismos internacionais para a formação de professores e a política pública de formação docente, no Brasil, a partir dos anos de 1990’. De acordo com a autora, “pensar a formação do professor, hoje, é pensar, também, o papel da educação como elemento importante na formação de um trabalhador de novo tipo, para uma nova dinâmica da sociabilidade burguesa” (Macedo, 2011, p. 10).

Diante disso, Macedo (2011) buscou compreender os desdobramentos da formação do professor da Educação Básica, no Brasil, tendo como objeto de estudo as políticas de formação do professor, em nível superior, no governo Lula. Macedo (2011) defende a tese de que tais políticas estão interligadas aos interesses do capital, cujas representações são dos organismos internacionais, sendo o objetivo principal manter o Brasil em condição de país de capitalismo periférico. Em contraponto, a pesquisadora argumenta sobre a importância de uma formação de professores com vistas à emancipação humana e à construção de outra sociabilidade, o que não ocorreu nas propostas de políticas educacionais no período por ela analisado.

A terceira tese contemplada nesta análise tem como título “o Banco Mundial e a contrarreforma da Educação Superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010)”, tendo como autor William Pessoa da Mota Júnior, apresentada e defendida no ano de 2016 na Universidade Federal do Pará. Mota Júnior (2016) objetivou, com este trabalho, ‘analisar as relações entre as elaborações expressas nos documentos do Banco Mundial para a educação brasileira e a contrarreforma da Educação Superior executada pelo governo Lula, no período de 2003 a 2010’.

O autor destacou que o Banco Mundial cumpriu um papel de destaque na definição das políticas da contrarreforma da Educação Superior no governo Lula e concluiu que “a concepção bancomundialista de educação terciária se consolida nas políticas de Educação Superior no período de 2003 a 2010 através de uma série de medidas político-jurídicas que

são analisadas, particularmente no que toca aos eixos financiamento, avaliação e parcerias público-privadas” (Mota Júnior, 2016, p. 8).

A quarta tese analisada neste levantamento tem como autor Cláudio Martin Rocha, denominada “A expansão da Educação Superior por meio do Programa REUNI: um estudo de caso na UFPR”, defendida no ano de 2018 na Universidade Federal do Paraná. Rocha (2018) objetivou ‘analisar a expansão da Educação Superior por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)’ na instituição federal na qual a pesquisa foi apresentada.

Nesse sentido, abordou as políticas de Educação Superior durante o governo Lula, no período de 2003 a 2010, tendo como conclusão que “nesse governo foi defendida a expansão pública e privada, com inclusão social, por meio de diferentes programas [...]” e ainda, “na instituição pesquisada, o Programa evidenciou aumento na oferta de vagas diurnas e noturnas [...]. Porém, permaneceram elevadas as taxas de evasão antes, durante e após a implantação, demonstrando que não houve alteração de comportamento no período assinalado” (Rocha, 2018, p. 7).

Já a quinta e última tese elencada nesta análise foi desenvolvida por José Nildo O. Soares, intitulada “Programa Mais Educação: uma política progressista de Educação Integral em tempo integral”, defendida em 2020 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Soares (2020) teve como objeto de estudo, como o próprio título já enuncia, o Programa Mais Educação (PME), durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016).

O objetivo geral desta tese foi ‘compreender como os aspectos e as práticas desencadeadas a partir do Programa Mais Educação possibilitaram a efetividade da Educação Integral em tempo integral, em escolas de Ensino Fundamental de Santana de Parnaíba – SP, no período de 2013-2019’. Perseguindo o objetivo, Soares (2020) aponta que o PME se instituiu, na cidade pesquisada, como uma política progressista, que, segundo ele, articulada a outras políticas de Educação Integral em tempo integral, contemplou saberes escolares e culturais ao ampliar as experiências educativas, proporcionando uma formação integral dos sujeitos.

Ao iniciar a análise das dissertações, a primeira delas é intitulada “Análise das políticas públicas federais de educação e suas repercussões sobre as instituições de Ensino Superior privadas no Brasil”, cujo autor é Aldo Roberto Boose, que defendeu sua dissertação no ano de 2009 na Universidade de Santa Cruz do Sul. O objetivo deste trabalho foi ‘analisar a relação entre o crescimento acelerado das instituições privadas de Ensino Superior no país e a política educacional do governo federal no período de 2001 a 2005’.

Para tanto, foram analisados documentos das políticas educacionais implementadas para a modalidade referida, nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. De acordo com o autor do trabalho, o significativo crescimento das instituições privadas deu-se devido à abertura e a parcerias econômicas iniciadas por FHC e que foram continuadas por Lula, ao mesmo tempo em que “as instituições públicas [...], no período analisado, experimentaram severas restrições nos seus orçamentos e dificuldade na reposição e ampliação dos seus quadros docentes e técnicos administrativos, o que provocou um congelamento na expansão de vagas nos cursos oferecidos” (Boose, 2009, p. 5).

A próxima, segunda dissertação elencada neste levantamento, tem como autora Shirley Mar Pereira Virote e traz como título “A Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio: implicações das mudanças legais no governo Lula para o IFG”, apresentada no ano de 2009 na Universidade Católica de Goiás. Virote (2009) teve como objetivo ‘explicitar as políticas públicas e institucionais voltadas para a implementação da Educação Profissional de Nível Médio integrada ao Ensino Médio, seus princípios e concepções teóricas fundantes, bem como o desenvolvimento destas políticas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)’.

A autora analisa o período de 2004 a 2009, governo Lula, no que se refere à organização curricular da Educação Profissional de Nível Médio integrada ao Ensino Médio. Para isto, subsidia-se em análise bibliográfica e documental, bem como utiliza-se de entrevistas e questionários, a fim de, segundo ela, compreender as relações entre a Educação Profissional, o homem, o trabalho, a ciência e a tecnologia no IFG Goiás, especificamente no curso de Técnico em Edificações.

Entre as conclusões da autora, ela afirma que a pesquisa evidenciou, de acordo com os estudos teóricos e as entrevistas com os participantes da pesquisa, que a estrutura curricular, na instituição ora mencionada, “abre possibilidades para uma formação tecnológica, cidadã e emancipatória. Vale destacar, porém, que apenas a mudança legal e as modificações na estrutura organizacional e curricular dela decorrente não podem, por si só, efetivar essas possibilidades” (Virote, 2009, p. 159).

A terceira dissertação escolhida para análise é denominada “O consórcio social da juventude no contexto da política de Educação Profissional do governo Lula (2003-2007): encontros e desencontros”, defendida no ano de 2010 na Universidade Federal de Pernambuco, por Polyanna Santiago Magalhães. Este trabalho objetivou ‘identificar as convergências e divergências entre a concepção de Educação Profissional do governo Lula e

as concepções, diretrizes e práticas do Consórcio Social da Juventude (CSJ) e, em caráter complementar, quais as suas causas e consequências’.

Conforme explicitado por Magalhães (2010, p. 9), “a pesquisa foi realizada junto a dois Consórcios Sociais da Juventude: Recife e Salvador. Para o levantamento dos dados, foram realizadas análise documental, entrevistas e coleta de dados qualitativos”, o que, segundo ela, permitiu compreender as diferentes concepções de Educação Profissional, tanto no âmbito do governo, quanto nas entidades executoras do programa.

Neste sentido, ela conclui que, embora a política ora referida tenha avançado, ao mesmo tempo apresentou “baixa capacidade de disseminação [...] gerando contradições entre aquilo que propôs a política e o que se materializou na ação, o que, no caso do Consórcio Social da Juventude, determinou a efetiva diferença entre os resultados esperados e aqueles alcançados pelo Programa” (Magalhães, 2010, p. 9).

A quarta dissertação analisada intitula-se “Estado e política social no governo Lula: aspectos teóricos e políticos nos discursos presidenciais (2003-2009)”, cuja autoria é de Fabiano Lombardi, defendida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná em 2010. Esta dissertação, diferentemente das outras, não analisa especificamente uma política educacional dos ou do governo Lula, no entanto, faz relação direta, uma vez que apresenta tais discursos e a relação das concepções adotadas e das políticas implementadas pelo governo.

Lombardi (2010, p. 7) corrobora que tal relação “[...] se justifica, pois, um discurso oficial que representa um dado governo depende de perspectivas teóricas e políticas determinadas que nem sempre aparecem explicitamente, mas quando mediadas por um quadro conceitual [...] podem revelar tomadas de posição política”. Mediante análise destes discursos, ao longo do trabalho e também nas suas considerações finais, o autor explicita que, segundo ele, apesar do reconhecido carisma, popularidade e aprovação do presidente, suas falas mostram-se condizentes com a lógica do capital e, por consequência, afastadas do campo da esquerda.

A quinta dissertação elencada para análise denomina-se “Democracia e política educacional no governo Lula”, apresentada na Universidade Tuiuti do Paraná, por Paulo Roberto de Souza Germann, em 2011. Este trabalho analisou, conforme explicita o autor, as políticas educacionais no Brasil durante o governo Lula, além da relação dessas com a democracia.

O principal documento analisado na pesquisa foi o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), além de outros documentos de políticas educacionais implementadas no período ora mencionado. O autor obteve como conclusão “que as políticas

educacionais do Governo Lula estiveram mais afinadas com o discurso comunitarista da democracia, aproximando também da concepção liberal da mesma” (Germann, 2011, p. 7).

A sexta dissertação analisada tem como título “Público e privado na Educação Superior: uma análise da homeopática contrarreforma universitária no Brasil (1995-2010)”. Sua autora é Priscilla Gama Cardoso, cuja defesa ocorreu no ano de 2011 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. O trabalho teve como objetivo ‘analisar as políticas do governo Lula para a Educação Superior, tendo como fio condutor os conceitos de público e privado, implantadas desde o governo FHC às do governo Lula’.

A pesquisa, segundo sua autora, a partir de análise documental, buscou, além do objetivo explicitado, identificar nos documentos oficiais, no que se refere à Educação Superior, de que maneira as medidas legais efetivadas para esta modalidade, no governo Lula, “foram realizadas e orientadas para atender à racionalidade econômica crivada pela lógica mercantil” (Cardoso, 2011, p. 6). Neste sentido, Cardoso (2011, p. 242) concluiu que o governo Lula “manteve e aprofundou a contrarreforma homeopática, bem como as principais diretrizes políticas e econômicas do governo FHC”.

A sétima dissertação elencada no levantamento das produções é intitulada “Formação inicial do professor de Educação de Jovens e Adultos: projeto para o futuro?”, cuja autora é Lêda Letro Ribeiro, que defendeu seu trabalho no ano de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da dissertação foi ‘analisar a política para a formação inicial do professor para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entre 2000 e 2010’.

Para tanto, a autora tece reflexões acerca do período dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, constatando que as políticas educacionais para a modalidade citada acima estão mais interligadas com a formação continuada de professores do que com a inicial, objeto de estudo deste trabalho. Nesse sentido, Ribeiro (2013, p. 11) conclui que, “de um lado, o capital constrói um terreno de racionalização, que transfere para a educação, para a formação de professores e para a EJA a responsabilidade pela produção de soluções para problemas sociais [...], de outro, tenta ofuscar suas determinações na contradição capital-trabalho”.

Em continuidade às análises empreendidas, a oitava dissertação elencada denomina-se “O planejamento no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2010: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas”, a qual foi publicada pela Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2013, tendo como autora Cecília Carolina Simeão de Freitas.

Freitas (2013) objetivou ‘analisar os significados e contornos que o planejamento assumiu no contexto das políticas educacionais implementadas pelo governo federal no período de 2003 a 2010 a partir da análise das diretrizes que orientaram a elaboração do Plano de Ações Articuladas’. Por meio de um tratamento das propostas elencadas neste planejamento e a condução das políticas públicas, a autora concluiu que “a regulação no modo de proceder do Estado encontrou no planejamento educacional condições para efetivar a descentralização coordenada, monitorando, gerenciando e mensurando a evolução das metas” (Freitas, 2013, p. 8).

No que se refere à nona dissertação, tem-se como título “A política pública brasileira de Educação Integral implementada pelos governos Lula (2003/2010): o Programa Mais Educação”, cuja autora é Camila Aparecida Pio, que apresentou seu trabalho no ano de 2014 na Universidade Estadual de Londrina. Pio (2014) elencou como objetivo principal ‘analisar a política pública brasileira de Educação Integral, implementada pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010’.

Mediante análise documental, no intuito de compreender a política de Educação Integral, segundo a autora, “os dados obtidos na pesquisa permitem compreender que a política pública de Educação Integral, assumida pelos governos Lula [...] apresenta como gênese a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, a partir da reinvenção do tempo e do espaço escolar”. Além disso, ela corrobora que “a educação nos governos Lula foi desenvolvida em articulação com as estratégias de redução da pobreza, encaminhamento que demarca, além da preocupação governamental, as exigências do sistema capitalista para a regulação social” (Pio, 2014, p. 9).

Já a décima dissertação elencada no levantamento é denominada “Política Educacional no Brasil: proposições educacionais no plano plurianual dos governos Lula e Dilma Rousseff (2008-2011)”, cujo autor é Edimor Antônio Michelin, publicada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em 2014. De acordo com o autor, o estudo busca analisar ‘as flexibilizações das políticas educacionais, considerando as proposições educacionais no plano plurianual dos governos Lula e Dilma Rousseff’, no período já explicitado. Michelin (2014) realiza uma análise de documentos relacionados às políticas educacionais elencadas nos planos plurianuais, entre elas estão: Inclusão Digital; Saúde na Escola; Mais Educação; Ensino Médio Inovador; Apoio ao Transporte Escolar; Caminho da Escola; e Brasil Profissionalizado.

Nesse sentido, considerando as políticas educacionais analisadas nesse estudo, o autor destaca que é possível identificar que estas “se revelam como meios específicos da

produção, arranjos econômico-financeiros e político-ideológicos e como mediações das tensões e pressões entre classes” e que, ainda, “a implementação de planos plurianuais constituem uma dessas formas de articulação [...] que não estão indissociáveis do conjunto político-produtivo [...] que flexibiliza e delinea os programas [...] implementados pelos governos Lula e Dilma Rousseff” (Michelon, 2014, p. 8).

A décima primeira dissertação analisada intitula-se “Fábrica de professores em nível superior: a Universidade Aberta do Brasil (2003-2014)”, de autoria de Aline de Souza Mandeli, defendida no ano de 2014 na Universidade Federal de Santa Catarina. Mandeli (2014) destaca, logo no início do trabalho, que, nesta pesquisa, ela objetivou ‘discutir as políticas de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior na modalidade a distância (EaD)’.

Dessa forma, tendo como subsídio a análise de documentos referentes à modalidade, além de tecer um levantamento de produções acerca da temática, a autora analisou documentos de Organizações Multilaterais (OM), como Unesco e Banco Mundial, a fim de compreender as concepções e influências destes em relação à formação inicial de professores na modalidade à distância. Com isto, a pesquisadora concluiu que “as Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam licenciaturas na modalidade EaD no Brasil estão em consonância com as recomendações de OM para os países periféricos e para professores”, sendo que estes organismos “[...] orientam que os professores não precisam necessariamente ser formados em universidades tradicionais, mas em ‘instituições técnicas’, nos termos da Unesco, ocorrendo, assim, um distanciamento da produção do conhecimento” (Mandeli, 2014, p. 9).

Ainda no que se refere à pesquisa mencionada, sobre a Universidade Aberta do Brasil, Mandeli (2014, p. 9) destaca que ela se estrutura como uma “grande fábrica de formação de professores”, pois “o termo fábrica aparece no Projeto Universidade Aberta do Brasil, documento que institui o sistema, demonstrando como a formação de professores tem sido tratada nas políticas dos Governos Lula e Dilma”.

A décima segunda dissertação, defendida por Andreza Telles dos Santos Ferreira, no ano de 2015, na Universidade Federal Fluminense, é intitulada “Contrarreforma do Ensino Superior no pós-1990: o EaD como estratégia expansionista”. Assim como já discutido em outros trabalhos, Ferreira (2015) reflete sobre a expansão do Ensino Superior brasileiro, mais especificamente na modalidade à distância e teve como objetivo analisar a relação entre eles.

Por meio da pesquisa, Ferreira (2015) analisou este processo de expansão desde o governo Fernando Henrique Cardoso, passando pelos governos Lula e Dilma. Com isto, concluiu que a escolha dos governos em ofertar EaD “está de acordo com as recomendações

dos organismos internacionais, com as políticas de ajuste fiscal, a fim de estabilizar a economia e reduzindo os gastos na área social, repassando para iniciativa privada suas responsabilidades” (Ferreira, 2015, p. 6), além de que, segundo ela, a modalidade se mostra altamente lucrativa para a burguesia nacional e segue as exigências do capital internacional em tempos de mundialização.

Dando continuidade às análises e reflexões acerca das teses e dissertações encontradas e que fazem relação com o escopo da pesquisa, a décima terceira dissertação foi defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por Daniele dos Santos Ramos Xavier, no ano de 2016 e intitula-se “Uma análise dos programas de acesso à Educação Superior nos governos Lula e Dilma”. O objetivo da pesquisa foi ‘analisar os programas de acesso à Educação Superior nos governos Lula e Dilma com vistas a verificar se as opções de financiamento público – especialmente o PROUNI e o FIES – resultaram em aumento do acesso à Educação Superior e em mudança na relação público/privado’.

Ao perseguir este objetivo, Xavier destaca que a expansão e democratização de acesso ao Ensino Superior, no que concerne à implementação dos referidos programas, na época em que a pesquisa foi realizada, estavam sendo cumpridas de acordo com a “necessidade de mercado, as demandas produtivas, e a necessidade de aumentar a formação e qualificação de pessoas para o desenvolvimento econômico nacional e internacional” (Xavier, 2016, p. 79).

Com o mesmo objeto de pesquisa acima explicitado, a análise dos programas PROUNI e FIES, Fernando Oliveira Rodrigues defendeu sua dissertação – a décima quarta analisada neste levantamento – na Universidade Estadual do Oeste do Paraná em 2016, denominada “As políticas para a Educação Superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do PROUNI e FIES”.

O autor objetivou ‘analisar o processo de ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil por meio do PROUNI e do FIES’. Embasado em análise de produções bibliográficas acerca do tema da pesquisa, Rodrigues (2016, p. 8) destaca que, a partir de suas leituras e reflexões, “identificou-se, no contexto das reformas educacionais implementadas nas décadas de 1980 e 1990, que as políticas para a Educação Superior resultaram na exclusão escolar do nível superior da classe trabalhadora e deteriorização do sistema público de ensino”.

Por fim, a décima quinta dissertação que compõe a análise empreendida é intitulada “A concepção de Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma”, cuja autora é Jaqueline Moritz, que defendeu seu trabalho no ano de 2017 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Moritz (2017) objetivou analisar a concepção de Educação Profissional das instituições federais acima mencionadas, por meio de análise de documentos e legislações que abordam e regulamentam a modalidade.

Neste sentido, a autora corrobora que a contradição esteve presente na constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos governos Lula e Dilma, já que, a partir dos documentos analisados, “ora apresentam compromisso com a oferta de uma EPT que potencialize o ser humano na perspectiva da emancipação e que vá “além do econômico”, ora está estreitamente alinhada com as demandas do capital” (Moritz, 2017, p. 87).

Mediante o exposto, tem-se a compreensão de que o maior número de trabalhos está circunscrito à política de Ensino Superior desenvolvida durante os governos de Lula I e II e dos governos Dilma, sendo 3 teses e 5 dissertações que abordam esta temática de pesquisa. Em sua maioria, os trabalhos demonstram uma crítica, não em totalidade, às políticas implementadas. Seja por meio de pesquisa em campo ou documental, evidenciam as lacunas e as contradições destas na prática.

Além do levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo em vista a importância de tomar conhecimento sobre quais aspectos os pesquisadores escreveram e vêm escrevendo acerca da Política Educacional nos governos Lula, optou-se também pelo levantamento de artigos. A plataforma escolhida foi o Portal de Periódicos da CAPES, devido ao seu rigor científico. Distintamente à busca pelas teses e dissertações, no portal, os descritores foram utilizados sem aspas, portanto: política educacional nos governos Lula e política educacional AND governo Lula, com o intuito de obter um maior número de resultados. Para refinar a busca, foram empregados seis filtros: Acesso aberto; Artigo; Produção nacional; Revisado por pares; Grande área Ciências Humanas; e Idioma português. A busca ocorreu no primeiro semestre de 2024. Na Tabela 2, abaixo, encontram-se os resultados, de maneira imediata.

Tabela 2 – Resultado da pesquisa pelos descritores acerca da temática no Portal de Periódicos da CAPES

Descritores	Portal de Periódicos da CAPES
política educacional nos governos Lula	29
política educacional AND governo Lula	30
Total de todos os trabalhos encontrados	59

Fonte: Campo de pesquisa (Portal de Periódicos da CAPES) organizado pela autora (2024).

Assim como na escolha das teses e dissertações, os artigos analisados estão relacionados a políticas educacionais implementadas pelos governos Lula I e II, Dilma e, porventura, possuem alguma relação com os governos de FHC, Temer e Bolsonaro. Como é possível observar acima, foram encontrados 59 artigos, com os dois descritores escolhidos. No entanto, após realizar o cruzamento destes trabalhos, percebeu-se que apenas 1 deles era diferente (que corresponde ao descritor política educacional AND governo Lula). Portanto, restaram 30 produções para análise.

Destas 30 produções, após realização da leitura, restaram 10 para uma análise mais aprofundada, pois, conforme já mencionado, estão diretamente relacionadas a políticas educacionais. O restante dos artigos ou não tinha relação com a temática pesquisada ou foi publicado em decorrência de teses e dissertações já analisadas no primeiro momento deste levantamento, como é o caso, por exemplo, dos autores Jodete Bayer Gomes Fullgraf (tese) e William Pessoa da Mota Júnior (tese). Para conhecimento destes trabalhos, foi organizado o Quadro 2, com os respectivos títulos, autores (as), ano de publicação e periódicos em que foram publicados. Posteriormente, foi realizada uma sucinta análise, em pequenos excertos, assim como com as teses e dissertações.

Quadro 2 – Artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES relacionados à temática da pesquisa
(continua)

TÍTULO	AUTOR (A)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO
A política de Educação Especial na Era Lula (2003-2011): uma opção pela inclusão	Caio Augusto Toledo Padilha	2015	Revista HISTEDBR On-line
A Educação Superior nos governos Lula e Dilma: compreensão dos pesquisadores	Isaura Monica Souza Zanardini; Fernando Oliveira Rodrigues	2016	Pró-Educação
A Pátria Educadora e o abandono da Educação Superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação	Alisson Slider do Nascimento de Paula; Kátia Regina Rodrigues Lima; Emmanoel Lima Ferreira; Frederico Jorge Ferreira Costa	2016	Revista HISTEDBR On-line
A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão	Leandro Turmena; Mário Luiz Neves Azevedo	2017	Rev. Diálogo Educ.
Política de formação de professores: a ingerência dos organismos internacionais no Brasil a partir da década de 1990	Lourdes Rafaella Santos Florencio; Lia Machado Fiuza Fialho; Nadja Rinelle Oliveira de Almeida	2017	Holos
Políticas Educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do Ensino Superior e Profissional	Maria Alice de Freitas Marques	2018	Revista Multidisciplinar e de Psicologia

Quadro 2 – Artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES relacionados à temática da pesquisa
(conclusão)

TÍTULO	AUTOR (A)	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO
REUNI como política de expansão das universidades federais e os cortes do Governo Federal	Emilly Coelly Pedrosa de Melo; Stefany Thyene Albuquerque dos Santos; Janine Marta Coelho Rodrigues; Wilson Honorato Aragão	2020	Research, Society and Development
Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	Itamar de Oliveira Corrêa Filho; Jairo Antônio da Paixão; Marlice de Oliveira e Nogueira	2022	Rev. Diálogo Educ.
O novo Mais Educação e os limites das reformas educacionais no contexto de crise estrutural do capital	Juliana Vieira Jordão; Maria Lília Imbiriba Sousa Colares; André Dione Fonseca	2023	Periferia
A Educação Superior nos governos de Lula e de Bolsonaro: uma análise a partir dos programas de governo	Helder Cassiel Ramos de Brito Lima; Julianderson de Araujo Barros Barbosa; Pablo Ricardo Passos Oliveira; Marcelo Henrique Pereira dos Santos	2023	Revista de Psicologia

Fonte: Campo de pesquisa (Portal de Periódicos da CAPES) organizado pela autora (2024).

O primeiro artigo analisado é intitulado “A política de Educação Especial na Era Lula (2003-2011): uma opção pela inclusão”, cujo autor é Caio Augusto Toledo Padilha. O artigo foi publicado na Revista HISTEDBR On-line no ano de 2015 e teve por objetivo ‘analisar a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua equipe de governo no decorrer dos dois mandatos presidenciais à frente da área educacional, de modo a identificar as ações concernentes à Educação Especial, para estabelecer os avanços e retrocessos na efetivação do direito de todos os indivíduos à educação’.

Percorrendo o objetivo, Padilha (2015), ao longo do trabalho, salienta que o governo Lula democratizou, não sem contradições, a oportunidade para a inclusão da pessoa com deficiência na educação comum e, portanto, conclui que, “nos anos Lula, o Estado encaminhou um projeto que questionou algumas barreiras historicamente impostas e concedeu à educação maior espaço na agenda governamental” (Padilha, 2015, p. 173), embora esta ação não tenha se configurado como o esperado, uma vez que as demandas para a modalidade foram reprimidas durante décadas. O autor salienta, ainda, que os desafios são evidentes, mas que a luta por uma educação de qualidade e igual para todos necessita ser permanente.

O segundo artigo que compõe a análise tem como título “A Educação Superior nos governos Lula e Dilma: compreensão dos pesquisadores”, publicado pela Argumentos Pró-Educação em 2016, no qual Isaura Monica Sousa Zanardini e Fernando Oliveira Rodrigues (2016), a partir de pesquisa bibliográfica e documental, objetivaram ‘compreender a forma de

gestão dos últimos governos brasileiros no que tange à política educacional para o acesso à Educação Superior’ (Lula I e II e Dilma).

Os autores argumentam que as políticas educacionais na modalidade de ensino ora pesquisada estão entrelaçadas aos interesses do mercado. Nesse sentido, corroboram que tais políticas evidenciaram “aspectos [...] acerca da economia mercantil na educação superior, que implicaram a princípio numa possível ampliação do acesso a este nível de ensino, no entanto, isto ocorreu por meio de um distanciamento cada vez mais acirrado entre o ‘público’ e o ‘privado’, entre o ‘Estado’ e o ‘mercado’ explicitando a racionalidade mercadológica” (Zanardini; Rodrigues, 2016, p. 367). Entre os programas citados pelos autores no decorrer da pesquisa, estão o ProUni e o Fies, que, segundo eles, representam este elo entre público e privado.

O terceiro artigo analisado denomina-se “A Pátria Educadora e o abandono da Educação Superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação”, publicado na Revista HISTEDBR On-line em 2016. Os autores tiveram como objetivo ‘desvelar o conteúdo subjacente da política educacional expressa nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, tendo em vista o lema governamental: *Pátria Educadora* e sua relação com a educação superior, em especial’.

Alisson Slider do Nascimento de Paula; Kátia Regina Rodrigues Lima; Emmanoel Lima Ferreira e Frederico Jorge Ferreira Costa salientam que o estudo ocorreu a partir de análise do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e do documento *Pátria Educadora*. A partir do materialismo histórico e dialético, Paula *et al* (2016, p. 187) concluem que “as diretrizes da política educacional brasileira são, em grande medida, engendradas pelo setor empresarial, além de dar uma maior relevância para a educação básica, deixando a educação superior a cargo da iniciativa privada” o que, neste sentido, demonstra que este nível de ensino é considerado altamente rentável para o capital e seus empresários da educação.

O quarto artigo analisado intitula-se “A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão”, cujos autores são Leandro Turmena e Mário Luiz Neves de Azevedo, sendo publicado pela Revista Diálogo Educacional no ano de 2017. Os autores objetivaram, com este artigo, ‘problematizar sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), com a implementação dos Institutos Federais (IFs) no âmbito das políticas públicas e educacionais do governo Lula’.

A partir do objetivo proposto, investigaram a trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e analisaram dados acerca da criação e

materialização dos Institutos Federais a partir de 2008. Para eles, com a criação dos IFs, constituiu-se uma possibilidade de formação e desenvolvimento da educação pública brasileira, mesmo que dentro dos limites da sociedade capitalista.

O quinto artigo elencado para análise – “Política de formação de professores: a ingerência dos organismos internacionais no Brasil a partir da década de 1990” – teve por objetivo ‘analisar as atuais concepções sobre a formação docente brasileira, tendo como mote as reformas educacionais empreendidas a partir da década de 1990, as quais se acredita que foram abalizadas por organismos internacionais’, o qual foi publicado pela revista *Holos* em 2017. Os autores, Lourdes Rafaella Santos Florencio, Lia Machado Fiuza Fialho e Nadja Rinelle Oliveira de Almeida salientam, ao longo do trabalho, que as políticas para formação de professores estão sendo pensadas por organismos como a OCDE e que países como o Brasil pautam a agenda educacional em consonância com tais entidades.

Dessa maneira, consideram que “muitas ações e normatizações do sistema educacional brasileiro, incluindo a formação dos profissionais da educação, tratam de uma continuidade no alinhamento ao projeto neoliberal de construção de um molde genérico e abstrato de Educação para os países periféricos” (Florencio; Fialho; Almeida, 2017, p. 303). Tais afirmações vão ao encontro do exposto na primeira seção deste trabalho quando discutido sobre as políticas educacionais a partir da década de 1990.

Maria Alice de Freitas Marques publicou, pela Revista de Psicologia, no ano de 2018 o sexto artigo elencado nesta revisão, intitulado “Políticas Educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do Ensino Superior e Profissional”. Este teve por objetivo ‘expor a situação das modalidades de ensino (Ensino Superior e Profissional) no que diz respeito a recursos, investimentos, crescimento e mudanças em paradigmas de oferta de cursos e a formação do público-alvo’. Assim como em outros artigos, teses e dissertações, a autora expôs que a rede privada de Ensino Superior cresceu exponencialmente durante os governos Lula e Dilma, segundo ela “essas medidas do governo visavam claramente agradar os empresários” (Marques, 2018, p. 673).

Emilly Coelly Pedrosa de Melo, Stefany Thyene Albuquerque dos Santos, Janine Marta Coelho Rodrigues e Wilson Honorato Aragão publicaram, por meio da *Research, Society and Development*, o sétimo artigo analisado, que se intitula “REUNI como política de expansão das universidades federais e os cortes do Governo Federal”, no ano de 2020. O objetivo deste artigo foi ‘refletir sobre uma política pública educacional, mostrando seus respectivos resultados, evidenciando problemas públicos, destacando seus atores e classificando a política escolhida’, que neste caso é o Programa de Apoio a planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No decorrer do artigo, os autores exemplificam como foi a implementação desta política na prática. Nesse sentido, concluem que à época a maioria das universidades federais se localizava nas capitais, e, assim, estudantes de baixa renda que moravam nos interiores não conseguiam acesso igual aos demais estudantes; desse modo, para eles, “o foco maior desta política é a interiorização das universidades federais e IFs como ampliação de vagas acesso e permanência nos cursos superiores” (Melo *et al*, 2020, p. 2).

Itamar de Oliveira Corrêa Filho, Jairo Antônio da Paixão e Marlice de Oliveira e Nogueira (2022) teceram como objetivo, no artigo “Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”, publicado pela Revista Diálogo Educacional em 2022, ‘realizar uma retrospectiva sobre os avanços e os retrocessos da Educação profissional e tecnológica no Brasil, considerando o período compreendido entre o Brasil Império até o fim do governo de Michel Temer (2018), e, por meio desses dados, analisar os caminhos e as perspectivas futuras da Educação profissional e tecnológica no país’.

Ao percorrer o objetivo proposto, os autores corroboram que “a Educação profissional e tecnológica é historicamente dualística. Os debates e os dados trazidos no presente artigo demonstraram as dificuldades para superar os paradigmas de uma educação diferenciada para dominantes e dominados, inseridos em um mundo regido pelas políticas e pelos interesses neoliberais” (Corrêa Filho; Paixão; Nogueira, 2022, p. 1018).

O penúltimo artigo intitula-se “o novo Mais Educação e os limites das reformas educacionais no contexto de crise estrutural do capital”, cujos autores são Juliana Vieira Jordão, Maria Lília Imbiriba Sousa Colares e André Dione Fonseca. Foi publicado pela Periferia no ano de 2023. Os autores tiveram como objetivo ‘analisar o Programa Mais Educação e sua reformulação, o Programa Novo Mais Educação, bem como os limites das reformas educacionais no interior do ordenamento sociometabólico do capital e da atual crise estrutural, a partir da perspectiva de István Mészáros’.

Tecendo reflexões acerca de governos distintos (Lula, Dilma e Temer), Jordão, Colares e Fonseca (2023, p. 25), sobre o Programa Mais Educação, salientam: “à luz das considerações de Mészáros a respeito da crise estrutural do capital, constatamos que a educação que hoje chega às nossas escolas está longe do ideal em termos de formação integral de estudantes”.

O último artigo da revisão, publicado pela Revista de Psicologia em 2023, é denominado “A Educação Superior nos governos de Lula e de Bolsonaro: uma análise a partir

dos programas de governo”, o qual objetivou ‘fazer uma análise sobre o contexto da educação nos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro e segundo mandatos (2003-2010), e no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), bem como a respeito das perspectivas sobre o terceiro mandato (2023- 2026) do Presidente Lula’.

Ao analisarem os programas de governo, com relação à Educação Superior, os autores Helder Cassiel Ramos de Brito Lima, Julianderson de Araujo Barros Barbosa, Pablo Ricardo Passos Oliveira e Marcelo Henrique Pereira dos Santos destacam que há “drásticas diferenças no trato da educação como política pública entre os governos Lula e Bolsonaro, as quais não se resumem aos recursos investidos, mas também ao foco dado aos graus de ensino e até mesmo à questão ideológica” (Lima *et al*, 2023, p. 45). Trazem, ainda, sobre o plano de governo do terceiro mandato de Lula, corroborando a importância do resgate da educação pública, fragilizada nos últimos governos.

Assim como observado no levantamento de teses e dissertações, os artigos demonstraram o interesse pela pesquisa acerca das políticas educacionais de Ensino Superior dos governos Lula I e II – relacionados também com outros governos –, sendo que a discussão ocorreu em 5 dos 10 artigos analisados. Outrossim, revelaram a importância de se desvelar as contradições de tais políticas, quando implementadas na prática, pois é no campo da vida social que as políticas educacionais se efetivam e se mostram ligadas aos interesses do capital.

O próximo capítulo buscará identificar o avanço do neoliberalismo na educação pública brasileira, no período que corresponde de 2003 a 2022, governos Lula I e II, Dilma, Temer e Bolsonaro, o que poderá evidenciar, de maneira mais acentuada, tais contradições vividas no âmbito educacional no seio da sociedade capitalista.

CAPÍTULO 2

O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (2003-2022)

Conforme explicitado no capítulo anterior, o direito à educação no Brasil percorreu longos anos de feitos e retrocessos e, ainda assim, não se pode dizer que está completamente consolidado. A Política Educacional brasileira esteve (e está) intimamente ligada aos interesses daqueles que detêm o capital e, conseqüentemente, a hegemonia dominante.

Nesse sentido, em conformidade com a economia e o mercado, a educação também foi se modificando. Especificamente com o advento do modelo neoliberal, a Política Educacional tomou novos rumos.

Por isso, neste capítulo será tratado sobre o avanço do neoliberalismo na educação brasileira, no que corresponde aos períodos de 2003 a 2022 (do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva ao último ano de governo de Jair Messias Bolsonaro). Este recorte torna-se necessário, na medida em que, para que se possa chegar ao último capítulo deste trabalho, da análise da Política Educacional no terceiro governo Lula, o movimento histórico é fundamental.

A primeira seção diz respeito aos governos petistas, com ênfase nos governos Lula I e II, reflexões acerca do surgimento de um dos principais partidos políticos da história do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT), suas ações para a educação e como este partido foi se transformando ao longo do tempo. Além disso, nesta mesma seção, será abordada, de maneira breve, a Política Educacional dos governos Dilma até o golpe que a destituiu em 2016.

A segunda seção aborda um dos piores e mais desafiadores períodos da história brasileira. Michel Temer e Jair Bolsonaro intensificaram o modelo neoliberal de educação e destruíram conquistas históricas da classe trabalhadora. Bolsonaro, alicerçado no antipetismo e no lema fascista “Deus, pátria, família e liberdade”, colocou em xeque os princípios de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade social.

Já a última seção refere-se ao período das eleições para presidência de 2022. Nela, serão analisados os Planos de Governo dos presidenciáveis que lideravam, à época, as pesquisas: Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Compreende-se esta breve análise como fundamental para constatar o que já foi realizado pelo novo governo e os desafios que ainda estão por vir, que serão tratados no terceiro e último capítulo.

2.1 OS GOVERNOS DO PT E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ÊNFASE EM LULA I E II

O modelo neoliberal de educação no Brasil, segundo o que já foi explicitado neste trabalho, teve seu início na década de 1990, com suas primeiras ramificações no governo de Fernando Collor de Melo e deslanchando nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002). No entanto, o neoliberalismo não teve seu ponto de partida na sociedade brasileira.

De acordo com Frigotto (1996, p. 11), “o neoliberalismo, como arcabouço teórico e ideológico não é algo novo. Nasce como combate implacável, no início da década de 40, às teses keynesianas e ao ideário do Estado de Bem-estar, sobretudo aos direitos sociais e aos ganhos de produtividade da classe trabalhadora”.

Friederich Hayek e Milton Friedman são os principais teóricos do neoliberalismo, os quais defendiam, principalmente, a redução do aparelho do Estado e o respeito aos objetivos individuais dos sujeitos, dotados de plena liberdade. Segundo eles, devido às sucessivas crises econômicas, o Estado de Bem-estar tornou-se insustentável, ou seja, o gasto com despesas sociais contribuiu para o seu desequilíbrio, demonstrando, de acordo com os economistas, a sua ineficiência.

Ainda sobre a origem deste modelo econômico, Frigotto sinaliza que

A adoção das teses neoliberais e a implementação econômica e político-social têm início, todavia, apenas no contexto da crise do capitalismo avançado, na década de 70 e da crise e do colapso do socialismo real. Os líderes desta investida pragmática são Margaret Thatcher, na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos. Não obstante o fracasso econômico da aplicação das teses do *Estado mínimo*, desregulamentação, privatização e instauração da liberdade pura do mercado o ideário neoliberal espalhou-se no mundo como uma praga (Frigotto, 1996, p. 11, grifo do autor).

As décadas de 1970 e 1980, em especial a profunda recessão de 1973, foram intensos períodos de reestruturação econômica, política e social, representando os primeiros passos para esse novo sistema. Harvey (1992, p. 140) corrobora que este sistema “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos [...]”.

“Apresenta-se como o ressurgimento de um pensamento defensor do *status quo*, capitalista, dentro de uma concepção política mais próxima dos elitismos sociais que da democracia”, define Bianchetti (1996, p. 19), quando discute sobre neoliberalismo e políticas educacionais.

O neoliberalismo tem, ainda, como consequências imediatas o individualismo e o egoísmo exacerbados. Adepto do livre mercado, da não intervenção do Estado nas questões econômicas, das privatizações, das parcerias público-privadas, esse modelo apresenta-se como verdade única e incontestável. Löwy (2002, p. 36), ao refletir acerca do pensamento de Walter Benjamin em 1921, defende que “o capitalismo é uma religião cujo culto se dá ‘sem trégua e sem piedade’ e que introduz alguma coisa sem precedentes na história: “a extensão da desesperança até que ela se torne condição religiosa do mundo”.

Para Chauí (2020), o neoliberalismo não é sobretudo a crença na racionalidade do mercado e o enxugamento do Estado, mas é também

Visto sob a perspectiva da luta política [...] a posição que decide cortar o fundo público no pólo de financiamento dos bens e serviços públicos (ou o do salário indireto) e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu (Chauí, 2020, p. 312).

Em nome do capital e de sua expressiva, impiedosa e cruel expansão, o neoliberalismo foi conquistando adeptos em quase todo o mundo. Incutindo o ideário de eficiência, rendimento e performance máxima, chegou ao Brasil, já tardiamente, em meados da década de 1990. Em consonância com esta afirmação, Saad Filho e Moraes revelam que as reformas neoliberais no Brasil

Foram justificadas pelo suposto esgotamento da ISI⁴ e do Estado desenvolvimentista, bem como pelos imperativos de controlar a inflação, melhorar a eficiência econômica e acelerar o crescimento da produtividade. Essas tarefas tornaram-se urgentes com a constatação de que a economia mundial neoliberal passava por uma revolução tecnológica nos campos das tecnologias de informação e comunicação, da computação, das ciências da saúde e do desenvolvimento de novos materiais e fontes de energia (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 95).

A transição para o neoliberalismo foi acelerada com o advento do Plano Real, que teve como intuito estabilizar a inflação, herdada principalmente do governo de Fernando Collor de Mello. No entanto, esta transição não apenas trouxe mudanças econômicas, como demonstrou que a taxa de crescimento do PIB, na primeira década do neoliberalismo no país, foi menor que o registrado na década de 1980, cerca de 2,6% ao ano (Saad Filho; Moraes, 2018).

Nesta ótica, Barrios (2023, p. 84) enfatiza que “o governo de FHC fomentou a privatização de bens sociais, como a educação e saúde, corroborando com a desigualdade e a

⁴ ISI: Industrialização por substituição de importações.

diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores” e que, ainda, “foi com uma política de encolhimento do espaço público dos direitos sociais e com o alargamento do espaço dos interesses de mercado que o neoliberalismo se consolidou em território nacional”.

Neste sentido, envolto a estes acontecimentos decorrentes da transição para o neoliberalismo, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao cargo máximo da democracia brasileira, derrotando seu adversário José Serra nas eleições de 2002.

Entendendo que este capítulo versa sobre o avanço do neoliberalismo nas políticas educacionais a partir de 2003, primeiro ano de mandato de Lula, faz-se necessário tecer, em um primeiro momento, sua trajetória enquanto líder do Partido dos Trabalhadores, para, posteriormente, identificar tal avanço nas políticas para o âmbito educacional implementadas durante seu governo e de sua sucessora, Dilma Rousseff.

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945, em Garanhuns, interior do estado de Pernambuco. É o sétimo de oito filhos de Aristides Inácio da Silva e de Eurídice Ferreira de Mello, conhecida popularmente como “dona Lindu”. Em 1952, com 7 anos de idade, Lula, sua mãe e seus irmãos migraram para São Paulo, para fugir da seca e da fome que assolava a família. De início, mudaram-se para Guarujá, litoral paulista e, em 1956, para São Paulo capital.

Aos 12 anos de idade, começou a trabalhar como engraxate e *office-boy* e, aos 14 anos, teve sua carteira de trabalho registrada pela primeira vez. Após realizar o curso de torneiro mecânico no SENAI, Lula tornou-se metalúrgico, foi então que, após o golpe de 1964, já com quase 20 anos de idade, começou a trabalhar nas Indústrias Villares, localizada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, conhecida como uma das principais metalúrgicas do país à época.

Ao trabalhar nessa metalúrgica, Lula, por intermédio de seu irmão José Ferreira da Silva, o Frei Chico, começou a ter contato com os movimentos sindicais. Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do qual Lula fazia parte, realizou eleições para escolher a nova diretoria e Lula foi eleito suplente. Posteriormente, em 1972, tornou-se primeiro secretário. Já em 1975, com 92% dos votos foi eleito presidente do sindicato, liderando cerca de 100 mil trabalhadores (Brasil, 2024).

Em 1978, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, ao contrário do que ordenava a ditadura militar, em março de 1979, liderou a greve do ABC e, sob sua liderança, estavam 170 mil metalúrgicos. Antunes (2006), quando escrevia ao Jornal do Brasil uma coluna semanal acerca da vida cotidiana e política do país, o que posteriormente viraria o livro ‘Uma esquerda

fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT’, contou que conheceu Lula na segunda metade da década de 1970. Sobre isto, segue o excerto:

Conheci Lula na segunda metade dos anos 70, quando ele era ainda Luiz Inácio Lula da Silva, liderança operária maior do sindicalismo brasileiro. [...] Dotado de uma intuição preciosa, Lula sabia, como ninguém, representar a classe trabalhadora. [...]. Sua vivacidade e força em muito suplantavam suas dificuldades. Era impactante presenciar a liderança de Lula no estádio da Vila Euclides, onde os metalúrgicos em greve faziam suas majestosas assembleias. [...]. Lembro, também, que no início de 1981 participei de uma longa entrevista com o líder sindical, realizada em sua casa modesta em São Bernardo do Campo. Num momento de pausa da entrevista e da gravação, sob o impacto das respostas de Lula, sempre instigantes, lhe perguntei: ‘Lula, você já leu alguma literatura socialista?’. Sua resposta foi de bate-pronto: ‘Não preciso ler, porque aprendi a mais-valia na fábrica’. Eu lhe respondi algo assim: ‘Certamente, sua experiência na fábrica é essencial na sua vida e consciência, mas um dia essa teoria lhe fará falta...’ (Antunes, 2006, p. 88-89).

Logo após as greves citadas acima, no início de 1980, mais precisamente em 10 de fevereiro, Lula, conjuntamente a outras forças populares (movimentos sociais, alas da Igreja Católica ligadas à Teoria da Libertação, organizações de estudantes, ONGs, movimentos rurais e urbanos, intelectuais e artistas etc) fundaram o Partido dos Trabalhadores. Sobre esta fundação, Saad Filho e Moraes (2018, p. 86) enfatizam que ela ocorreu “sob a liderança incontestável de Lula”.

O modo como o partido foi se organizando ao longo dos seus primeiros anos logo oportunizou a criação de outras duas forças populares de esquerda, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, tornando-se a maior confederação sindical à época e representando cerca de 20 milhões de trabalhadores, além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, com o intento de contribuir para a Reforma Agrária e Popular no país.

O PT cresceu vertiginosamente, tendo cerca de 800 mil membros nos seus primeiros 10 anos. Ribeiro (2010, p. 65, grifos do autor) destaca que, “ao longo dos anos 1980, conforme o PT ia se inserindo nas esferas executivas e legislativas dos estados e municípios, começou a se consolidar um enfoque analítico que privilegiava as relações entre o partido e a institucionalidade. Trata-se sobre o enfoque do PT *governando e legislando*”.

Gramsci (2024), quando discute sobre o partido político, tomando como inspiração “O Príncipe”, de Maquiavel, enfatiza que este deve ser a expressão máxima da vontade coletiva. Para ele,

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada

parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (Gramsci, 2024, p. 16).

Por isso, para exercer sua função, os partidos devem apresentar-se como referência de direção, que possibilite sua ação educativa, seja para intervir na realidade ou para mantê-la, a depender de sua classe e de seus interesses. O partido político de esquerda necessita ser capaz de propor um projeto que supere a ordem burguesa, no sentido da conquista da hegemonia.

Ainda sobre a relação inerente entre as classes e os partidos, Gramsci ressalta que

As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma certa relação útil e fecunda nestas manifestações e nestas funções. Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Logo, escassez de homens de Estado, de Governo, miséria da vida parlamentar, facilidade de desagregar os partidos, corrompendo e absorvendo seus poucos homens indispensáveis (Gramsci, 2024, p. 203).

Com o passar dos anos, o PT foi se transformando, passou de um partido, nos termos gramscianos, por estar voltado mais à esquerda, que tinha em seu horizonte a superação, ou pelo menos, o rompimento da ordem e da hegemonia burguesa, para estar cada vez mais inclinado a elas, como será possível observar mais adiante.

A primeira grande campanha eleitoral do PT fora a de Lula para a presidência, em 1989, a qual, segundo Ribeiro (2010), “foi comprovadamente a mais maciça e mobilizadora das campanhas nacionais realizadas pelo PT”, sendo que o autor complementa, ainda, que “em vários documentos partidários encontram-se apelos no sentido da mobilização da militância e do engajamento de simpatizantes e outros voluntários ocasionais, como forma de compensar a falta de recursos financeiros e a fragilidade organizacional do partido em nível nacional” (Ribeiro, 2010, p. 115).

O trabalho desta campanha fora realizado pela militância do partido, fato que reforçava o apoio da base a Lula. Este apoio se modificaria, mais tarde, na última eleição que disputaria para tornar-se presidente da República pela primeira vez em 2002, uma vez que novas alianças começam a se firmar. Dessa forma, Lula é derrotado pelas forças conservadoras, que elegeram Fernando Collor de Mello.

Ainda em 1994 e 1998, o PT lançou Lula novamente a candidato para a presidência. Repetiram-se as mobilizações de massa observadas na primeira campanha. Especificamente

para o pleito de 1994, Lula inaugurou as chamadas Caravanas da Cidadania, que o levaram a diversos municípios. A partir das campanhas eleitorais de 1996 (municipais), o partido, que antes necessitava do auxílio de seus filiados de base, começou a curvar-se ao marketing político. Ainda assim, Lula foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso.

Aqui, cabe retomar o excerto citado alguns parágrafos acima, de Antunes (2006, p. 89, grifos do autor), que, sobre tais campanhas de Lula à presidência, contribui ao refletir que,

Ao longo dos anos 90, depois do excepcional embate de 1989, sua primeira candidatura à presidência, Lula foi pouco a pouco se tornando um político profissional, distanciando-se de sua origem operária, convertendo-se num ‘homem de classe média’ [...] Lula sonhava em ser o exemplo mais bem-sucedido do nosso *self made man*: fora um operário de origem rural, que depois do interregno metalúrgico, caminhava a passos largos para tornar-se presidente da república. Nesse período, Lula sempre teve o PT em suas mãos. A cada disputa acirrada entre as tendências, ele sempre surgia, ao final, como um *tertius*, capaz de somar até os contrários. E assim fez ao longo de toda a militância no PT, o que consolidou o lulismo, dentro e fora do PT. [...] E, assim, a trajetória de Lula saltou do ‘sindicalista apolítico’ para o ‘sindicalista político’, ainda no final dos anos 70. Nos primeiros anos do PT, tornou-se dirigente partidário sob ‘influência socialista’, bem como um candidato com fala ‘radical’, que perdurou ao longo da década de 80. Entre as eleições de 1994 e 1998, foi aproximando-se do candidato-equilibrista, nem tão radical, nem tão assimilado pelo sistema, até converter-se no ‘Lulinha, Paz e Amor’, já sob influxo da embalagem publicitária de Duda Mendonça.

Finalmente, em 2002, Lula é eleito presidente do Brasil, aos 57 anos de idade. No entanto, para que essa vitória acontecesse, 13 anos depois da primeira tentativa, precisou fazer alianças que já não o caracterizavam mais como aquele operário e líder sindical das décadas de 1970 e 1980. Singer (2017, p. 21, grifo do autor) comenta que, “depois de unir-se a partido de centro-esquerda, anunciar candidato a vice de extração empresarial, assinar carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula tinha *menos* intenção de voto entre os eleitores de renda mais baixa”.

Ainda no que diz respeito a esta eleição, especificamente, Saad Filho e Moraes (2018, p. 133) destacam dois aspectos essenciais para a vitória de Lula: em primeiro lugar, pelas tensões entre “a lógica inclusiva da democracia e as consequências excludentes do neoliberalismo”. E, em segundo lugar, “a consolidação do PT como um partido político criado durante a transição para a democracia [...] Luiz Inácio Lula da Silva foi apresentado como um político excepcionalmente brilhante, maior que o PT, e perfeitamente apto para conduzir uma nova fase na história do país”.

Conforme já mencionado acima, Lula fez alianças para chegar, definitivamente, ao poder. Ribeiro (2010) enfatiza que tais alianças foram exigências expressas do então candidato ao seu partido. “A aprovação da aliança com o PL e a indicação do empresário José

Alencar como vice na chapa [...] tratava-se de agregar forças não só para disputar, mas também para governar” (Ribeiro, 2010, p. 121).

O PT chegou à presidência quando parte das forças sociais que inicialmente sustentaram o partido já haviam sido fragilizadas pela transição para o neoliberalismo. A ideologia de esquerda do partido havia perdido legitimidade e força política [...]. Essas limitações tornaram quase impossível que a classe operária organizada exercesse uma hegemonia de esquerda por intermédio de seu partido político [...]. Dadas suas opções políticas, o PT estava restrito a gerenciar o neoliberalismo – na melhor das hipóteses, com mudanças marginais (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 141).

E assim o fez. Seu governo adotou uma agenda neoliberal e popular, ganhando, inclusive, admiração dos apoiadores do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o respeito do Fundo Monetário Internacional. Antunes (2005, p. 142-143), metaforicamente, evidencia que Lula estaria numa espécie de pêndulo: “a ideia midiática e falaciosa do pacto social pode vigorar por um certo período. Mas as forças econômicas, sociais e políticas em disputa tenderão a esgarçá-la rapidamente. Aí, então, será o grande teste do governo do PT. E esse será o pêndulo de Lula”.

Tanto no primeiro, quanto no segundo mandato, Lula ficou conhecido como um verdadeiro político “conciliador de classes”. Singer e Loureiro (2016) apontam aspectos da forma dualista com que Lula conduziu seus governos: reindustrialização com oposição dos industriais; assalariamento precário com acesso à universidade; ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado; walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos; agroecologia com agronegócio; autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista; emancipação cultural com empreendedorismo; esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas.

Ainda assim, Lula inaugurou uma “onda” de políticas sociais no sentido da redução das desigualdades sociais. Um exemplo claro é o Programa Bolsa Família, reformulado em 2003 e destinado às famílias mais vulneráveis social e economicamente falando. Sua reformulação partiu da unificação de outros programas sociais importantes criados no governo Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.

O Bolsa Família (Lei nº 10.836/2004) inclui, neste caso, pequenas transferências de renda, especialmente para famílias com crianças. De acordo com Saad Filho e Moraes (2018, p. 165), “o Bolsa Família viria a ser reconhecido como um dos programas mais bem-sucedidos do mundo”. Ainda sobre esse aspecto, Barrios (2023, p. 89-90), quando analisa o neoliberalismo nos governos Lula, afirma que

As concessões à classe trabalhadora ocorridas durante os mandatos de Lula, se contrastadas ao montante colossal de riqueza que tem se acumulado diariamente nas mãos de um pequeno grupo, são migalhas. Contudo, naquele momento, em razão do nível desumano da histórica desigualdade social de nosso país, tais migalhas foram extremamente importantes e determinantes para que houvesse a melhoria na qualidade de vida dos brasileiros.

Passada a excitação de um primeiro mandato como presidente do Brasil – e já com escândalos de corrupção rondando seu governo e seu partido –, Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito em 2006. Assim como ocorreu em 2002, venceu a eleição no segundo turno, derrotando o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que dezesseis anos mais tarde se tornaria vice em sua chapa, no intuito de derrotar o então presidente à época Jair Bolsonaro. Mas este é um assunto para mais tarde.

Em seu segundo governo, “contava com uma base política maior e mais estável graças aos bons resultados alcançados” (Saad Filho; Morais, 2018, p. 153), além das alianças realizadas para manter a governabilidade. Sobre este aspecto, Ribeiro (2010) caracterizou, após longos anos de estudo dos modos petistas de governar, o Partido dos Trabalhadores como *partido anfíbio*, que, em suas palavras, significa: “embora ainda consiga nadar na sociedade civil, está cada vez mais ajustado ao sólido terreno estatal, em um processo de adaptação evolutiva. Com um pé no Estado e outro na sociedade, trata-se de um modelo híbrido” (Ribeiro, 2010, p. 179).

Perpassando esta trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores, com ênfase nos governos de Lula I e Lula II, sendo o foco desta pesquisa, faz-se necessário elucidar algumas das políticas educacionais implementadas durante seus governos, as quais podem estar diretamente relacionadas aos interesses neoliberais em que o governo, em certa medida, se assentou.

Antes de fazer este esforço, vale revelar aqui, em pequenos excertos, quais eram os princípios para uma educação com e para a classe trabalhadora, pensados e materializados no início do partido, por intermédio da escrita de ‘A educação como ato político partidário’, com organização de diversos intelectuais, inclusive, por seu principal fundador.

Já na apresentação da obra, Olívio de Oliveira Dutra, presidente nacional do PT em 1988, salienta que a educação é uma das principais preocupações do partido e que, ainda, estudantes, professores, pais de alunos e trabalhadores da educação estavam auxiliando na sua construção.

A construção de uma escola verdadeiramente democrática não pode prescindir da construção de uma democracia socialista. No entanto é possível uma prática pedagógica cotidiana que contribua efetivamente com a conquista de espaços de independência que sejam os vírus de uma sociedade socialista. Que nunca será obra de um só homem, mas de todos os trabalhadores unidos em torno do ideal de sua emancipação. E isso também começa na escola pública (Damasceno, 1988, p. 244).

Possuía, também, como premissas (Gadotti, 1988):

1. Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado, principalmente, para as necessidades da classe trabalhadora;
2. Gratuidade ativa: condições materiais de permanência dos trabalhadores na escola e nas universidades;
3. Desenvolvimento através do ensino da consciência de classe;
4. Profissionalização que não esteja ligada aos interesses capitalistas de apenas formar mão de obra para o mercado de trabalho;
5. Reestruturação democrática da universidade pública, com mais vagas e mais acesso da classe trabalhadora a ela;
6. Superação das dicotomias da educação burguesa entre trabalho manual e trabalho intelectual;
7. *Defesa de uma concepção libertadora de educação, de modo a superar a sua função conservadora.*

Dito isto, Lula, expressão máxima do Partido dos Trabalhadores em cenário nacional, ao chegar à presidência, conforme já explicitado, implementou diversas políticas educacionais ao longo de seus dois mandatos.

Vale destacar aqui, já de antemão, a grande transferência de recursos financeiros para as instituições privadas, como com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), através da Lei nº 11.096/2005. Esse programa tem como finalidade conceder bolsas de estudos, sejam elas integrais ou parciais, a estudantes de cursos de graduação ou sequenciais, em instituições privadas de Ensino Superior.

Além disso, o governo também “concedeu condições fiscais em relação à isenção de impostos para as instituições que aderissem ao programa. Dessa maneira [...] deixava de arrecadar [...] impostos que poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas” (Clementino; Oliveira, 2023, p. 11). Para Caldas e Araújo (2017), tais ações do governo representaram, cada vez mais, um maior repasse de recursos federais para o setor privado, sob o pretexto de ampliar as oportunidades para todos.

A ampla coalizão de partidos e de outros aparelhos da sociedade civil que ajudaram a eleger Lula levou, já em seu segundo mandato, a uma disputa no interior do governo para definir os rumos do âmbito educacional. Sobre este aspecto, Caldas e Araújo (2017) destacam a influência das fundações empresariais na formulação de políticas educacionais do Ministério da Educação. Segundo eles,

O caso mais notório é o do ‘Todos pela Educação’ (TPE), conglomerado de fundações empresariais, criado em 2006, com o objetivo expresso de engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. Tendo como um dos sócios fundadores o então ministro da Educação, Fernando Haddad, o TPE teve um papel proeminente na definição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula, uma espécie de plano governamental para a área. O PDE, lançado em 2007, assumiu, inclusive o mesmo nome do movimento empresarial, e adotou como subtítulo ‘Compromisso Todos pela Educação’ (Caldas; Araújo, 2017, p. 235).

O Plano de Desenvolvimento da Educação reuniu diversos programas desde a Educação Básica à Superior. Por meio do Decreto nº 6.094/2007, estabeleceu, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tais programas e ações de assistência técnica e financeira.

No sentido da ambivalência das ações para o âmbito educacional nos governos Lula, este mesmo Decreto instituiu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A melhoria da Educação Básica, por meio do controle da qualidade, vem sendo implementado no Brasil desde a década de 1990, momento de transição neoliberal. Dessa maneira, ao regular o sistema educacional brasileiro em torno de um índice que mensura a qualidade da educação focada em avaliações externas, o MEC acabou intensificando as políticas gerenciais na educação (Clementino; Oliveira, 2023, p. 9).

Isto não significa que as políticas implementadas durante os dois mandatos mencionados tenham somente aspectos negativos no sentido do avanço do neoliberalismo e do gerencialismo na educação. Fato é que contribuíram, uma vez que auxiliaram, outrossim, na expansão dos mercados, dos lucros das empresas parceiras do governo e consequentemente do capital. Em relação a este aspecto, Marques e Mendes (2007, p. 16) destacam que “se de um lado sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional [...], por outro, implementou uma série de programas e iniciativas, direcionada aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas”.

Outras ações e políticas podem ser explicitadas, como a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, no ano de 2004, responsável

por contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, além de promover a valorização da diversidade. Além disso, a SECADI foi criada para auxiliar na implementação de políticas educacionais em áreas distintas, como a alfabetização de jovens e adultos; educação ambiental; direitos humanos; educação especial; educação do campo; educação escolar indígena; educação quilombola e educação para as relações étnico-raciais (Brasil, 2024). A Secretaria foi extinta em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro, com o pretexto de que a incorporaria em outra Secretaria – de Modalidades de Educação.

134 ações e/ou programas/políticas públicas de educação foram implementados entre 2003 e 2010, de acordo com o Ministério da Educação, sendo que 64 estão relacionados à Educação Básica; 20 dizem respeito à Educação Profissional e Tecnológica; 31 à Educação Superior; 8 à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos; e 11 a políticas e ações voltadas para a Diversidade. Tais ações estão condensadas no Quadro 5 deste trabalho, disponível no Apêndice A, devido ao extenso número. O quadro está organizado em ‘Nível/Modalidade’ e ‘Ação/Programa’.

Subsequente aos oito anos de governo Lula, nas eleições de 2010, pela primeira vez na história, uma mulher se tornaria presidente do Brasil. Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. É filha Pedro Rousseff e Dilma Jane da Silva. Aos 16 de idade, Dilma deu início à sua vida política, ingressando em organizações de combate ao regime militar. Foi torturada e presa por três anos durante o regime.

Em 1973, após sair da prisão, muda-se para Porto Alegre, onde participou da administração estadual, inicialmente filia-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), anos mais tarde ingressa no Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2002, participou da equipe de transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde então, Dilma e Lula tornaram-se grandes companheiros de partido. Entre 2003 e 2005, fora ministra de Minas e Energia, posteriormente ministra-chefe da Casa Civil. Em sua primeira eleição, Dilma obteve 56% dos votos, em segundo turno, derrotando o candidato José Serra, do PSDB. Já na segunda eleição, em 2014, obteve uma votação mais reduzida, cerca de 52% dos votos, ao derrotar o também candidato do PSDB, Aécio Neves.

Para Saad Filho e Moraes (2018, p. 172),

Não há dúvida de que, politicamente, Dilma Rousseff foi a presidenta mais à esquerda do Brasil [...]. Seu governo ampliou ainda mais os programas de assistência social e considerou a competitividade – relativamente estagnada havia

longo tempo – como o desafio mais importante ao crescimento econômico sustentado no curto prazo e o principal obstáculo a ser superado em um eventual rompimento com o neoliberalismo.

Em contrapartida, Barrios (2023, p. 92) argumenta que,

Assim como Lula, Dilma favoreceu em grande parte a burguesia. O aumento da eficiência produtiva esteve alinhada à ampliação do acesso à escolarização, sobretudo, a técnica, com vistas à qualificação de mão de obra. Ou seja, enquanto lhe foi permitido, o crescimento econômico possibilitado durante seu mandato seguiu nos moldes da conciliação dos interesses de classes.

No que tange à política educacional nos governos Dilma, Clementino e Oliveira (2023, p. 12) compreendem que a presidente “deu continuidade aos programas e às ações voltadas para o acesso e a permanência de estudantes na Educação Superior iniciados pelo seu antecessor”. Um dos exemplos mais claros desta continuidade é a criação, por meio da Lei nº 12.513/2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Este programa previa que a União financiaria a ampliação da oferta da educação profissional e tecnológica. No entanto, tal financiamento não aconteceria apenas em instituições públicas, mas também às vinculadas ao Sistema S⁵, instituições privadas de Ensino Superior e fundações públicas de direito privado. Uma grande quantia de recursos do Pronatec foi transferida para o Sistema S (Clementino; Oliveira, 2023).

Passados quase aproximadamente treze anos do Partido dos Trabalhadores sucessivamente na presidência da República, Dilma se viu em meio a imensos protestos contra seu governo. “Era odiada pela classe média, rejeitada pelo capital, enfrentava uma campanha midiática implacavelmente hostil e estava sendo perseguida pela Lava Jato. Ela também foi cerceada pelo crescimento da direita no Congresso” (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 232).

A “Lava Jato” em conjunto com outras frentes anticorrupção culminaram na destituição de Dilma Rousseff da presidência. Na Câmara dos Deputados, foi derrotada na votação pelo *impeachment* por 367 votos contra 137, em abril de 2016. Em agosto do mesmo ano, perdeu a votação no Senado por 61 votos contra 20. O golpe estava, assim, consumado.

“É inegável que os treze anos de governos petistas incorporaram pressões e demandas dos movimentos progressistas [...]. Todavia, se de um lado, aparecia o acolhimento da diversidade [...] de outro, acentuava-se o controle centralizado através de índices [...] e metas” (Caldas; Araújo, 2017, p. 237-238). Diferentemente do que pretendia lá em 1988,

⁵ Sistema S: Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest, Senat e SESCOOP.

ainda com oito anos de partido, para a educação brasileira, o PT moldou-se aos ditames neoliberais. Saad Filho e Moraes (2018) evidenciam que, além de outros fatores, os “erros” dos governos petistas levaram ao fortalecimento dos grupos de direita e extrema-direita no Brasil.

A derrota do PT e a derrubada de Dilma Rousseff foram parte de um amplo deslocamento do centro de gravidade político no Brasil para cima (na pirâmide social) e para a direita (no espectro político). Com isso, criou-se um movimento de massas de extrema-direita com ampla penetração na sociedade pela primeira vez em mais de meio século. Esse processo contribuiu não apenas para o esvaziamento da candidatura do PT, como, de maneira dramática, para a implosão política da centro-direita tradicional, que foi arrasada pela campanha extremista de Jair Bolsonaro. Com isso, o caos político no Brasil se completou. (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 265-266).

A próxima seção é dedicada a apresentar o avanço do neoliberalismo nas políticas educacionais dos governos de Michel Temer, vice-presidente de Dilma Rousseff à época do golpe, e Jair Messias Bolsonaro. Se nos governos de Lula e Dilma, de centro-esquerda, políticas neoliberais foram implementadas, com Temer e Bolsonaro este movimento ficou mais explícito, ou melhor, escancarado, tornou-se projeto.

2.2 DA PROMESSA DE DERRUBADA DA HEGEMONIA DA ESQUERDA AO DESASTRE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONTEXTO NECESSÁRIO E CONSEQUÊNCIAS DAS GESTÕES TEMER E BOLSONARO

“O declínio da esquerda facilitou a captura da democracia pelo neoliberalismo” (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 245), assim se inicia o governo golpista de Michel Temer: descaradamente neoliberal. Temer governou o Brasil por cerca de dois anos, tendo como pilares no seu governo o ajuste fiscal, a privatização e a precarização, ou melhor, o início da destruição das políticas de educação.

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) de carteirinha, Michel Miguel Elias Temer Lulia fora deputado federal por seis mandatos, sendo presidente da Câmara por três vezes. Foi vice-presidente de Dilma em seus dois mandatos, até assumir a presidência pós-golpe em 2016. Deitos (2022, p. 150, grifos do autor) enfatiza que, em seu governo, Michel Temer planificou o terreno para o que viria em 2019 com Jair Bolsonaro

Na forma e no conteúdo, o forte pragmatismo político neoliberal já demarcado pelas políticas de orientação hegemônicas pelas frações de extrema-direita, mesmo que lideradas em parte pela própria direita e centro-direita, ancoradas na gestão do

aparato central do estado. Desse modo, no campo da política educacional houve um afinilamento para as políticas sociais pautadas no receituário neoliberal, hegemonizado pelos pressupostos da extrema-direita.

Nesta mesma esteira de pensamento, acerca do âmbito educacional, Barrios (2023, p. 98) afirma que

As ações com contexto da educação aprofundaram direta e indiretamente a tendência privatista presente historicamente na educação pública brasileira, associando os sistemas de ensino às empresas, subordinando a formação do povo brasileiro aos ditames neoliberais. De modo geral, o que Temer buscou retomar e aprofundar em seu mandato no concernente à educação, foi uma formação que priorize a sobrevivência no capitalismo, em detrimento da melhoria da qualidade de vida da população

Com a aprovação de Emenda Constitucional nº 95, afinilou e congelou gastos públicos em políticas e direitos sociais por vinte anos, a partir de 2017, o que na educação representa perdas de investimentos, além da ameaça à garantia de uma educação pública de qualidade social. Além disso, a mais perversa política educacional gestada no governo de Michel Temer foi a Reforma do Ensino Médio, em um primeiro momento como Medida Provisória 746/2016, que viraria a Lei nº 13.415/2017.

A Reforma do Ensino Médio modificou o Art. 36 da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Entre as principais mudanças para a etapa, estavam o currículo dividido por meio de itinerários formativos, o aumento da carga horária anual e total, a padronização dos conteúdos conforme uma Base Nacional Comum Curricular, além da ampliação das parcerias público-privadas e do ensino por meio de notório saber.

Vale destacar que Michel Temer e Mendonça Filho, ministro da Educação à época responsável pela reforma, propagandearam e, mais do que isso, enganaram, os jovens brasileiros, pois incutiu-se a ideia de que os alunos poderiam escolher o itinerário formativo. Contudo, estes ficaram a critério dos sistemas de ensino. Se determinado itinerário não estivesse disponível, não seria possível escolhê-lo.

Mais uma vez na história da educação pública brasileira, a sociedade esteve diante de uma política com capacidade de destruição inimaginável. Concorde-se com Barrios (2023, p. 218) quando enfatiza que, com a Lei nº 13.415/2017,

Nasce no Ensino Médio o modelo ‘à la carte’ à brasileira. Uma versão piorada e descontextualizada do conceito originalmente criado por Horn e Staker (2015). Basicamente, o ‘à la carte’ à brasileira, cria na realidade da etapa em nosso país um ‘faz de conta’: faz de conta que o estudante escolhe o que vai estudar, faz de conta que ele aprende, faz de conta que garantimos o direito à educação, faz de conta que estamos inovando na educação e etc. O Ensino Médio que temos, é o Ensino Médio

do ‘faz de conta’. Não é o que queremos, queremos que os nossos jovens tenham uma aprendizagem significativa, e isso passa necessariamente pela superação do modelo ‘à la carte’ à brasileira no Ensino Médio.

Ainda em tempo, a Reforma do Ensino Médio será mais amplamente discutida no capítulo três deste trabalho, pois, já implementada a partir de 2022, passou e está passando, recentemente, no terceiro governo de Lula, por novas modificações: O Ensino Médio Novo de novo.

Outro duro golpe sofrido no âmbito educacional, por meio de política educacional no governo de Michel Temer, foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC – por meio da Resolução CNE nº 4/2018. Tal legislação, sem considerar quaisquer realidades vivenciadas pelos educandos, e por que não, pelos educadores, Brasil afora, possui um enfoque excessivo em competências e habilidades; desvaloriza a formação docente; desconsidera as realidades sociais como mencionado; não considera a falta de investimento e de infraestrutura das escolas brasileiras; além, é claro, de não considerar critérios técnicos e científicos em seu texto final.

Estas legislações, assim como outras postas em prática na atualidade no que diz respeito à Política Educacional, colaboram não somente para o avanço dos pressupostos neoliberais, em que não importa o sujeito e a qualidade social da educação a ele oferecida, e sim o lucro e o avanço irrestrito do capital, auxiliando ainda mais para o aprofundamento da já abissal desigualdade social enfrentada no Brasil desde o seu “descobrimento”.

Nesta perspectiva, se o governo de Michel Temer já conseguiu deixar o âmbito educacional em plena “terra arrasada”, tudo ficaria muito pior com a ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República. Nas eleições de 2018, o Brasil tinha, entre quem liderava as intenções de votos, duas opções: Fernando Haddad, ex-ministro da Educação nos governos Lula, e Jair Bolsonaro, um pífio deputado federal, mas opositor ferrenho do Partido dos Trabalhadores. À maioria do povo brasileiro, a segunda opção pareceu mais interessante. Sobre a ascensão de Bolsonaro e de grupos de extrema-direita, Leher e Santos (2023, p. 12) caracterizam que,

Embora possuam motivações diversas – como o restabelecimento de um padrão de família e de vida antissecular e hostil à laicidade por parte das correntes religiosas; a ressurreição do anticomunismo por parte de militares e afins; o combate ao ‘politicamente correto’ por parte de olavistas e militares de extrema-direita –, todas essas vertentes (instituições religiosas fundamentalistas, militares, olavistas) têm muitas afinidades, como os métodos de atuação política, baseados na pós-verdade, no irracionalismo, nas teorias conspiratórias, no radical anti-cientificismo e, sobretudo, na adesão ideológica ao neoliberalismo extremo.

“O ódio alimentado contra o então ex-presidente Lula foi a condição necessária para o triunfo de Bolsonaro” (Rocha, 2023, p. 21). Mais do que isso, o ódio ao Partido dos Trabalhadores, o ódio à classe trabalhadora, o ódio a tudo aquilo que eles determinam como “diferente” e “minorias”.

Jair Messias Bolsonaro assume a presidência da República em 1º de janeiro de 2019, já com o intento de destruir, segundo ele, a hegemonia da esquerda no Brasil: “Vamos varrer do mapa os bandidos vermelhos do Brasil” (Bolsonaro em campanha presidencial no ano de 2018). Ainda sobre a vitória de Bolsonaro e, junto com ele, de uma extensa corja de extrema-direita na Câmara e no Senado, Rocha (2023, p. 51, grifo do autor) assevera: “*Eliminar os adversários* – eis a perversão que domina a mentalidade bolsonarista, disfarçada de uma guerra cultural conduzida por acéfalos e ressentidos”. Lacerda (2019, p. 187) afirma que a “expressiva acumulação de forças de Bolsonaro ocorre ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Desde então, são os seguintes eixos do discurso parlamentar: militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e “kit gay”.

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, em uma cidade do interior do estado de São Paulo, chamada Glicério. Sua formação esteve vinculada ao exército. Aos 18 anos, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, no estado do Rio de Janeiro. Anderson (2019, p. 241) comenta que Bolsonaro “publicou um artigo reclamando dos baixos salários do Exército. Foi preso por indisciplina. Ao ser solto, planejou uma série de pequenas explosões em vários quartéis para demonstrar o descontentamento dominante na tropa com as condições materiais”.

Tendo uma carreira efêmera enquanto capitão, entre 1979 e 1981, aos 33 anos foi forçado a se aposentar e nunca foi condenado por seus atos contra o exército. Encerrada sua carreira militar, em 1989, iniciou a carreira política. Elegeu-se vereador no Rio de Janeiro, e dois anos depois deputado federal pelo estado do Rio, sendo este um de seus sete mandatos consecutivos. Diga-se de passagem, uma verdadeira carreira política sem realizar nada de relevante pelo país, pelo contrário.

Em Brasília, Bolsonaro logo passou a clamar por um regime de exceção e pelo fechamento temporário do Congresso [...] declarou que preferiria ‘sobreviver no regime militar a morrer nesta democracia’. Nas duas décadas seguintes, sua carreira parlamentar consistiu basicamente em discursos que exaltavam a ditadura e as Forças Armadas; pediam pena de morte, diminuição da maioria penal e acesso mais fácil a armas; e atacavam esquerdistas, homossexuais e outros inimigos da sociedade (Anderson, 2019, p. 241).

Bolsonaro é pai de cinco filhos. Embora essa informação pareça irrelevante, os quatro filhos, mais velhos, Carlos, Flávio, Eduardo e Jair Renan Bolsonaro ainda estão ativos na política brasileira e fazem parte do clã bolsonarista, sendo que o último foi eleito em 2024, pela primeira vez, vereador do município de Balneário Camboriú, Santa Catarina, pelo Partido Liberal (PL). Casado, atualmente, com a terceira esposa, Michelle Bolsonaro, teve uma filha, que, segundo ele, foi uma “fraquejada”. Michelle também é figura importante nas decisões do marido enquanto foi presidente e mesmo depois de sua derrota nas eleições de 2022.

Enquanto deputado federal, por aproximadamente 28 anos, demonstrou inexistente preocupação com o âmbito educacional. Já como presidente da República, “como todo governo de inspiração fascista, seu mandato presidencial celebra a destruição [...] a lógica da destruição não é uma figura de linguagem, alcançando a vida: é um projeto e uma prática recorrentes” (Leher; Santos, 2023, p. 16-17). Ao fazer o esforço de uma análise do governo Bolsonaro no que tange às políticas educacionais, não se pode deixar de lado a “dança das cadeiras” no Ministério da Educação. Abaixo, no Quadro 3, encontram-se as principais ações de 4 dos 5 ministros que passaram pela pasta.

Quadro 3 – Ministros da Educação do governo Bolsonaro (2019-2022)

(continua)

MINISTRO DA EDUCAÇÃO	PERÍODO EM QUE FICOU NA PASTA	PRINCIPAIS AÇÕES
Ricardo Vélez Rodrigues	Janeiro de 2019 a abril de 2019	Propôs, logo no início de sua gestão, que alunos gravassem as aulas de seus professores, com o intuito de identificar aqueles que eram de esquerda e que, porventura, estivessem “doutrinando” seus alunos em sala de aula. Além disso, indicou que as escolas filmassem seus alunos cantando o hino nacional. Em 8 de abril de 2019 foi demitido, devido a divergências dentro do próprio ministério
Abraham Weintraub	Abril de 2019 a junho de 2020	Elogiado por Olavo de Carvalho, Weintraub mirou seu alvo já no início: as universidades públicas. Contingenciou o orçamento das universidades em 30%, além de proferir ataques aos estudantes: rebeldes, baderneiros e que só fazem balbúrdia. Cortou investimentos da CAPES, fazendo com que bolsas de mestrado e doutorado fossem reduzidas em todo o Brasil. Não bastasse os ataques à universidade, ainda disse esta era um laboratório de drogas, principalmente de plantação de maconha. Após intensas manifestações por todo o país, foi demitido da pasta em junho de 2020. Foi retirado do Brasil para evitar processo do Supremo Tribunal Federal, por chamar seus ministros de “vagabundos”
Carlos Decotelli	25 a 30 de junho de 2020	Não chegou a tomar posse, pedindo demissão do Ministério 5 dias após ser anunciado por Jair Bolsonaro

Quadro 3 – Ministros da Educação do governo Bolsonaro (2019-2022)

(conclusão)

MINISTRO DA EDUCAÇÃO	PERÍODO EM QUE FICOU NA PASTA	PRINCIPAIS AÇÕES
Milton Ribeiro	Julho de 2020 a março de 2022	Pastor presbiteriano e ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, foi o ministro que mais tempo ficou no cargo, revelando uma grande conexão com o campo evangélico. “Milton Ribeiro seguiu como agente da guerra cultural contra a educação pública: ‘ser um professor é quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu ser outra coisa’. A desconstrução da imagem dos professores é parte da tática da guerra cultural” (Leher; Santos, 2023, p. 28). O ministro foi demitido do cargo por denúncias de esquemas de corrupção, na compra superfaturada de ônibus escolares, entre outras ações.

Fonte: Leher (2023), organizado pela autora (2024).

Ainda no fim de seu mandato, Bolsonaro empossou como ministro Victor Godoy Veiga, sucessor de Milton Ribeiro, que permaneceu no cargo até o final do governo. Leher e Santos (2023) pressupõem que a política educacional bolsonarista esteve alicerçada em dez eixos. São eles:

- Transformar os órgãos e aparatos do Estado relacionados à educação, ciência e cultura em *bunkers* da guerra cultural;
- Limitar e restringir a presença de estudantes da classe trabalhadora na Educação Básica, por meio de políticas excludentes;
- Deslegitimar a escola pública, por meio de apoio a projetos como *homeschooling*, além de converter esta escola em cívico-militar, subordinando alunos e professores ao aparato policial;
- Manter a intenção de desqualificação das cotas sociais e raciais, além da redução de expansão de vagas presenciais no setor público (a exemplo do Reuni Digital);
- Seguir liberando a oferta privada no âmbito público;
- Refuncionalizar as universidades públicas pela lógica do empreendedorismo, além de interferir ao máximo em órgãos como a CAPES e o CNPq;
- Acatar e defender o Novo Ensino Médio, especialmente porque afasta os jovens da formação científica e cultural;
- Incidir sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na BNC-Formação, esvaziar a formação dos novos professores, além de incutir valores morais, da família e do civismo sob a ótica da extrema-direita neoliberal e militar;
- Atuar na desconstrução da imagem dos professores, impedindo ações coletivas, sindicais, de luta;

- j) Sufocar e sucatear o orçamento das instituições públicas, tornando-as, assim, pouco relevantes no âmbito cultural e científico no país.

Acerca deste cenário, entende-se que, entre as políticas implementadas durante o governo, se assim pode se afirmar, a mais nefasta delas é o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. O PECIM foi instituído por meio do Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019. Já no primeiro ano de mandato, Bolsonaro mostrou a que veio.

Boutin e Flach (2023, p. 36) enfatizam que as justificativas para a implementação do Programa estão vinculadas ao pensamento conservador alicerçado no senso comum, sendo:

a) o necessário combate à violência em comunidades vulneráveis, especialmente as mais pobres, as quais são consideradas agressivas, sem cultura e desprovidas de condições para a inserção no mercado de trabalho; b) a melhoria da qualidade passa pela ordem e disciplina de alunos e professores, os quais precisam ser controlados para atingirem os fins educacionais; c) a formação cívica, pautada em respeito e hierarquia contribui para a formação cidadã; além de, d) resgate de valores familiares tradicionais. Tais justificativas, amplamente utilizadas pelos defensores do Programa se vinculam ao senso comum em razão de não se basearem em investigações sistemáticas que corroborem, a partir de dados da realidade, tais argumentos.

Incutir a ordem e o respeito à pátria foram só algumas das premissas do Programa. Além disso, apesar de ter sido descontinuado pelo novo governo Lula – conforme será abordado posteriormente –, o Programa conquistou adeptos ferrenhos em diversos estados do Brasil, como é o caso do estado do Paraná, governado pelo bolsonarista Ratinho Júnior, que anunciou não só a continuidade do modelo, como mais que dobrou o número de escolas militarizadas. Nesse sentido, “o PECIM sintetiza os projetos educacionais de ‘homens de ordem’ que buscam impor na educação valores, vinculados à disciplina e à hierarquia, criando um exército de pessoas, cujo pensamento foi encarcerado nas ideologias dominantes” (Boutin; Flach, 2023, p. 50).

Concorda-se com Leher e Santos (2023) quando assinalam que, principalmente durante o triênio (2019-2021), as medidas educacionais por parte do governo de Bolsonaro estão associadas à devastação da vida e da humanização das futuras gerações.

Ao longo do período, os governistas insistiram em externar a mensagem de que a educação de qualidade não é para todos. Aos pobres, negros, camponeses, nordestinos, LGBTI+, esquerdistas, é destinada uma educação sem história, sem arte, sem ciência, como se a juventude da classe trabalhadora tivesse que ser constituída por zumbis. Por isso, a luta em defesa da educação integral da classe trabalhadora se converteu em uma das mais áspersas em decorrência da ‘guerra cultural’ promovida pela extrema-direita de inspiração fascista (Leher; Santos, 2023, p. 17).

Outro “importante” ato, com caráter devastador, atingiu o cenário educacional na era bolsonarista, como a publicação, em 20 de dezembro de 2019 da Resolução CNE/CP nº 2/2019. Esta definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica – BNC-Formação –, a qual foi publicada por meio do Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 2020. Ainda conforme já elucidado na primeira seção deste capítulo, no governo Bolsonaro foi extinta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Mais uma das artimanhas do governo para acabar com tudo aquilo que era caro à classe trabalhadora. A SECADI foi retomada no atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo essa uma das principais medidas realizadas já no início de seu terceiro mandato.

Nesta ótica, as ações realizadas pelo governo Bolsonaro estiveram diretamente vinculadas ao seu compromisso com as pautas da extrema-direita e aos interesses neoliberais. Tais ações aprofundaram ainda mais a situação de desigualdade social em que grande parcela da população brasileira se encontra, especialmente no que concerne às crianças e aos jovens da classe trabalhadora. Estes foram e são colocados, dia após dia, a cada vez maior subserviência ao capital.

A situação desastrosa em que Bolsonaro deixou a política pública de educação no Brasil poderia se repetir em um segundo mandato. Dito isto, a próxima seção é dedicada a analisar os Planos de Governo de Bolsonaro e Lula, além de uma breve análise do período eleitoral.

2.3 ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA EM 2022: UMA BREVE ANÁLISE DOS PLANOS DE GOVERNO E DA CONJUNTURA EDUCACIONAL

O período eleitoral de 2022 foi marcado pela polarização entre dois candidatos: Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim como já foi possível observar na seção anterior, Jair Bolsonaro colocou o Brasil em situação de destruição.

No decorrer de sua campanha, Bolsonaro intentava, a todo custo, fazer com que seu eleitorado descreditasse o processo eleitoral e, a todo tempo, tentava contra a democracia. Melo (2024, p. 2) destaca que

Bolsonaro manteve a estratégia de 2018, buscando traduzir as tensões latentes no país e reafirmar um cenário de polarização, algo que mostrasse um país irremediavelmente dividido em duas partes [...]. A contraposição entre o ‘nós’ e o ‘eles’ baseava-se em uma ficção – os comunistas tomariam o poder, nossa bandeira seria vermelha, as igrejas seriam fechadas, os bandidos seriam soltos e a família,

destruída. Capturados em bolhas diferenciadas, alguns milhões de brasileiros passaram a agir como se vivessem em um universo paralelo e a acreditar em tudo isso.

Em contrapartida, Lula, que disputara eleição para presidência pela sexta vez, necessitou, a todo momento, ao longo da campanha, desmentir as *fake news* encabeçadas pelo seu adversário, equipe e eleitores. Em que pese o grave momento vivido à época, da ameaça real do Estado Democrático de Direito, Lula, que já havia feito alianças em outras eleições, uniu-se, junto a seu partido, a outros oito partidos, sendo: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Verde (PV), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Rede Sustentabilidade (REDE), Solidariedade (SOL), Avante (AVANTE) e Agir (AGIR).

A coligação denominada *Brasil da Esperança* tinha como objetivo, em seu lema de campanha, reconstruir e transformar o Brasil, enquanto Bolsonaro possuía como premissa “Deus, Pátria e Família, Vida e Liberdade”, *Pelo Bem do Brasil*.

No que tange às propostas para o âmbito educacional, os planos de governo trataram a educação de forma distinta. Enquanto o Plano de Governo de Lula propôs como objetivo “resgatar e fortalecer os princípios democráticos de educação” (Brasil, 2022, p. 5), o Plano de Governo de Bolsonaro trouxe como primeiro objetivo “melhorar a posição brasileira em rankings” (Brasil, 2022, p. 24). No Quadro 4, abaixo, encontram-se tais propostas.

Quadro 4 – Propostas para o âmbito educacional nos Planos de Governo dos presidentiáveis Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT) para as eleições de 2022

(continua)

PLANO DE GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO (PELO BEM DO BRASIL, 2022)	PLANO DE GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2022)
Realizar um conjunto de ações para melhorar a posição brasileira em rankings, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)	Investir em educação de qualidade, no direito ao conhecimento e no fortalecimento da Educação Básica, da creche à pós-graduação
Planejar uma política pública educacional que contemple a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos	Coordenar ações articuladas e sistêmicas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, retomando as metas do Plano Nacional de Educação, “revertendo os desmontes do atual governo” (Brasil, 2022, p. 5)
Fortalecer o ensino técnico e profissionalizante, bem como o ensino superior, pesquisa e tecnologia a fim de formar uma massa crítica e qualificada apta para ingressar em novos postos de trabalho na chamada ‘Revolução 4.0’	Formular um programa de recuperação educacional concomitante a educação regular para superar o déficit de aprendizagem causado pela pandemia

Quadro 4 – Propostas para o âmbito educacional nos Planos de Governo dos presidenciáveis Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT) para as eleições de 2022

(continuação)

PLANO DE GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO (PELO BEM DO BRASIL, 2022)	PLANO DE GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2022)
Fortalecer o ensino, com base nesta política pública citada acima, que permita os estudantes entenderem e aplicarem a inteligência artificial, programação, internet, segurança cibernética e outros assuntos relacionados à tecnologia da informação	Resgatar e fortalecer os princípios do projeto democrático de educação, que foi desmontado e aviltado. Para participar da sociedade do conhecimento, é fundamental o resgate de um projeto de educação que dialogue com o projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais (Brasil, 2022, p. 5-6)
Alinhar o que se ensina em escolas e universidades às demandas de mercado, segundo o plano, “com a finalidade de garantir que o jovem que se esforça durante anos de estudo tenha alta probabilidade de ser empregado, na medida em que há essa sinergia entre mercado e ensino” (Brasil, 2022, p. 25).	Assegurar a continuidade da política de cotas sociais e raciais na Educação Superior e nos concursos públicos, além de ampliar as políticas
Despender maior atenção aos professores, para que estejam alinhados com as políticas citadas acima, por intermédio de cursos presenciais ou a distância que os qualifiquem a ensinar os jovens da nova era	Garantir a inclusão, permanência e respeito à cidadania LGBTQIA+ ⁶ , em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na educação
Fortalecer ações que forneçam os fundamentos mais importantes das disciplinas Matemática, Português, História, Geografia e Ciências, com o intuito de o aluno exercer um pensamento crítico sem ideologias	Garantir o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas escolas e universidades de todo país
“Ampliar o combate à violência institucional contra crianças e adolescentes, sob a premissa de que os pais são os principais atores na educação das crianças e não o Estado!” (Brasil, 2022, p. 25)	Recompor o sistema nacional de fomento do desenvolvimento científico e tecnológico, via fundos e agências públicas, a exemplo do CNPq e da CAPES
Formular, no que se refere à pesquisa, estratégias que utilizam o dinheiro público em pesquisas de ponta para atender as necessidades de desenvolvimento do país como saúde, tecnologia, biotecnologia, indústria de bens de capital e consumo, setor energético, etc	
Consolidar ações importantes no sentido de democratizar o acesso à internet nas escolas brasileiras	
Construir novas creches e realizar a manutenção das já existentes	
Incentivar o ensino profissionalizante, “para vencer os gargalos existentes e os que estão por vir” (Brasil, 2022, p. 25, principalmente quando se refere à tecnologia	

⁶ A sigla nova é LGBTQIAPN+.

Quadro 4 – Propostas para o âmbito educacional nos Planos de Governo dos presidenciáveis Jair Bolsonaro (PL) e Lula (PT) para as eleições de 2022

(conclusão)

PLANO DE GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO (PELO BEM DO BRASIL, 2022)	PLANO DE GOVERNO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2022)
Priorizar os investimentos na Educação Básica para dar maior acesso das crianças aos conteúdos educacionais. “Cita-se como exemplo de ferramenta o aplicativo Graphogame, dedicado a ensinar enquanto a criança da Pré-escola e do Ensino Fundamental joga, por exemplo, até sem estar conectado à internet” (Brasil, 2022, p. 26)	
Reforçar ações de promoção de políticas de formação e valorização dos professores, fornecendo formação inicial e continuada que estimule a articulação entre teoria e prática	
Avançar no aprimoramento da gestão e governança da rede pública de educação, em regime de colaboração entre os entes federados, para fortalecimento do Sistema Nacional de Educação	

Fonte: Brasil (2022), organizado pela autora (2024).

Apesar do Plano de Governo de Bolsonaro ter trazido mais planejamentos e ações no que concerne ao âmbito educacional, é possível inferir que basicamente todas as propostas estavam relacionadas à lógica capitalista neoliberal. A lógica do controle da educação e de seus profissionais mostrou-se expressamente quando propôs realizar um conjunto de ações para melhorar a posição do Brasil em rankings internacionais, alinhar o que seria ensinado nas escolas e universidades com o que o mercado necessitava, além de controlar o ensino de disciplinas para que não tivessem cunho “ideológico”.

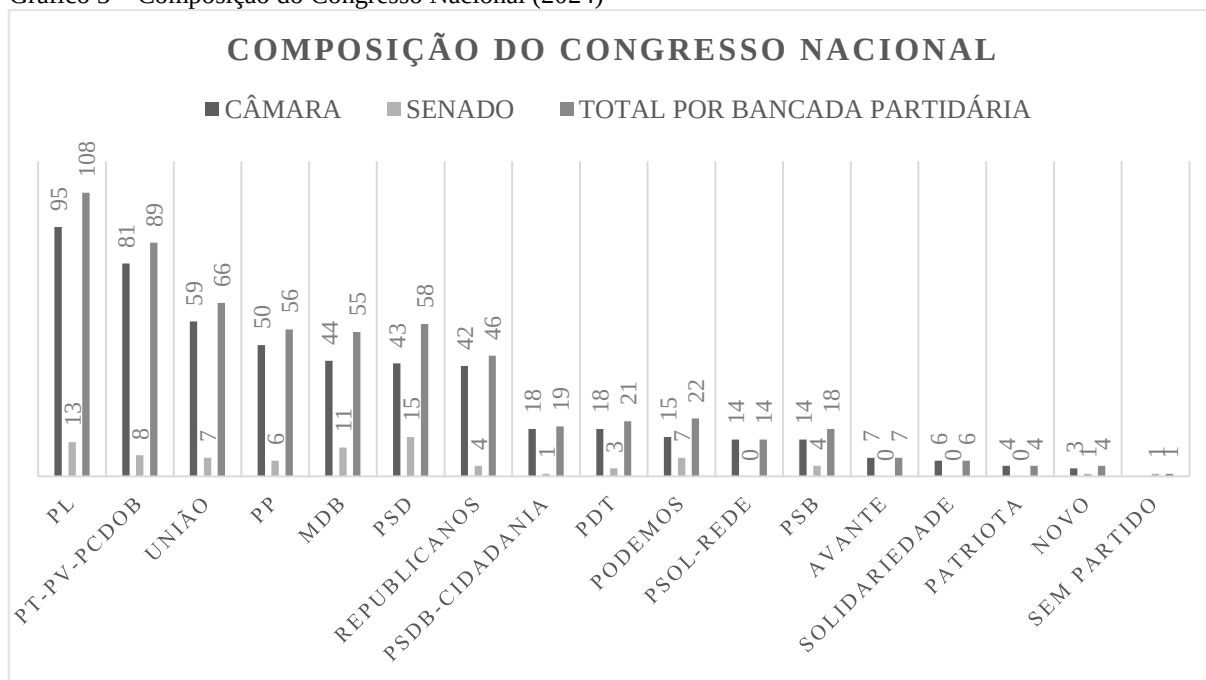
Tais ações já vinham sendo implementadas pelo governo durante seus quatro anos de mandato, só foram, mais uma vez, reforçadas em forma de Plano de Governo. Melo (2024, p. 3-4) evidencia que, se Bolsonaro tivesse ganhado a eleição,

Governaria com um Congresso ainda mais conservador do que o eleito em 2018 e a força de atração de seu governo sobre os partidos da direita ‘tradicional’, e mesmo sobre setores de centro, tenderia a aumentar de forma considerável. É, portanto, razoável supor que o ex-presidente, sempre afirmando estar ‘dentro das quatro linhas da Constituição’, teria maiores chances de aprovar iniciativas que colocariam a democracia brasileira em uma rota regressiva.

Nesta perspectiva, tal fato se torna um desafio para o atual governo, pois a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, nunca na história, elegeram tantos deputados e senadores de extrema-direita, podendo dificultar e até mesmo “barrar” determinados projetos, que, obviamente, não sejam de seus interesses. O Partido Liberal (PL), do ex-presidente, possui,

por exemplo, a maior bancada do Congresso Nacional. É possível observar tal afirmação no Gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3 – Composição do Congresso Nacional (2024)



Fonte: Brasil (2024).

Por isso, em que pesem as propostas de cunho progressista do Plano de Governo, Lula, apesar de ter derrotado, por aproximadamente 60 milhões de votos, seu adversário, cujo governo é caracterizado por Leher (2023) de neofascista, precisou e precisará, visto que chegou a dois anos de governo, vencer inúmeros desafios para implementar algumas de suas propostas, como a composição do Congresso já citada acima.

Ademais, a diferença de votos entre os candidatos foi pequena, cerca de 2 milhões (Brasil, 2022), fato que evidenciou o acirramento da disputa e a polarização político-ideológica vivenciada até hoje no país, configurando-se como mais um, entre tantos desafios a serem enfrentados.

Mediante o exposto, o próximo capítulo tem por objetivo analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas. Além disso, o capítulo apresentará a composição do novo governo no que tange ao Ministério da Educação, bem como com os órgãos ligados a ele, as parcerias já firmadas da pasta com institutos e fundações, as ações já realizadas pelo novo governo e a análise dos novos programas.

CAPÍTULO 3

LULA III: A POLÍTICA EDUCACIONAL EM CURSO

Este capítulo tem como objetivo analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas.

Em 1º de janeiro de 2023, Lula tomou posse para um novo governo, pela terceira vez na história republicana do país. Entre os seus principais desafios, seja em saúde, segurança, economia, democracia, ciência, encontra-se o objeto dessa pesquisa, qual seja, a educação. Esta, como já foi possível observar, foi amplamente atacada nos governos de Bolsonaro e de Michel Temer, seu antecessor, o que corresponde ao período pós-golpe de 2016 a 2022.

Nesse sentido, as seções deste capítulo correspondem aos desafios da nova gestão, o que já foi realizado pelo governo com o intuito de recuperar os princípios de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade social e as possibilidades das novas políticas implementadas.

A primeira seção aborda sobre o período pré-posse, uma sucinta análise do relatório organizado pelo Gabinete de Transição Governamental, coordenado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), no que tange ao cenário educacional do país em 2022 e aos desafios que estariam por vir, além de trazer dados relativos à composição do Ministério da Educação, tendo como “chefe máximo” da pasta o ex-governador do Ceará Camilo Sobreira de Santana. Por fim, é defendida a ideia de qualidade social de educação, para que se possa compreender, ao final do capítulo, se as ações e políticas propostas/implementadas estão ao encontro de seu real significado para a educação pública brasileira.

Na segunda seção, são apresentadas as principais revogações realizadas pelo terceiro governo Lula, referentes aos decretos instituídos por Jair Bolsonaro, no sentido do resgate dos princípios já mencionados anteriormente. Além disso, é apresentada uma breve análise sobre a Reforma da Reforma do Ensino Médio, cuja reorganização se esperava do governo desde o seu primeiro dia. A nova lei já foi aprovada e iniciará a fase de implementação a partir de 2025.

A terceira e última seção refere-se às possibilidades das novas políticas implementadas nos anos de 2023 e 2024, além de realizar um panorama dos programas inaugurados, continuados e/ou relançados por Lula III, bem como a análise final deste capítulo.

3.1 DA VITÓRIA NA ELEIÇÃO À HERANÇA BOLSONARISTA: DESAFIOS DA NOVA GESTÃO

Um dos primeiros compromissos da chapa vencedora, da extensa agenda pós-eleições, é compor e organizar uma equipe de transição governamental. Nesse caso, o coordenador-geral do gabinete de transição de Jair Messias Bolsonaro (PL) para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB), nomeado pelo presidente. Alckmin ficou responsável por toda a parte relacionada a atos jurídicos e de portarias no período. Como produto final, o gabinete tornou público um relatório com as principais radiografias do governo anterior, como saúde, educação, segurança pública etc. Além disso, delineou alguns compromissos que o próximo governo, de certa forma, terá de cumprir.

Logo no início do relatório, no tópico da introdução, a equipe salienta que

O relatório final do Gabinete de Transição da Presidência da República é o ponto de partida para este novo ciclo. Trata-se do registro histórico de um amplo processo de consulta e construção coletiva dos princípios orientadores da agenda do novo governo eleito. O [...] texto sintetiza a real situação em que o País se encontra. A ampla radiografia [...] realizada lança luz sobre o desmonte do Estado brasileiro e das políticas públicas durante os quatro anos do governo Bolsonaro (Brasil, 2022, p. 6).

No que se refere ao item dedicado à educação, a equipe técnica foi composta por políticos, como deputados (as) federais, ex-secretários estaduais e municipais de educação, ex-reitores de universidades, membros de instituições e associações ligados à luta pela educação pública, além de abrir espaço para o Todos pela Educação, representado por sua presidente executiva Priscila Cruz, o que já demonstrou, de antemão, a abertura do governo a estas organizações.

Segundo a equipe, no governo de Jair Bolsonaro, ainda presidente à época do relatório, a educação foi negligenciada e tratada como um instrumento para a guerra cultural e ideológica. Enfatizaram, ainda, conforme já explicitado neste trabalho, que a troca constante de ministros e a crise na oferta dos serviços públicos em educação, além da implementação de políticas educacionais desastrosas à classe trabalhadora, foram a tônica deste governo.

“O descaso com a educação atingiu diversos programas, como os de alimentação escolar, construção de creches e escolas, organização curricular, ampliação do tempo integral, iniciação à docência [...]” (Brasil, 2022, p. 15), denúncias, por assim dizer, que já se configuravam como desafios que estariam por vir para o próximo, e atual, governo de Lula

III, além de questões importantes como o não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a Reforma do Ensino Médio, o corte de gastos em pesquisas científicas, a estrutura das autarquias ligadas ao Ministério da Educação, altamente atingidas, além do orçamento para a pasta no período 2023-2026.

Nessa perspectiva, o escolhido por Lula para gerir a pasta foi Camilo Sobreira de Santana, ex-governador do Ceará. O ministro é natural de Crato (CE) e tem 56 anos. É professor, formado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará, além de possuir mestrado em desenvolvimento e meio ambiente pela mesma instituição. Basicamente a sua formação e trabalho não estão relacionados com a área da educação, exceto pelo período em que lecionou e enquanto governador do estado, sendo intrínseca ao cargo a preocupação (ou não) com o âmbito educacional.

Antes de se tornar governador por dois mandatos consecutivos (2015-2018; 2019-2022), de 2003 a 2004, ocupou o cargo de superintendente do Ibama no Ceará; em 2006, foi secretário do Desenvolvimento Agrário do estado; em 2010, foi o deputado estadual mais votado à época e, em 2012, tornou-se secretário das Cidades no governo de Cid Gomes. Ainda em 2022, Camilo Santana concorreu, pela primeira vez, ao Senado, sendo eleito. No entanto, assumiu a incumbência de ser ministro da Educação. Quem o substituiu no governo do estado para que pudesse concorrer a uma vaga no Senado foi Izolda Cela, que no ano seguinte se tornaria a secretária-executiva do MEC, uma das secretarias mais importantes da pasta, abaixo apenas do próprio ministro.

Izolda Cela foi também secretária municipal de educação em Sobral, na gestão de Clodoveu Arruda (PT) e secretária estadual de educação entre 2007 e 2014 nas gestões de Cid Gomes (PDT), quando saiu para concorrer como vice-governadora ao lado de Camilo Santana. Ficou conhecida por implementar diversos programas para a área da educação, fator que influenciou na nomeação de Camilo Santana como ministro da Educação e da própria Izolda Cela para a Secretaria-Executiva.

Em 31 de julho de 2023, o MEC anunciou Leonardo Barchini para assumir a secretaria, pois Izolda saiu para ser candidata à prefeitura de Sobral. Barchini é bacharel em Direito e mestre em ciências sociais aplicadas pela Universidade de Brasília. Servidor público federal há mais de 30 anos, já ocupou o cargo de analista em Ciência e Tecnologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ainda sobre a passagem de Izolda Cela pelo Ministério da Educação, é importante destacar o fato de que, quando foi secretária municipal de Sobral, durante a administração de Clodoveu Arruda (PT), concomitantemente ao período, a Fundação Lemann começou a atuar

no estado no Ceará, parceria que se fortaleceu e resultou na criação do Centro Lemann de Lideranças para Equidade na Educação em Sobral.

Ainda sobre a composição do Ministério da Educação, em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reiterou o fato de o governo estar abrindo portas para que os empresários da educação decidam, em conjunto com as secretarias e órgãos da pasta, os rumos da educação pública brasileira. Sob essa ótica, destacaram que, em relação às nomeações, “chama a atenção a predominância de indicações alinhadas às pautas defendidas por fundações empresariais que não mantêm quaisquer elos com os movimentos sociais que deram sustentação à eleição do atual governo, mas que têm orientado decisivamente a política ministerial” (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2023).

Além disso, enfatizaram também que “o projeto de avaliação meritocrática do desempenho escolar, defendido pelo MEC em parceria com fundações privadas [...] é oriundo de experiências pontuais e bastante questionáveis do ponto de vista ético, educacional, social, cultural e profissional, amparado em pseudos resultados de melhoria da qualidade da educação” (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2023), a exemplo da parceria firmada em Sobral, ficando conhecida como “sobralização da educação”, no qual a cidade atingiu níveis elevados no IDEB. Entretanto, em qual significado de qualidade estão ancorados?

Ao pensar na qualidade da educação pública no Brasil, logo se remete à ideia de eficiência. Esta concepção foi sendo incorporada no cenário educacional concomitantemente ao processo de transição para o neoliberalismo na década de 1990. No entanto, o significado de qualidade que se defende nesta pesquisa é o da qualidade social.

Conforme corrobora Flach,

Essa concepção, gestada no processo de reabertura política no país marcado por período ditatorial, especialmente no interior dos movimentos populares, tem o compromisso com a superação da qualidade empresarial da educação, assumindo a defesa da educação como direito fundamental de caráter social. A isso equivale dizer que a educação precisa ser entendida e inserida em um processo democrático, o qual não condena os sujeitos à subserviência, mas os forma como pessoas capazes de ‘[...] pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige’ (Gramsci, 2006, p. 49) (Flach, 2023, p. 13).

Dessa forma, a qualidade social se efetiva, na materialidade, por meio de práticas verdadeiramente democráticas, participação real dos sujeitos envolvidos no âmbito educacional – e para além dele – como, por exemplo, nos conselhos escolares, nas eleições

dos dirigentes da escola, além de incluir, outrossim, a valorização dos profissionais da educação, sejam em termos salariais e de qualificação profissional. Portanto, “significa construir coletivamente um projeto de educação e de escola que seja capaz de contribuir para a transformação das condições de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo” (Flach, 2023, p. 14). O que envolve, nesse sentido, o acesso à educação e a permanência no sistema educativo, a fim de formar sujeitos com vistas à emancipação humana, sem vinculações com os ditames capitalistas (Flach, 2023).

Dito isso, a próxima seção versa sobre as ações já realizadas pelo governo Lula III para o resgate dos princípios educacionais pautados na laicidade, na gratuidade e na qualidade social da educação.

3.2 DIANTE DOS DESAFIOS, O QUE JÁ FOI FEITO?

Diante dos desafios impostos para um primeiro ano de governo, uma das principais ações esperadas de Lula, em sua terceira passagem pela presidência da República, era revogar, pelo menos em partes, atos destrutivos do ou dos governos anteriores. Entre as revogações realizadas, destacam-se:

Decreto 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida, revogado por meio do Decreto nº 11.370/2023, de 1º de janeiro de 2023, já no primeiro dia do mandato, ou seja, na cerimônia de posse. O Decreto que instituiu essa política ficou conhecido, no âmbito educacional, como o “Decreto da Exclusão”, pois desobrigava a escola de realizar matrículas de estudantes com deficiência, permitindo a volta das escolas especializadas, o que se configurou como um enorme retrocesso, além de ser considerado inconstitucional ao ir contra os Arts. 206 e 208 da Constituição Federal, do princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e de que o atendimento educacional especializado deve acontecer, preferencialmente, na escola regular.

Decreto nº 9.765/2019, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização, logo nos primeiros cem dias do governo Bolsonaro. A política foi revogada por intermédio do Decreto nº 11.556/2023, de 12 de junho de 2023, o qual, além de revogá-la, instituiu a nova política de alfabetização do governo Lula III, que se trata do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A metodologia proposta na política se aproximava do chamado “método fônico”, além de alterar a idade esperada para a conclusão do processo de alfabetização, gerando polêmica entre os estudiosos da área.

Além do Decreto nº 10.004/2019, de 5 de setembro de 2019, o qual instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, revogado por meio do Decreto nº 11.611/2023, de 19 de julho de 2023. Como explicitado no capítulo anterior, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares se constituiu como a principal política para a educação do governo Bolsonaro, sendo, em um primeiro momento, descontinuada a partir de 2023 e finalmente revogada após 6 meses do atual governo de Lula III.

Outra revogação que, principalmente a sociedade científica esperava, era da Lei nº 13.415 de 2017. Era unânime entre os educadores de todo o país que a reforma precisaria ser revista. Em 2023, após diversas manifestações, o governo lançou uma ampla consulta pública para, então, “decidir” os rumos do ensino médio, tema tão caro e tão frágil no cenário educacional da atualidade.

Após um burocrático período de tramitação, a nova política do ensino médio foi publicada, em Diário Oficial da União, em 1º de agosto de 2024: Lei nº 14.945/2024, de 31 de julho de 2024, configurando-se como a Reforma da Reforma do Ensino Médio. A nova lei resultou do PL nº 5.230/2023. O relator do projeto na Câmara dos Deputados foi ninguém mais, ninguém menos que Mendonça Filho, ex-ministro da Educação do governo de Michel Temer, responsável pela nefasta reforma de 2017.

O projeto voltou do Senado para a votação final na Câmara com diversas melhorias, substancialmente ignoradas pelo relator, pelo Ministério da Educação e pela liderança do governo, inclusive, votado às pressas sem o debate qualificado que o assunto merecia, e sendo sancionado pelo presidente com vetos parciais, como a ideia descabida de que os vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tivessem provas relacionadas aos itinerários formativos. Silva (2024) caracteriza a Reforma da Reforma como o “ensino médio em ruínas”, pois diversos elementos da reforma de 2017 ainda permanecem, a exemplo dos itinerários formativos e a vinculação das disciplinas da FGB à BNCC, o que dificulta o enfrentamento “das desigualdades sociais que recaem sobre a juventude brasileira, 85% dela estudando em redes estaduais públicas de ensino médio, e a quem caberá juntar os cacos do que lhes será oferecido” (Silva, 2024).

No que se refere às modificações, são: aumento da carga horária destinada à Formação Geral Básica, que passa a ser de no mínimo 2.400 horas, ainda que para a formação técnica e profissional possa ser de 2.100 horas, e permanecem os itinerários formativos, porém agora com carga horária de 600 horas (ensino médio com 3.000 horas). De acordo com o Ministério da Educação, a nova lei “traz mais qualidade e amplia as oportunidades de aprendizado”, novamente é o momento de se fazer a pergunta: qual qualidade o Ministério da

Educação acredita que esteja oferecendo aos jovens brasileiros? Certamente, os empresários da educação na reforma não estão preocupados com a qualidade social da nova política, que tem data para ser implementada nas escolas de todo o país: a partir de janeiro de 2025.

Conforme já exposto neste trabalho, a qualidade social da educação está relacionada à ampla participação dos sujeitos no processo educativo, na gestão democrática, na construção de uma escola que seja capaz de contribuir para a transformação das condições de vida destes sujeitos com vistas à emancipação humana. Será que a qualidade à qual o Ministério se refere vai ao encontro destes pressupostos ou a Reforma da Reforma é mais uma artimanha para continuar fragmentando o ensino e a aprendizagem dos estudantes disfarçada de projeto de vida?

Barrios, em sua tese de doutorado, realizou uma profunda análise sobre o ensino médio, desde a década de 1990. Concorde-se com a autora que o ensino médio verdadeiramente de qualidade – social – leva tempo. Nessa perspectiva, necessita: da criação de políticas que possibilitem não apenas o acesso, mas a permanência dos estudantes neste nível de ensino, haja vista a questão do trabalho e de outras determinações; da construção coletiva de um currículo potente e de formação ampla; do rompimento com os modelos de gestão que preveem uma escola pública não-estatal e da criação de políticas de Estado que contemplem a carreira docente (Barrios, 2023).

Muito possivelmente, o fato de a reforma ter sido aprovada de maneira aligeirada fez com que não fossem contemplados todos os aspectos necessários para quiçá começar a se pensar em um ensino médio de qualidade aos jovens do país, pois “a educação, nessa perspectiva, distancia-se da meritocracia propagada na qualidade empresarial, visto que tem o compromisso em atender a todos, indistintamente, e superar os mecanismos de exclusão existentes na escola brasileira” (Flach, 2023, p. 13).

Buscou-se, portanto, nesta seção apresentar os principais aspectos que Lula realizou, no sentido do resgate – ou não – dos princípios educacionais destruídos nas gestões anteriores, sendo possível observar que algumas ações são imprescindíveis, no entanto estão longe de resolver todos os desafios encontrados e os que ainda estão por vir, principalmente no que diz respeito ao ensino médio público brasileiro, etapa da educação básica que está minando aos poucos.

A próxima seção aborda as possibilidades das novas políticas implementadas e em fase de implementação no terceiro mandato de Lula em 2023 e 2024.

3.3 POSSIBILIDADES: AS NOVAS POLÍTICAS

Logo no início do seu terceiro mandato, já na condição de presidente da República, Lula, junto à equipe escolhida para o Ministério da Educação, começou a delinear as novas políticas que seriam implementadas em 2023 e 2024, e que provavelmente ocorrerão assim por diante nos anos subsequentes até a finalização do mandato em 2026.

Algumas das propostas já eram sinalizadas tanto no Plano de Governo, quanto no momento de transição de Jair Bolsonaro para Lula, após as eleições de 2022. Tem-se, por exemplo, a preocupação com o déficit de aprendizagem causado pela pandemia de Covid-19, a política de ensino médio, a reorganização de alguns programas, entre outros.

A termo de conhecimento e para melhor visualização do exposto acima, foi organizado um quadro com as ações, políticas e programas implementados e em fase de implementação pelo governo Lula III. Nem todas elas foram lançadas em 2023 e 2024, algumas foram continuadas dos governos anteriores ou relançadas novamente pelo atual governo.

Quadro 5 – Ações e programas implementados/continuados/relançados durante o governo Lula III (2023-2024)
(continua)

NÍVEL/MODALIDADE	AÇÃO/PROGRAMA
Educação Básica	Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023)
Educação Básica	Escola em Tempo Integral (2023)
Educação Básica	Ensino Médio Mais (2024)
Educação Básica	Parlamento Juvenil do Mercosul (2024)
Educação Básica	Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (2024)
Educação Básica	Política Nacional de Ensino Médio (2024)
Educação Básica	Escolas Conectadas (2023)
Educação Básica	Pé-de-Meia (2023)
Educação Básica	Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (2024)
Educação Básica	Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial e Continuada de Professores com ênfase na Educação Integral (Prilei – 2024)
Educação Básica	Programa Escola e Comunidade (Proec – 2024)
Educação Básica	Projovem (Novo Projovem 2005/2024)
Educação Básica	Programa de Formação Continuada para Diretores Escolares e Técnicos das Secretarias de Educação (Proditec – 2024)
Educação Básica	Programa de Alfabetização Popular Brasil Alfabetizado (2024)
Educação Básica	Escola das Adolescências (2024)
Educação Básica	Programa Nacional do Livro e do Material Didático (1985/2023)
Educação Básica	Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novas Turmas (Brasil Carinhoso – 2012/2024)
Educação Básica	Proinfância (2007/2023)
Educação Básica	Clique Escola (2020/2024)
Educação Básica	Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (2016/2024)
Educação Básica	Plataforma PDDE Ações Integradas (2020/2024)

Quadro 5 – Ações e programas implementados/continuados/relançados durante o governo Lula III (2023-2024)
(conclusão)

NÍVEL/MODALIDADE	AÇÃO/PROGRAMA
Educação Básica	Programa de Inovação Educação Conectada (2021/2024)
Educação Básica	Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (2024)
Educação Básica	Avaliação da Educação Infantil (2018/2024)
Educação Básica	Programa Educação Empreendedora (2021/2024)
Educação Básica	Programa Educação Financeira na Escola (2021/2024)
Educação Básica	Projeto Gestão da Articulação com os Sistemas de Ensino (2009/2024)
Educação Básica	Formação para professores da Educação Infantil (2021/2024)
Educação Básica	Primeira Infância na Escola (2022/2024)
Educação Profissional e Tecnológica	100 novos IFs (2024)
Educação Profissional e Tecnológica	Rede Certifica (2024)
Educação Profissional e Tecnológica	Fomento ao Empreendedorismo Inovador (2022/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	EduCA+ (2021/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Aplicativo Soutec (2022/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Diploma Digital (2018/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Iniciação Tecnológica (2022/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Itinerário da Formação Técnica e Profissional (IFPT) (2022/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Mulheres Mil (2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Oficinas 4.0 (2022/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Profissionais do Futuro (2022/2024)
Educação Profissional e Tecnológica	Rede Maker (2022/2023)
Educação Profissional e Tecnológica	Semana Nacional da Educação Profissional e Tecnológica (2021/2024)
Educação Profissional e Tecnológica	Reformulação da política de Certificação Profissional (Re-Saber) (2021/2024)
Educação Profissional e Tecnológica	Verticaliza (2022/2023)
Educação Superior	Assina MEC (2022/2024)
Educação Superior	Regulação e Supervisão cursos de Medicina (2007/2023)
Educação Superior	Chamamentos públicos de cursos de Medicina (2014/2024)
Educação Superior	Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (2001/2024)
Educação Superior	Fies Social (2024)
Educação Superior	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas (Marca) (2022/2024)
Educação Superior	Política Nacional de Assistência Estudantil (2024)
Educação Superior	Plataforma For (2021/2024)
Educação Superior	Programa de Estudantes-Convênio (Pec – 2024)
Educação Superior	Programa Educação Tutorial (Pet) (2005/2024)
Educação Superior	Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir) (2004/2024)
Educação Superior	Programa Universidade para Todos (ProUni) (2004/2024)
Educação Superior	Programa Bolsa Permanência ProUni (PBP ProUni) (2011/2024)
Educação Superior	Programa de Certificação de Hospitais de Ensino (2015/2024)
Educação Superior	Programa de Apoio à Extensão Universitária (2008/2024)
Educação Superior	Programa Bolsa Permanência (2013/2024)
Educação Superior	Programa de Desenvolvimento da Preceptoría em Saúde (Prodeps) (2021/2024)
Educação Superior	Reconhecimento e Revalidação de Diplomas Estrangeiros – Portal e Plataforma Carolina Bori (2022/2024)
Educação Superior	Residência Multiprofissional (2005/2024)
Educação Superior	Sistema de Seleção Unificada (SiSU) (2010/2024)

Fonte: Brasil (2024), organizado pela autora (2024).

É possível observar, mediante o exposto no Quadro 5, que o governo inaugurou uma série de novas políticas, umas em fase de implementação, outras já em desenvolvimento. Entre estas ações, políticas e programas, considera-se interessante abordar, mesmo sem analisar com profundidade, quais os aspectos principais de algumas delas.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído por meio do Decreto nº 11.556/2023 em 12 de junho de 2023, tem por objetivo, de acordo com o Ministério da Educação, garantir o direito à alfabetização dos alunos e alunas brasileiros até o final do 2º ano do ensino fundamental, bem como a recuperação das aprendizagens das crianças de 3º, 4º e 5º ano, afetadas diretamente pela pandemia de Covid-19.

O Compromisso é baseado na colaboração entre os entes federativos e é responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB). As metas do Compromisso são: alfabetizar na idade certa e recompor a alfabetização nos anos iniciais por meio de organização de um regime de colaboração e corresponsabilização entre a União, os estados e os municípios; monitoramento e acompanhamento dos resultados; estratégias de apoio técnico e financeiro por parte da União para melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas; oferta de materiais didáticos para alunos e pedagógicos para professores; sistemas de avaliação da alfabetização, estratégias formativas e orientações curriculares (Brasil, 2023).

Por meio de publicações do próprio Ministério, é possível obter os resultados por estado participante do Compromisso. No resultado nacional, em pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a rede pública de ensino atingiu a meta esperada. O MEC propôs para 2023 alcançar pelo menos o desempenho no SAEB observado em 2019, a fim de recuperar o patamar anterior à pandemia. Em 2019 foi atingido 55% e em 2023 56%.

Em continuidade aos programas implementados pelo governo Lula III, o Programa Escola em Tempo Integral foi instituído pela Lei nº 14.640/2023 de 31 de julho de 2023. Este fomenta a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, com prioridade para as escolas que atendem alunos em situação de vulnerabilidade social, e, assim como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, a responsabilidade por sua implementação e monitoramento é da Secretaria de Educação Básica (SEB) e em colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal.

Além de assistência financeira para ampliar as matrículas em tempo integral nas redes de ensino, o programa prevê assistência para induzir a criação dessas matrículas, visando ao: “aprimoramento da eficácia alocativa das redes; à reorientação curricular para a educação integral; à diversificação de materiais pedagógicos e à criação de indicadores de

avaliação contínua” (Brasil, 2023). O ciclo de implementação do programa ocorre de 2023 a 2026. No último boletim de monitoramento informado pelo Ministério, das 5.595 redes de educação, tanto estadual, como municipal, 4.910 (cerca de 87,8%) pactuaram as matrículas de tempo integral para o ciclo 2024/2025 (Brasil, 2024).

Outra política ligada à educação básica lançada no último ano pelo governo Lula III é a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, instituída por meio do Decreto nº 11.713/2023 de 26 de setembro de 2023. Segundo o Ministério da Educação, trata-se de um esforço do governo federal em colaboração com os sistemas de ensino, visando à garantia da conectividade nas escolas de todo o país, para fins educativos e pedagógicos. Tal conectividade permite aos professores e alunos: “a realização de atividades pedagógicas e administrativas on-line; o uso de recursos educacionais e de gestão; o acesso a áudios, vídeos, jogos e plataforma de streaming com intencionalidade pedagógica e a disponibilidade de rede sem fio no ambiente escolar [...]” (Brasil, 2023).

Ainda de acordo com o exposto sobre a política no site do Ministério da Educação, em tempos em que a sociedade está cada dia mais tecnológica, torna-se essencial a educação acompanhar essas modificações. Nesse sentido, salientam que “as políticas educacionais são convocadas a colaborar diretamente na superação desse desafio, com um compromisso que combina duas tarefas: garantir que todos os educandos tenham acesso às diferentes formas de tecnologia [...] e garantir que tanto os processos de gestão [...] quanto as práticas pedagógicas [...] possam ampliar sua qualidade e sua potência” (Brasil, 2023).

Embora esta política tenha tamanha importância, no sentido de equiparar o direito de todos terem acesso aos materiais produzidos por meio de diferentes tecnologias, especialmente os filhos da classe trabalhadora, suas fases de formulação e implementação tiveram o apoio de uma organização não governamental (ONG) ligada e, mais do que isso, financiada pela Fundação Lemann, a qual tem como principal fundador Jorge Paulo Lemann, um dos maiores empresários do Brasil e, diga-se de passagem, mais interessados nos rumos da educação pública brasileira.

A MegaEdu foi criada há menos de dois anos e já participa de decisões administrativas e financeiras na área da educação. A ONG fechou um acordo com o Ministério da Educação e faz parte de um conselho do Ministério das Comunicações, responsáveis pela Estratégia Escolas Conectadas.

Em 14 de agosto de 2023, antes mesmo de a política ser anunciada através de decreto, a União, representada pelo Ministério da Educação e por intermédio da Secretaria de

Educação Básica, e a Associação MegaEdu firmaram acordo de cooperação, com vigência de 36 meses e podendo ser prorrogado. O objeto do acordo elenca:

A conjugação de esforços entre os partícipes para (I) a qualificação de políticas públicas de conectividade de escolas públicas, (II) a promoção de monitoramento da conectividade das escolas, (III) o apoio técnico a estados e a municípios relacionado ao diagnóstico e à implementação de políticas públicas federais alinhadas a políticas locais e (IV) a disponibilização e a análise de dados relacionados ao desafio de conectividade de escolas (Brasil, 2023).

Segundo as partes envolvidas, a organização não receberá nenhum recurso financeiro no apoio à conectividade das escolas, no entanto, apenas pelo fato de estarem com as portas abertas pelo governo, terão, de certa maneira, influência nas decisões do repasse dos recursos da política.

Entre as políticas que já existiam e o governo Lula III desenvolveu melhorias, está o Fundo de Financiamento Estudantil Social (FIES SOCIAL). O FIES é um programa do Ministério da Educação, instituído pela Lei nº 10.260/2001, de 12 de julho de 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Tem como objetivo conceder o financiamento a estudantes em cursos superiores ofertados por instituições de educação superior privadas, participantes do programa (Brasil, 2024).

Já o FIES SOCIAL foi instituído pela Resolução nº 58/2024, com o intuito de retomar o papel social deste financiamento, uma vez que ele é destinado ao atendimento de estudantes de baixa renda. Poderão se inscrever no programa os alunos que atenderem algumas condições, como: ter participado do ENEM a partir de 2010 e com nota válida (igual ou superior a 450 pontos) e ter obtido nota diferente de 0 na redação, além de não ter participado do exame como treineiro; estar inscrito no CadÚnico para programas sociais do governo com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo. Segundo o Ministério, essa versão do FIES tem como objetivo “oferecer melhores condições para a obtenção do Fies, como a reserva de 50% das vagas, em cada edição dos processos seletivos do programa e a concessão de até 100% de financiamento dos encargos educacionais” (Brasil, 2024).

Outra política em fase de implementação é a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq), instituída por meio da Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. Esta tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais, além de promover políticas educacionais para a população quilombola. A Secretaria responsável pela implementação é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de

Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), reestabelecida pelo governo Lula em 2023.

Está previsto um investimento de R\$ 2 bilhões, tendo como metas:

- 1. Estruturar um sistema de metas e monitoramento a fim de assegurar a implementação do Art. 26 da LDB 9.394/1996;
- 2. Formar profissionais para gestão e docência no âmbito da educação para as relações étnico-raciais e da educação quilombola;
- 3. Induzir a construção de capacidades institucionais para a condução das políticas;
- 4. Reconhecer avanços institucionais de práticas antirracistas na educação;
- 5. Contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais no Brasil;
- 6. Consolidar a modalidade da educação escolar quilombola;
- 7. Implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas escolas e nas instituições de ensino superior tanto públicas, quanto privadas. (Brasil, 2024).

A política já se configurava enquanto promessa de campanha e alinhada aos objetivos do Plano de Governo de Lula para 2023-2026, ganhando materialidade em 2024.

Por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o governo federal implantará 100 novos campi de Institutos Federais em todo o Brasil. Em março de 2024, anunciou o investimento, que será de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 25 milhões para cada unidade inaugurada, R\$ 15 milhões para infraestrutura e R\$ 10 milhões para compra de equipamentos e mobiliário.

De acordo com o Ministério, “os novos campi dos institutos federais atenderão a regiões que ainda não possuem unidades ou que registram número baixo de matrículas em cursos técnicos de nível médio em relação à população da região”, com previsão de que estejam em funcionamento até 2026.

A fim de que sejam conhecidos os novos institutos, bem como os locais escolhidos para as instalações, foi organizado o Quadro 6, abaixo. Os dados foram retirados do próprio site do Ministério da Educação.

Quadro 6 – Novos Institutos Federais anunciados pelo governo Lula III

(continua)

EIXO	MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
Educação, Ciência e Tecnologia	Feijó (AC)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Girau do Ponciano (AL)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Maceió (AL)	Instituto Federal	Obra

Quadro 6 – Novos Institutos Federais anunciados pelo governo Lula III

(continuação)

EIXO	MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
Educação, Ciência e Tecnologia	Mata Grande (AL)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Manicoré (AM)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Santo Antônio do Içá (AM)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Tartarugalzinho (AP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Itabuna (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Macaúbas (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Poções (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Remanso (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Ribeira do Pombal (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Ruy Barbosa (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Salvador (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Santo Estêvão (BA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Campos Sales (CE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Cascavel (CE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Fortaleza (CE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Fortaleza (CE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Lavras da Mangabeira (CE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Mauriti (CE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Brasília (DF)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Brasília (DF)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Muniz Freire (ES)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Cavalcante (GO)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Porangatu (GO)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Quirinópolis (GO)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Amarante do Maranhão (MA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Balsas (MA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Chapadinha (MA)	Instituto Federal	Obra

Quadro 6 – Novos Institutos Federais anunciados pelo governo Lula III

(continuação)

EIXO	MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
Educação, Ciência e Tecnologia	Colinas (MA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Belo Horizonte (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Caratinga (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Itajubá (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	João Monlevade (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Minas Novas (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São João Nepomuceno (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Sete Lagoas (MG)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Amambai (MS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Parnaíba (MS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Água Boa (MT)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Canarana (MT)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Colniza (MT)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Alenquer (PA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Barcarena (PA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Redenção (PA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Tailândia (PA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Viseu (PA)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Mamanguape (PB)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Queimadas (PB)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Sapé (PB)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Águas Belas (PE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Araripina (PE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Bezerros (PE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Goiana (PE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Recife (PE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	Instituto Federal	Obra

Quadro 6 – Novos Institutos Federais anunciados pelo governo Lula III

(continuação)

EIXO	MUNICÍPIO	EMPREENHIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
Educação, Ciência e Tecnologia	Altos (PI)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Barras (PI)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Esperantina (PI)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Araucária (PR)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Cambé (PR)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Cianorte (PR)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Maringá (PR)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Toledo (PR)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Belford Roxo (RJ)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Magé (RJ)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Rio de Janeiro (RJ)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Rio de Janeiro (RJ)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Gonçalo (RJ)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Teresópolis (RJ)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Miguel (RN)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Touros (RN)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Umarizal (RN)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Buritis (RO)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Rorainópolis (RR)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Caçapava do Sul (RS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Gramado (RS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Porto Alegre (RS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Leopoldo (RS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Luiz Gonzaga (RS)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Campos Novos (SC)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Mafra (SC)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Tijucas (SC)	Instituto Federal	Obra

Quadro 6 – Novos Institutos Federais anunciados pelo governo Lula III (conclusão)

EIXO	MUNICÍPIO	EMPREENDIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
Educação, Ciência e Tecnologia	Aracaju (SE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Japaratuba (SE)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Carapicuíba (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Cotia (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Diadema (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Franco da Rocha (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Mauá (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Osasco (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Ribeirão Preto (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Santos (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Paulo (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Paulo (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	São Vicente (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Sumaré (SP)	Instituto Federal	Obra
Educação, Ciência e Tecnologia	Tocantinópolis (SP)	Instituto Federal	Obra

Fonte: Brasil (2024), organizado pela autora (2024).

Ademais, o último programa elencado nesta seção é o Programa Pé-de-Meia, anunciado em 2023 e instituído oficialmente por meio da Lei nº 14.818/2024, de 16 de janeiro de 2024. Trata-se de um programa de incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados regularmente no ensino médio público, beneficiários do CadÚnico para programas sociais do governo. O programa oferece uma poupança no sentido de promover a permanência e a conclusão nesta etapa de ensino. Conforme informado pelo Ministério,

As redes ofertantes do ensino médio (federais, estaduais, distrital ou municipais) são responsáveis por captar e informar os dados dos estudantes ao Ministério da Educação (MEC), por meio de sistema informatizado. Com base nessas informações, o MEC define o público contemplado, além de acompanhar e verificar o cumprimento dos requisitos para fins de pagamento dos incentivos. As folhas de pagamento são enviadas à Caixa Econômica Federal, responsável pela abertura das contas e pelos pagamentos, que são consultados pelos beneficiários por meio do aplicativo Jornada do Estudante (Brasil, 2024).

Além da responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, o programa apresenta como parceiros o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento Social, a Caixa Econômica Federal, o Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais da Universidade Federal de Alagoas, com o Sistema Gestão Presente e a Universidade Federal de Santa Catarina com o aplicativo Jornada do Estudante, mencionado anteriormente.

O Pé-de-Meia prevê, portanto, os pagamentos da seguinte maneira:

Figura 1 – Formas de pagamento do Programa Pé-de-Meia

	 Matrícula	 Frequência	 Conclusão	 Enem
Valor total	R\$ 200	R\$ 1.800	R\$ 1.000	R\$ 200
Pagamento	Parcela única	9 parcelas de R\$ 200	Parcela única, com saque apenas na conclusão do ensino médio	Parcela única, com saque apenas na conclusão do ensino médio
Requisitos	Efetivação da matrícula no início do ano letivo	Frequência comprovada no mês ou na média do período letivo transcorrido	Aprovação em ano letivo e participação em avaliações educacionais	Participação no Enem, exclusivo para estudantes da 3ª série do ensino médio

Fonte: Brasil (2024).

Em termos de números atualizados pelo Ministério da Educação, o Pé-de-Meia já abrangeu aproximadamente 3,9 milhões de estudantes, com investimento anual de R\$12,5 bilhões de reais.

Outra modalidade do programa é o Pé-de-Meia EJA, destinado a estudantes entre 14 e 24 anos, matriculados no ensino médio regular ou na EJA das redes públicas. O pagamento ocorre diferentemente do Pé-de-Meia: incentivo-matrícula de R\$200 pagos em parcela única quando realizada a matrícula em uma escola pública; incentivo-frequência de R\$225 pagos mensalmente por 8 meses, desde que obtenha, no mínimo uma frequência de 80% nas atividades escolares; incentivo-conclusão de R\$1.000 pagos ao final de cada ano, com teto máximo de R\$3.000 e incentivo-ENEM no valor de R\$200 para estudantes matriculados no 3º ano do ensino médio que participarem dos dois dias do exame.

Em diversas entrevistas recentes, o Ministro Camilo Santana exaltou os resultados do programa, sendo que um deles já pôde ser mensurado, como o aumento de inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ao lado de Lula, Camilo destaca que “o aumento foi fruto de uma das maiores políticas de incentivo ao aluno a permanência no ensino médio e realização do ENEM. [...]. Não tenho dúvida de que vários estados hoje dobraram seus alunos inscritos para o ENEM por conta do senhor ter decidido criar este programa” (Camilo Santana durante o monitoramento do exame em sala especial no dia 3 de novembro de 2024).

Em 15 janeiro de 2025, por meio da Portaria nº 6 de 2025, o governo lançou o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, nome em alusão aos programas mencionados acima. Trata-se, também, de um incentivo financeiro-educacional para estudantes com alto desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que escolham cursos de formação de professores. Estes candidatos podem ingressar no programa por meio do SiSU, ProUni ou FIES. Os objetivos da política são atrair estudantes com alto desempenho para as licenciaturas e para a carreira docente; reduzir a evasão nos cursos de licenciatura e incentivar o ingresso de concluintes das licenciaturas nas redes públicas de ensino, por meio de bolsa de R\$1.050, sendo R\$700 para saque imediato e R\$350 como forma de poupança, com saque após o ingresso em uma rede pública de ensino em até cinco anos.

Mediante as políticas e ações aqui apresentadas, já realizadas pelo governo Lula III, em 2023 e 2024, faz-se necessário salientar que não é o objetivo desta pesquisa qualificá-las ou desqualificá-las, pois ainda não foi possível analisar as nuances e determinações que as envolvem, devido ao limite de tempo em que foram implementadas.

Contudo, é possível e, mais que isso, é necessário, que sejam feitas as primeiras conclusões, sejam elas positivas ou negativas, sobre a Política Educacional em curso no Brasil, especificamente no terceiro mandato governamental de Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora os antecessores de Lula, tanto na primeira vez que se tornou presidente, quanto na última, fossem de perspectiva política, econômica e social distintas, é certo que a terra arrasada que se encontrou em 2022, após o período de trevas comandado pelo fascista Jair Messias Bolsonaro e sua corja, foi encarada com inúmeros e mais complexos desafios do que quando assumiu a presidência deixada por Fernando Henrique Cardoso. Isso não quer dizer, de maneira alguma, que o governo deste último foi sinônimo de perfeição.

A tônica que se estabeleceu em 2022 foi a da reconstrução do país. De fato, no que tange ao cenário educacional, serão necessários anos e anos para, quiçá, superar as lambanças da dança das cadeiras, de ministro em ministro, de políticas desastrosas e destrutivas. Fato é

que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu em 2023, firmado em forma de discurso eleitoral e Plano de Governo, a responsabilidade de recolocar as “coisas” no seu devido lugar.

Diante disso, e especialmente no que se refere aos programas já implementados pelo governo, compreende-se que as relações de forças empreendidas no interior do Ministério da Educação, de um lado o discurso daqueles que detêm a hegemonia que domina na realidade brasileira, empresarial, de outro daqueles que compreendem a necessidade de uma educação mais justa, livre e igual para todos, principalmente no que diz respeito à classe trabalhadora, estão definindo os rumos das políticas educacionais vigentes.

Nessa esteira de pensamento, é fato que o governo tem tentado recuperar alguns princípios educativos importantes vilipendiados durante os governos anteriores, no entanto, a própria composição do Ministério da Educação deixa dúvidas quanto à preocupação com a qualidade social da educação, projeto, inclusive, do partido em que ministro e presidente são filiados.

Sob esta ótica, e a termo de exemplo, pode-se citar a implementação dos Programas Escolas Conectadas e Pé-de-Meia. Certamente, é louvável que todas as crianças, adolescentes e jovens do país tenham acesso aos conhecimentos produzidos e compartilhados por meio das mais distintas plataformas e tecnologias, ainda mais se tratando do mundo cada vez mais globalizado em que estão inseridos, o que, de certa forma, faz com que esses estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora, possam, pelo menos, equiparar alguns dos privilégios concedidos somente àqueles que detêm o capital. No entanto, a iniciativa conta com decisão e participação de uma organização não governamental ligada e financiada por um dos maiores empresários do país, o qual é cofundador da fundação que mais impõe influência financeira nas escolas do Brasil todo, das metrópoles aos municípios mais longínquos que se possa imaginar.

Já no que diz respeito ao Pé-de-Meia, é quase a mesma situação: é digno que os estudantes tenham um incentivo financeiro-educacional para concluírem seus estudos no ensino médio. Contudo, qual ensino médio? Embora, conforme explicitado na seção dois deste capítulo, o governo tenha feito modificações, o cerne da reforma golpista encabeçada pelo governo Michel Temer continua. Será que somente este incentivo financeiro é o suficiente para resolver o problema da evasão escolar nesta etapa de ensino? Os valores concedidos garantirão que os estudantes consigam se manter em uma universidade pública ou serão cooptados pela iniciativa privada?

O mesmo ocorre com o Pé-de-Meia Licenciaturas. A preocupante evasão das universidades por todo Brasil, necessita ser debatida de forma mais aprofundada. Somente

oferecer bolsas de estudo não farão com que os estudantes queiram se tornar professores. A discussão precisa perpassar pela desvalorização da carreira docente: baixa remuneração; condições precárias de trabalho; falta de estrutura nas escolas.

Com efeito, ao olhar para cada política implementada, ainda não será possível, novamente, pelo limite de tempo desta implementação, enxergar todas as contradições presentes. Entretanto, ao observar a totalidade dos fatos (composição do Ministério; “portas e janelas” abertas aos empresários da educação), encontra-se o “tendão de Aquiles” do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, tem-se sua grande contradição: a conciliação de agendas distintas, ora atendendo aos interesses dos grandes conglomerados educacionais, ora aos interesses da classe trabalhadora que anseia por uma educação mais justa, livre, igual para todos e todas, caracterizando-se, assim, como um governo neoliberal e popular, o qual expressa, segundo Gramsci (2024, p. 33-34), a “natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade [...], da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia”.

Lula, para voltar ao poder, precisou realizar inúmeras alianças, fato que o conduziu à vitória. Todavia, não significou a conquista da hegemonia, mediante às resistências dos grupos conservadores em diferentes esferas da sociedade brasileira, inclusive no Congresso Nacional. O grande e preocupante problema/desafio dessa não-conquista é o que estará por vir após o fim do seu mandato em 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao objeto investigado – desafios e possibilidades da Política Educacional no governo Lula nos anos de 2023 e 2024 –, buscamos responder à seguinte problemática: Quais os desafios e as possibilidades da Política Educacional no terceiro mandato governamental (2023 e 2024) de Luiz Inácio Lula da Silva para o resgate de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade social?

Para tanto, delimitamos como objetivo geral da pesquisa desvelar os desafios e as possibilidades no que concerne à Política Educacional em curso no terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e, como objetivos específicos, refletir sobre o processo histórico em que a Política Educacional se desenvolveu no Brasil; identificar o avanço do neoliberalismo no contexto das políticas educacionais entre os anos de 2003 a 2022 e analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas.

Nessa perspectiva, cada capítulo corresponde a um objetivo específico delimitado. No primeiro capítulo, buscamos refletir sobre o processo histórico em que a Política Educacional se desenvolveu no Brasil, especialmente no que se refere ao período pós-ditadura, em que a sociedade passa por mudanças no âmbito político, econômico, social e educacional, denominado como “redemocratização”.

Pudemos observar, nesse sentido, que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), tomam-se novos rumos para a educação pública. Essas legislações contemplam aspectos significativos, como tratar a educação enquanto direito público e subjetivo, além de trazer o princípio da gestão democrática. No entanto, os direitos conquistados, mesmo dentro da democracia formal, são fruto de inúmeras lutas da classe trabalhadora por uma educação pública de qualidade social.

Ainda no primeiro capítulo, dispomos a revisão de literatura acerca da temática da pesquisa, realizada no segundo semestre de 2023 e no primeiro semestre de 2024. A busca, pelas teses, dissertações e artigos, ocorreu, respectivamente, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos da CAPES. Os trabalhos encontrados e, posteriormente analisados, demonstram o interesse dos pesquisadores em analisar políticas específicas dos governos Lula I e II, e que

tecem relações com governos posteriores, como de Dilma, Temer e Bolsonaro, e o governo anterior a Lula I, de Fernando Henrique Cardoso.

Grande parte das produções analisou a política de Educação Superior, como, por exemplo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), entre outros. A importância da revisão de literatura para este trabalho consiste em tomar conhecimento das temáticas que já foram pesquisadas, além da análise realizada por estes pesquisadores, pois, conforme já mencionamos, é somente na materialidade que as políticas educacionais tomam corpo e se mostram relacionadas aos interesses de uma classe ou de outra.

No segundo capítulo, procuramos identificar o avanço do neoliberalismo no que tange as políticas educacionais implementadas no período de 2003 a 2022. A abertura e consequente transição para o neoliberalismo a partir da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello e de seus sucessores Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, influenciaram direta e indiretamente a formulação e implementação de políticas públicas para a educação. Com a eleição de Lula, em 2002, não foi diferente. Apesar de ter inaugurado ações e políticas voltadas ao campo progressista, os governos do PT, incluindo Lula I e II e Dilma, não conseguiram romper com a lógica neoliberal, a qual se acentuou consideravelmente pós-golpe de 2016 com Temer e, no período entre 2019 a 2022, com Jair Bolsonaro.

Já no terceiro e último capítulo, intentamos analisar os desafios da nova gestão de Luiz Inácio Lula da Silva para a educação pública brasileira e as possibilidades das novas políticas implementadas. Mesmo sagrando-se vitorioso nas eleições de 2022, e, diga-se de passagem, por intermédio de uma série de alianças com partidos de outros espectros políticos, um dos principais desafios de Lula era resgatar os princípios educacionais esfacelados nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, tendo, ainda, um Congresso Nacional composto por deputados e senadores, em sua maioria, de extrema-direita.

A análise da política educacional no governo Lula III revelou avanços na tentativa de reconstrução de princípios fundamentais para a educação pública. Este governo, tem buscado, em partes, o resgate mencionado anteriormente, principalmente no que diz respeito aos princípios democráticos, mesmo que estes aconteçam, em um primeiro momento, apenas no discurso.

Compreendemos que as revogações de decretos destrutivos do governo anterior, como a descontinuidade e o encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), e a implementação de políticas de incentivo financeiro, como o Programa Pé-de-

Meia, tornam-se estratégias determinantes para os rumos da Política Educacional dos próximos anos.

Contudo, entendemos que somente ações pontuais não solucionarão os graves problemas que encontramos nas escolas e universidades Brasil afora. A resistência de setores conservadores e a participação do setor privado na formulação das políticas indicam que a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade social ainda enfrenta entraves estruturais. Em tempos que os empresários da educação têm vez e voz e os movimentos em prol de uma educação mais justa, livre e igual são silenciados ou pouco escutados, o governo necessita decidir se, mais uma vez na história, um mandato de Luiz Inácio Lula da Silva ficará entre o pêndulo neoliberal ou popular.

O estudo destacou, ainda, a importância de compreender a Política Educacional como um campo de disputas e de articulação de forças políticas e econômicas. No início deste trabalho, quando discutido sobre o Estado na perspectiva gramsciana, entendeu-se que, a depender das forças empreendidas, da sociedade política e da sociedade civil, as reivindicações de uma ou de outra classe serão atendidas, conquistando o consenso e a hegemonia.

No entanto, devido à limitação temporal da pesquisa, não foi possível avaliar os impactos concretos das políticas educacionais implementadas até 2024. Estudos futuros podem aprofundar essa análise, acompanhando a evolução dessas políticas até o final do mandato de Lula em 2026 e examinando a recepção dessas medidas pelas instituições educacionais. O que já se pode observar, conforme mencionamos anteriormente, é que mesmo tendo feito alianças com grupos políticos distintos, a fim de vencer a eleição de 2022, Lula não conseguiu conquistar a hegemonia, demonstrando a intensa relação de forças que ocorre nos bastidores políticos do país.

Flach (2020, p. 10) corrobora que, por meio da hegemonia, “[...] determinado grupo consegue não apenas manter-se no poder, mas legitimar suas ações, as quais são assimiladas por toda a sociedade”. Assim, nos indagamos: Lula tem realmente tentado conquistar esta hegemonia? Ou tem deixado que os grupos ditos conservadores passem o “rolo compressor” em suas possíveis propostas para a classe trabalhadora, para o “povo brasileiro”, como prefere chamar? Será que terá força, uma vez que estamos há pouco mais de um ano das eleições presidenciais de 2026, para manter-se no poder?

Além destas discussões, reiteramos que é necessário ampliar o debate sobre modelos alternativos de financiamento da educação que garantam maior autonomia da escola pública frente a interesses privados, além da formação precária destinada aos profissionais da

educação e a falta de modernização das escolas públicas brasileiras, desafios estes que devem perpassar a implementação de novas políticas públicas no cenário federal.

Dessa forma, entendemos que a presente pesquisa contribui para o debate sobre a Política Educacional brasileira ao evidenciar tanto os avanços quanto às limitações do atual governo. Esperamos que os resultados apresentados possam subsidiar futuras pesquisas e fomentar discussões acadêmicas e políticas sobre a construção de um sistema educacional mais justo e democrático para todos e todas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. O Brasil de Bolsonaro. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 215-254, 2019.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, R. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- BARRIOS, J. B. C. **A construção da Lei nº 13.415/2017 sob a influência de frações da burguesia**: as facetas políticas do neoliberalismo no Brasil e o Ensino Médio a partir do final da década de 1990. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.
- BELLONI, I. Educação. In: BITTAR, J. (org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- BOOSE, A. R. **Análise das políticas públicas federais de educação e suas repercussões sobre as instituições de Ensino Superior privadas no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/693>. Acesso em: 03 out. 2023.
- BOUTIN, A. C. B. D.; FLACH, S. F. Disciplina, ordem e pensamento aprisionado: a lógica das Escolas Cívico-Militares. In: FOLTRAN, E. P.; RODRIGUES, M. F. **Efeito Bolsonaro na educação**: análise crítica. Ponta Grossa: Editora ZH4, 2023. p. 35-53.
- BRASIL. **Biografia**: Luiz Inácio Lula da Silva. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 11 maio 2024.
- BRASIL. Câmara dos deputados. **Quem são os deputados**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso: 04 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9765.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11556.htm#art37. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11611.htm#art1. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11713.htm. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Extrato de acordo de cooperação.** Escolas Conectadas. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/extrato-de-acordo-de-cooperacao-502846204>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Escola em Tempo Integral:** balanço das pactuações. Boletim nº 42. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/monitoramento-e-avaliacao/20241205BoletimEscolaemTempoIntegral.jpg>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Gabinete de Transição Governamental. **Relatório final.** Brasília, DF: 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 04 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 07 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14640.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/legislacao>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.836%2C%20DE%209%20D E%20JANEIRO%20DE%202004&text=Cria%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%A Dlia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Plano de Governo. **Pelo Bem do Brasil (2023-2026).** 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-preliminar.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Plano de Governo. **Coligação Brasil da Esperança (2023-2026).** 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/09/lula.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024.** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/legislacao>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2/2019, de 20 de dezembro de 2019.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 58/2024, de 8 de fevereiro de 2024.** Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/fies>. Acesso em: 27 out. 2024.

BRASIL. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-diversidade-e-inclusao>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Senadores em exercício**. 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/secrh/parla_inter.pdf. Acesso em: 05 de jul. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado da eleição: presidente**. 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASIL. **100 Novos Institutos Federais**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/100-novos-ifs>. Acesso em: 21 out. 2024.

CALDAS, A.; ARAÚJO, L. Na educação, avanços e limites. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 229-240.

CARDOSO, P. G. **Público e privado na Educação Superior: uma análise da homeopática contrarreforma universitária no Brasil (1995-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_92d0a4ad2a59937c4a880b9b36ff5a9f. Acesso em: 03 out. 2023.

CHAUÍ, M. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, Buenos Aires, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020.

CLEMENTINO, A. M.; OLIVEIRA, D. A. Tensões e contradições das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff: aprendendo com as lições do passado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-23, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.22022.078>

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Nota Pública: Agendas impostas por fundações privadas e nomeação de Secretária de Educação Básica, no MEC, são flagrantes desrespeitos ao direito à educação e aos profissionais da área. Não toleraremos!** Brasília, DF: 2023.

CORRÊA FILHO, I. O.; PAIXÃO, J. A.; NOGUEIRA, M. O. Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 22, n. 74, p. 996-1022, 2022. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.22.074.ds01>

DAMASCENO *et al.* **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

DEITOS, R. A. **Política Educacional no Brasil (1985-2022)**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

FERREIRA, A. T. S. **Contrarreforma do Ensino Superior nos pós-1990: o EaD como estratégia expansionista**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_25feea324c27bc4e53ca18e082353e37. Acesso em: 03 out. 2023.

FLACH, S. F. O debate em torno da qualidade da educação: interesses em disputa. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 43, n. 121, p. 9-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC269569>

FLACH, S. F. Ensino fundamental no Brasil: previsões legais e ações governamentais para a ampliação do atendimento, da duração e do tempo escolar. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 739-762, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362015000300009>

FLACH, S. F. O pensamento de Antonio Gramsci e as pesquisas sobre políticas educacionais. **ReLePe**, Ponta Grossa, v. 5, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.15219.009>

FLORENCIO, L. R. S.; FIALHO, L. M. F.; ALMEIDA, N. R. O. Política de formação de professores: a ingerência dos organismos internacionais no Brasil a partir da década de 1990. **Holos**, Natal, v. 5, p. 303-312, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5757>

FREITAS, C. C. S. **O planejamento no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2010: uma análise a partir do Plano de Ações Articuladas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1005997. Acesso em: 03 out. 2023.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 9-15.

FULGRAFF, J. B. G. **O UNICEF e a política de Educação Infantil no governo Lula**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/9982>. Acesso em: 03 out. 2023.

GADOTTI, M. Algumas propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores. In: DAMASCENO, A. *et al.* **A educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez Editora, 1988. p. 29-33.

GERMANN, P. R. S. **Democracia e política educacional no governo Lula**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1382#preview-link0>. Acesso em: 09 out. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

HARVEY, D. A Transformação Político-Econômico do Capitalismo do Final do séc. XX. In: HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 117-176.

JACOMINI, M. A. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, p. 1-19, 2020.

JORDÃO, J. V.; COLARES, M. L. I. S.; FONSECA, A. D. O novo Mais Educação e os limites das reformas educacionais no contexto da crise estrutural do capital. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 15, p. 1-27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.12957/periferia.2023.74719>

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEHER, R. **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LEHER, R.; SANTOS, M. R. S. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. In: LEHER, R. **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 8-42.

LIMA, H. C. R. B.; BARBOSA, J. A. B.; OLIVEIRA, P. R. P.; SANTOS, M. H. P. A Educação Superior nos governos de Lula e de Bolsonaro: uma análise a partir dos programas de governo. **Revista de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes, v. 17, n. 67, p. 29-48, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v17i67.3804>

LOMBARDI, F. **Estado e política social no governo Lula**: aspectos teóricos e políticos nos discursos presidenciais (2003-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/520/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Lombardi%2C+Fabiano>. Acesso em: 09 out. 2023.

LÖWY, M. Além do neoliberalismo: a alternativa socialista. In: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo**: a tragédia do nosso tempo. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 36-44.

MACEDO, J. M. **A mundialização do capital e seus reflexos das políticas de formação de professores no período 1990-2010**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504800/bytestreams/content/content?filename=JUSSARA+MARQUES+DE+MACEDO.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

MAGALHÃES, P. S. **O consórcio social da juventude no contexto da política de Educação Profissional do governo Lula (2003-2007)**: encontros e desencontros. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://attenu.ufpe.br/handle/123456789/3780>. Acesso em: 09 out. 2023.

MAINARDES, J. Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-30, 2006.

MANDELI, A. S. **Fábrica de professores em nível superior**: a Universidade Aberta do Brasil (2003-2014). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1592092. Acesso em: 10 out. 2023.

MARQUES, M. A. F. Políticas Educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do Ensino Superior e Profissional. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jabotão dos Guararapes, v. 12, n. 41, p. 661-676, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v12i41.1249>

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Rev. Kátal.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, 2007.

MELO, C. R. Democracia, direita e “Lula 3”: a eleição de 2022 e seus desdobramentos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 37, p. 1-16, 2024.

MELO, E. C. P.; SANTOS, S. T. A.; RODRIGUES, J. M. C.; ARAGÃO, W. H. REUNI como política de expansão das universidades federais e os cortes do Governo Federal. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 12, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i12.11400>

MICHELON, E. A. **Política educacional no Brasil: proposições educacionais no plano plurianual dos governos Lula e Dilma Rousseff (2008-2011)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014. Disponível: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1337985. Acesso em: 10 out. 2023.

MORITZ, J. **A concepção de Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5153427. Acesso em: 10 out. 2023.

MOTA JÚNIOR, W. P. **O Banco Mundial e a contrarreforma da Educação Superior no governo Lula da Silva (2003-2010)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8378>. Acesso em: 11 out. 2023.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PADILHA, C. A. T. A política de Educação Especial na Era Lula (2003-2011): uma opção pela inclusão. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 66, p. 160-177, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v15i66.8643708>

PAULA, A. S. N.; LIMA, K. R. R.; FERREIRA, E. L.; COSTA, F. J. F. A Pátria Educadora e o abandono da Educação Superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 69, p. 187-204, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i69.8643831>

PIO, C. A. **A política pública brasileira de Educação Integral implementada pelos governos Lula (2003/2010): o Programa Mais Educação.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1882593. Acesso em: 11 out. 2023.

RIBEIRO, L. L. **Formação inicial do professor de Educação de Jovens e Adultos: projeto para o futuro?** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=451517. Acesso em: 11 out. 2023.

RIBEIRO, P. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** São Carlos: EdUFScar, 2010.

ROCHA, C. M. **A expansão da Educação Superior por meio do Programa REUNI: um estudo de caso na UFPR.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58764>. Acesso em: 13 out. 2023.

ROCHA, J. C. C. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva.** Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, F. O. **As políticas para a Educação Superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do PROUNI e FIES.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3842846. Acesso em: 13 out. 2023.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: Vozes, 1984.

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **RBPAE**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 207-221, 2013.

SAVIANI, D. Entrevista com Dermeval Saviani. [Entrevista cedida a] Neide da Silveira Duarte de Matos. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 613-620, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/mzdmZFNBsrtLc3BGgz5hx7d/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, M. R. **Presidente Lula sanciona nova lei do “Novo Ensino Médio”**: o que esperar da “reforma” da “reforma”. Disponível em: <https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/presidente-lula-sanciona-nova-lei-do-novo-ensino-medio-o-que-esperar-da-reforma-da-reforma/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SIMÕES, H. C. **As cartas do Brasil**. Ilhéus: UESC, 1999.

SINGER, A. A ideia de lulismo. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 15-26.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOARES, J. N. O. **Programa Mais Educação**: uma política progressista de Educação Integral em tempo integral. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24209>. Acesso em: 13 out. 2023.

SOUZA, A. R. A política Educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, 75-89, 2016.

TURMENA, L.; AZEVEDO, M. L. N. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.054.ds01>

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política Educacional no Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIROTE, S. M. P. **A Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**: implicações das mudanças legais no governo Lula para o IFG. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/1246>. Acesso em: 13 out. 2023.

XAVIER, D. S. R. **Uma análise dos programas de acesso à Educação Superior nos governos Lula e Dilma**. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19029>. Acesso em: 13 out. 2023.

ZANARDINI, I. M. S.; RODRIGUES, F. O. A Educação Superior nos governos Lula e Dilma: compreensão dos pesquisadores. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 1, n. 3, p. 353-369, 2016. DOI: <https://doi.org/10.24280/ape.v1i3.131>

**APÊNDICE A – AÇÕES E PROGRAMAS IMPLEMENTADOS DURANTE OS
GOVERNOS LULA I E II (2003 A 2010)**

Quadro 7 – Ações e programas implementados durante os governos Lula I e II (2003 a 2010)

(continua)

NÍVEL/MODALIDADE	AÇÃO/PROGRAMA
Educação Básica	Ação de acessibilidade nos Programas do Livro
Educação Básica	Acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em vulnerabilidade – Condicionalidade Educação do Programa Bolsa Família
Educação Básica	Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos
Educação Básica	Banco Internacional de Objetos Educacionais – BIOE
Educação Básica	Banda Larga nas escolas
Educação Básica	BPC na Escola
Educação Básica	Caminho da Escola
Educação Básica	Censo Escolar da Educação Básica
Educação Básica	Compromisso Todos pela Educação
Educação Básica	Dinheiro Direto na Escola para Educação Básica – PDDE
Educação Básica	Educação Ambiental – Com-Vida
Educação Básica	Educação em Direitos Humanos – EDH
Educação Básica	Educação Inclusiva: direito à diversidade
Educação Básica	Escola Aberta
Educação Básica	Escola Acessível
Educação Básica	Escola que Protege
Educação Básica	Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – reformulação
Educação Básica	Formação Continuada de professores na Educação Especial
Educação Básica	Formação Inicial para professores em exercício na Educação Infantil – Proinfantil
Educação Básica	Formação para a Gestão das Ações Educacionais e Controle Social – Formação pela Escola
Educação Básica	Formação para os funcionários da Educação Básica – Profuncionário
Educação Básica	Fortalecimento dos Conselhos Escolares
Educação Básica	FUNDEB
Educação Básica	Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais
Educação Básica	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB
Educação Básica	Mais Educação
Educação Básica	Mídias na Educação
Educação Básica	Novos Talentos
Educação Básica	Observatório da Educação
Educação Básica	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP
Educação Básica	Olimpíada de Língua Portuguesa
Educação Básica	PDE – Escola
Educação Básica	Política Nacional de Disseminação de Tecnologias
Educação Básica	Política Nacional de Educação Infantil
Educação Básica	Política Nacional do Ensino Fundamental
Educação Básica	Política Nacional para o Ensino Médio
Educação Básica	Portal do Professor
Educação Básica	Portal Domínio Público
Educação Básica	Programa de Apoio ao Ensino Especial – PROESP
Educação Básica	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação – PRADIME
Educação Básica	Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência
Educação Básica	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
Educação Básica	Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE

Quadro 7 – Ações e programas implementados durante os governos Lula I e II (2003 a 2010)

(continuação)

MODALIDADE	AÇÃO/PROGRAMA
Educação Básica	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA
Educação Básica	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID
Educação Básica	Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de professores para a Educação Básica – PARFOR
Educação Básica	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE
Educação Básica	Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação
Educação Básica	Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – PROINFO INTEGRADO
Educação Básica	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância
Educação Básica	Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO
Educação Básica	Programa Nacional do Livro Didático – PNLD
Educação Básica	Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública
Educação Básica	Programa Saúde na Escola – PSE
Educação Básica	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Prolibras
Educação Básica	Prova Brasil
Educação Básica	Provinha Brasil
Educação Básica	Rede Nacional de Formação Continuada
Educação Básica	Salário-Educação
Educação Básica	Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE
Educação Básica	Sistema Nacional da Educação Básica – Aneb (SAEB)
Educação Básica	TV Escola
Educação Básica	Um computador por Aluno
Educação Básica	Universidade Aberta do Brasil – UAB
Educação Profissional e Tecnológica	Ação Educação, Tecnologia e Profissionalização para pessoas com necessidades especiais na Rede Federal de Educação Tecnológica – TECNEP
Educação Profissional e Tecnológica	Acordo com o Sistema S
Educação Profissional e Tecnológica	Apoio à oferta de Minter/Dinter na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica
Educação Profissional e Tecnológica	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA
Educação Profissional e Tecnológica	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
Educação Profissional e Tecnológica	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
Educação Profissional e Tecnológica	Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção
Educação Profissional e Tecnológica	Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável
Educação Profissional e Tecnológica	Política de apoio à pesquisa e inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Educação Profissional e Tecnológica	Política de Formação Humana na Área de Pesca Marítima e Continental e Aquicultura Familiar

Quadro 7 – Ações e programas implementados durante os governos Lula I e II (2003 a 2010)

(continuação)

MODALIDADE	AÇÃO/PROGRAMA
Educação Profissional e Tecnológica	Programa de Aperfeiçoamento dos Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – PADI ENAP – MEC
Educação Profissional e Tecnológica	Brasil Profissionalizado
Educação Profissional e Tecnológica	Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Educação Profissional e Tecnológica	Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa CERTIFIC
Educação Profissional e Tecnológica	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
Educação Profissional e Tecnológica	Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica – Formação de mestres para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PROJETO GESTOR
Educação Profissional e Tecnológica	Reestruturação e Institucionalização da Educação Profissional
Educação Profissional e Tecnológica	Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil
Educação Profissional e Tecnológica	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC
Educação Profissional e Tecnológica	Supervisão do PROEP
Educação Superior	Avaliação da Educação Superior
Educação Superior	Avaliação da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>
Educação Superior	Bolsa Permanência do ProUni
Educação Superior	Celpe-Bras
Educação Superior	Censo da Educação Superior
Educação Superior	Conceito Preliminar de Curso – CPC
Educação Superior	Concessão e Manutenção de Bolsas de Pós-Graduação no país
Educação Superior	Cooperação Internacional e Bolsas no Exterior
Educação Superior	Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior
Educação Superior	Escola de Altos Estudos
Educação Superior	Expansão da Rede Federal de Educação Superior
Educação Superior	Formação de Recursos Humanos por meio de políticas de Indução e Inovação
Educação Superior	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES
Educação Superior	Índice Geral de Cursos da Instituição – IGC
Educação Superior	Portal de Periódicos
Educação Superior	Pró-Residência
Educação Superior	Programa de apoio a eventos no país – PAEP
Educação Superior	Programa de Educação Tutorial – PET
Educação Superior	Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC-G

Quadro 7 – Ações e programas implementados durante os governos Lula I e II (2003 a 2010)

(continuação)

MODALIDADE	AÇÃO/PROGRAMA
Educação Superior	Programa de Extensão Universitária – PROEXT
Educação Superior	Programa INCLUIR
Educação Superior	Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES
Educação Superior	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF
Educação Superior	Programa Pró-Equipamentos
Educação Superior	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES
Educação Superior	ProUni
Educação Superior	Residência Integrada Multiprofissional em Saúde – RIMS
Educação Superior	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI
Educação Superior	Revalidação de Diploma de Médico Expedido por Universidades Estrangeiras
Educação Superior	Sistema de Seleção Unificado – SiSU
Educação Superior	Transformação dos CEFETs em IFs a partir da Lei nº 11.892/08. Logo de início foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contando atualmente (2024) com 685 unidades da Rede Federal
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Brasil Alfabetizado
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Concurso Literatura para Todos
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Exame Nacional para certificação de competências de Jovens e Adultos – Encceja
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Política de Formação em Educação de Jovens e Adultos
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos – PNLA
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos
Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI
Diversidade	Educação para as Relações Étnicorraciais – UNIAFRO
Diversidade	Educação Quilombola
Diversidade	Lei nº 10.639/03 altera a LDB e inclui no currículo a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”
Diversidade	Escola Ativa – Educação no Campo
Diversidade	PDDE Campo – Programa Dinheiro Direto na Escola para auxílio a Escolas do Campo – Educação no Campo
Diversidade	Programa Conexões de Saberes
Diversidade	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND – Educação Indígena
Diversidade	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo – PROCAMPO – Educação no Campo

Quadro 7 – Ações e programas implementados durante os governos Lula I e II (2003 a 2010) (conclusão)

Diversidade	Projetos Inovadores em Educação Indígena
Diversidade	Rede UAB de Educação para a Diversidade
Diversidade	Territórios Etnoeducacionais – TEEs – Educação Indígena

Fonte: Ministério da Educação, organizado pela autora (2024).